

# Demonstrações Contábeis Regulatórias 2021

Companhia Energética do Ceará - Coelce  
Enel Distribuição Ceará  
CNPJ: 07.047.251/0001-70



## **Companhia Energética do Ceará - COELCE**

Demonstrações Contábeis Regulatórias

31 de dezembro de 2021

### **Conteúdo**

<b>Relatório da administração regulatório.....</b>	<b>1 a 14</b>
<b>Balancos regulatórios.....</b>	<b>15 a 16</b>
<b>Demonstrações dos resultados regulatórias.....</b>	<b>17</b>
<b>Demonstrações dos resultados abrangentes regulatórias.....</b>	<b>18</b>
<b>Demonstrações das mutações do patrimônio líquido regulatórias.....</b>	<b>19</b>
<b>Demonstrações dos fluxos de caixa regulatórias.....</b>	<b>20</b>
<b>Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis regulatórias.....</b>	<b>21 a 100</b>
<b>Declaração dos diretores.....</b>	<b>101</b>
<b>Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias... </b>	<b>102 a 104</b>
<b>Termo de responsabilidade.....</b>	<b>105</b>

# Relatório da Administração Regulatório - 2021

Enel Distribuição Ceará

COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ

29 de abril de 2022

**Relações com Investidores**

<https://www.enel.com.br/pr/investidores/enel-distribuicao-ceara.html> | [brasil.investorrelations@enel.com](mailto:brasil.investorrelations@enel.com)

### RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO REGULATÓRIO – 2021 Companhia Energética do Ceará – Coelce

1

## CONTEXTO SETORIAL E REGULATÓRIO

A Enel Distribuição Ceará é uma concessionária de serviço público de distribuição de energia elétrica sujeita à regulamentação da ANEEL e do MME. A Companhia também está sujeita aos termos do seu contrato de concessão, que foi celebrado com a ANEEL em 1998, concedendo-lhe o direito de distribuir energia na sua área de concessão até maio de 2028.

A tarifa de energia elétrica (uso de rede e fornecimento), praticada pela Companhia na distribuição de energia a clientes finais, é determinada de acordo com o seu contrato de concessão e com a regulamentação estabelecida pela ANEEL. Ambos estabelecem um teto para a tarifa e preveem ajustes anuais (reajuste tarifário), periódicos (a cada quatro anos) e extraordinários (quando há observância de um significativo desequilíbrio econômico-financeiro).

Nos ajustes das tarifas de energia elétrica, a ANEEL divide os custos de distribuição entre (i) custos não gerenciáveis pela distribuidora (chamados Parcela A) e (ii) custos gerenciáveis pela distribuidora (chamados Parcela B). Na Parcela A estão inclusos, entre outros, o custo de energia comprada para revenda, os encargos setoriais, e os custos referentes aos encargos de conexão e uso dos sistemas de transmissão e distribuição. Os custos da Parcela B compreendem, entre outros, o retorno sobre os investimentos relacionados à concessão, considerados na Base de Remuneração Regulatória (“BRR”) da Companhia, os custos e depreciação regulatória, e os custos de operação e manutenção do sistema de distribuição.

Nos reajustes tarifários anuais, os custos da Parcela A são repassados aos clientes e os custos da Parcela B são corrigidos de acordo com o índice IGP-M ajustado pelo Fator X, que constitui em uma somatória do componente de produtividade, de trajetória de custos operacionais e de qualidade.

A data de aniversário dos reajustes anuais e revisões tarifárias da Enel Distribuição Ceará é em 14 de abril.

### Bandeiras Tarifárias

Composto por quatro modalidades (verde, amarela e vermelha - patamar 1 e patamar 2), o sistema de bandeiras tarifárias estabelece adicionais às tarifas de modo a refletir a variação dos custos da geração de energia, conforme demonstrado a seguir:

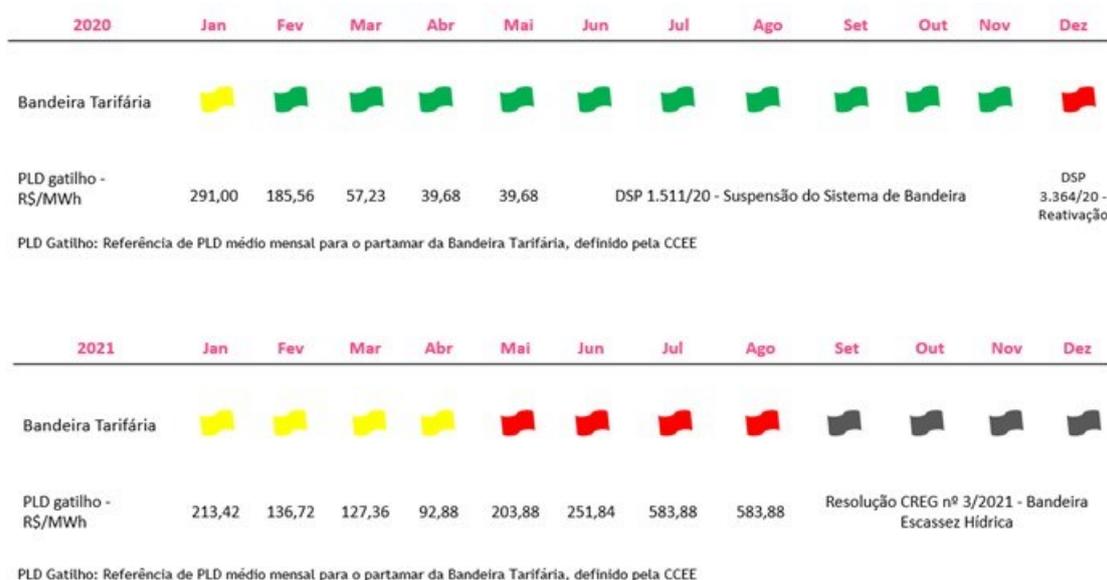
- Bandeira verde: condições favoráveis de geração de energia. A tarifa não sofre nenhum acréscimo;
- Bandeira amarela: condições de geração menos favoráveis. A partir de 01/07/21 – A tarifa sofre acréscimo de R\$ 1,874 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos (REH 2.888/21).
- Bandeira vermelha: condições mais custosas de geração. A partir de 01/07/21 – As tarifas dos dois patamares ficaram assim: R\$ 3,971 (patamar 1) e R\$ 9,492 (patamar 2) para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos (REH 2.888/21).

O primeiro trimestre de 2021 foi marcado pela recuperação lenta dos níveis de reservatórios hidráulicos, assim a ANEEL publicou o acionamento da bandeira amarela para os meses de janeiro de 21 a março de 21. Com a piora do cenário hidrológico, a bandeira vermelha patamar 1 foi acionada em maio de 2021 e em junho foi acionada a bandeira vermelha patamar 2.

O terceiro trimestre foi marcado pelo agravamento hidrológico do sistema elétrico brasileiro, nos meses de julho e agosto a bandeira vermelha patamar 2 ainda foi acionada. Além disso, em 31 de agosto de 2021, o Governo Federal determinou à ANEEL, por meio da Resolução CREG nº 3/2021, a implantação da Bandeira Escassez Hídrica a ser aplicada aos clientes cativos exceto os clientes Baixa Renda que continuarão a terem os valores de bandeira dentre os patamares já conhecidos (REH 2.888/21).

A Bandeira Escassez Hídrica possui vigência de setembro de 2021 à abril de 2022, e durante este período, a tarifa será acrescida de R\$ 14,20 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos.

As bandeiras tarifárias que vigoraram em 2020 e em 2021, reflexo das condições hidrológicas, estão demonstradas a seguir:



### Preço-Teto do Preço de Liquidação das Diferenças (PLD)

Em 17 de dezembro de 2019, a Resolução Homologatória n.º 2.655 da Aneel definiu os valores limites do PLD de 2020. O PLD máximo foi fixado em R\$ 559,75/MWh e o valor mínimo em R\$ 39,68/MWh. Esses limites passaram a vigorar em 1º de janeiro de 2020.

Em 15 de dezembro de 2020, a Resolução Homologatória n.º 2.828 da Aneel definiu os valores limites do PLD de 2021. O PLD máximo foi fixado em R\$ 583,88/MWh e o valor mínimo em R\$ 49,77/MWh. Esses limites passaram a vigorar em 1º de janeiro de 2021.

Em 14 de dezembro de 2021, a Resolução Homologatória n.º 2.994 da Aneel definiu os valores limites do PLD de 2022. O PLD máximo foi fixado em R\$ 646,58/MWh e o valor mínimo em R\$ 55,70/MWh. Esses limites passaram a vigorar em 1º de janeiro de 2022.

### Reajuste Tarifário

Em 22 de abril de 2021, a ANEEL homologou o índice de Reajuste Tarifário Anual da Enel Distribuição Ceará, a vigorar a partir de 22 de abril de 2021 até 21 de abril de 2022, que conduziu ao efeito médio percebido pelos consumidores de 8,95%.

### **Conta-Covid**

Em 23 de novembro de 2021, a ANEEL aprovou a Resolução Normativa nº 952 com as regras para avaliação de pedidos de reequilíbrio econômico em decorrência dos impactos decorrentes da pandemia.

Conforme tal norma, são itens passíveis de reequilíbrio a queda de faturamento devido à redução de mercado e a perda de arrecadação resultante do aumento de inadimplência. Ademais foram definidas a metodologia de cálculo da sobrecontratação involuntária resultante da redução de carga durante a pandemia e os critérios para ressarcimento aos consumidores dos custos associados à operação da Conta-Covid em 2020.

Ainda segundo tal regra, eventuais pedidos de reequilíbrio devem ser realizados em até 60 dias da publicação dos resultados da projeção de receitas irrecuperáveis que será ainda realizada pela ANEEL possivelmente no 1º trimestre de 2022.

## 2 PRINCIPAIS INDICADORES

### DESTAQUES DO PERÍODO

	2021	2020	Var. %
Volume de Energia - Venda e Transporte (GWh)	12.916	11.740	10,0%
Receita Bruta (R\$ mil)	9.934.839	7.325.788	35,6%
Receita Líquida (R\$ mil)	6.651.257	4.926.431	35,0%
EBITDA (1) (R\$ mil)	791.793	522.557	51,5%
Margem EBITDA (%)	11,90%	10,61%	12,2%
EBIT (2) (R\$ mil)	453.193	231.873	95,4%
Lucro Líquido (R\$ mil)	203.463	96.549	110,7%
CAPEX (R\$ mil)	1.088.170	910.231	19,5%
DEC (12 meses)*	12,02	16,51	-27,2%
FEC (12 meses)*	5,12	6,30	-18,7%
Índice de Arrecadação (12 meses)	98,75%	98,59%	0,16 p.p
Perdas de Energia (12 meses)*	16,32%	16,30%	0,02 p.p
Nº de Consumidores Totais	4.403.603	4.319.446	1,9%
Nº de Colaboradores (Próprios)	1.111	1.122	-1,0%
MWh/Colaboradores Próprios e Terceiros	1.117	1.122	-0,4%
PMSO (3)/Consumidor	-28%	-25%	11,8%
Consumidor/Colaboradores Próprios e Terceiros	381	411	-7,2%
Número Total de Colaboradores - Próprios e Terceiros	11.563	10.521	9,9%

(1) EBITDA: EBIT + Depreciação e Amortização, (2) EBIT: resultado do serviço e (3) PMSO: Pessoal, Material, Serviços e Outros

## 3 DESEMPENHO OPERACIONAL

**NÚMERO DE CONSUMIDORES (UNIDADES)\***

	2021	2020	Var. %
<b>Mercado Cativo</b>	<b>4.104.441</b>	<b>4.003.663</b>	<b>2,5%</b>
Residencial - Convencional	2.583.721	2.402.429	7,5%
Residencial - Baixa Renda	711.050	773.619	-8,1%
Industrial	5.963	6.197	-3,8%
Comercial	181.583	182.949	-0,7%
Rural	570.546	587.795	-2,9%
Setor Público	51.578	50.674	1,8%
<b>Clientes Livres</b>	<b>590</b>	<b>482</b>	<b>22,4%</b>
Industrial	182	152	19,7%
Comercial	394	318	23,9%
Rural	10	10	-
Setor Público	4	2	100,0%
<b>Revenda</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>-</b>
<b>Subtotal - Consumidores Efetivos Faturados</b>	<b>4.105.033</b>	<b>4.004.147</b>	<b>2,5%</b>
Consumo Próprio	315	314	0,3%
Consumidores Ativos Não Faturados	298.255	315.004	-5,3%
<b>Total - Número de Consumidores</b>	<b>4.403.603</b>	<b>4.319.465</b>	<b>1,9%</b>

A Companhia encerrou 2021 com um incremento de 2,5% em relação à quantidade de consumidores efetivos faturados registrado no 2020. O acréscimo observado entre os períodos analisados está concentrado na classe residencial convencional. O mercado livre, que segue em tendência de crescimento, contribuiu em menor proporção para o aumento do total de consumidores efetivos faturados.

No ano, os investimentos para conexão de novos clientes à rede da Companhia totalizaram o montante de R\$ 573,5 milhões.

**VENDA E TRANSPORTE DE ENERGIA (GWH)\***

	2021	2020	Var. %
Mercado Cativo	10.316	9.659	6,8%
Clientes Livres	2.589	2.069	25,1%
Revenda	12	12	-
<b>Total - Venda e Transporte de Energia</b>	<b>12.916</b>	<b>11.740</b>	<b>10,0%</b>

O volume total de venda e transporte de energia na área de concessão da Enel Distribuição Ceará no ano de 2021 apresentou um aumento de 1.176 GWh em relação ao ano de 2020, é explicado, principalmente, pelo aumento no número de clientes e do consumo devido a retomada das atividades econômicas com o fim do *lockdown*. Entre as classes, destacam-se o aumento do consumo nas classes residencial convencional, principalmente pelo aumento no número de clientes e setor público, devido a reabertura de órgão e instituições públicas, tais como colégios, creches etc.

**VENDA DE ENERGIA NO MERCADO CATIVO (GWH)\***

	2021	2020	Var. %
Residencial - Convencional	4.429	3.905	13,4%
Residencial - Baixa Renda	1.003	976	2,8%
Industrial	564	581	-2,9%
Comercial	1.542	1.586	-2,8%
Rural	1.277	1.204	6,1%
Setor Público	1.500	1.408	6,5%
<b>Total - Venda de Energia no Mercado Cativo</b>	<b>10.316</b>	<b>9.659</b>	<b>6,8%</b>

A venda de energia no mercado cativo da Companhia apresentou um aumento de 6,8%, justificado principalmente pela redução nas classes Comercial e Industrial, em função dos impactos da pandemia do Covid-19, mencionados anteriormente.

### INDICADORES OPERACIONAIS E DE PRODUTIVIDADE\*

	2021	2020	Var. %
DEC 12 meses (horas)*	12,02	16,51	-27,2%
FEC 12 meses (vezes)*	5,12	6,30	-18,7%
Perdas de Energia 12 meses (%)*	16,32%	16,30%	0,02 p.p
Índice de Arrecadação 12 meses (%)	98,75%	98,59%	0,16 p.p
MWh/Colaboradores Próprios e Terceiros	1.117	1.116	0,1%
Consumidor/Colaboradores Próprios e Terceiros	381	411	-7,2%
PMSO (1)/Consumidor	257,67	207,54	24,2%
Número Total de Colaboradores - Próprios e Terceiros	11.563	10.521	9,9%

(1) PMSO: Pessoal, Material, Serviços e Outros

Os indicadores DEC (Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora) e FEC (Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora) medem a qualidade do fornecimento de energia do sistema de distribuição da Companhia. O DEC apresentou uma queda de 27,1% em relação ao registrado no mesmo período do ano anterior. O FEC apresentou uma redução de 18,9%. As melhorias observadas nos indicadores de qualidade durante o ano de 2021 é resultado de um plano de ação estabelecido em conjunto com o regulador no final de 2020 que tem como objetivo diminuir as incidências nas redes de média e baixa tensão.

Além do plano de melhoria, em 2021, a Companhia também investiu R\$ 46,6 milhões em adequação à carga, qualidade e confiabilidade do sistema o que também refletiu no bom desempenho dos índices de qualidade durante o trimestre em questão.

As perdas de energia TAM – Taxa Anual Móvel (medição acumulada em 12 meses) alcançaram o valor de 16,32% em 4T21, permanecendo estável em relação às perdas registradas em 2020, de 16,30%. Desde 2020, o nível de perdas tem sido impactado pela pandemia do Covid-19 e a crise hídrica, onde observa-se deterioração das condições econômicas para o consumidor e aumento na identificação de irregularidades. A piora no índice de perdas também é reflexo da adequação dos períodos de faturamento dos clientes de média e alta tensão para o período civil de cada mês, a fim de atender a resolução 863/ANEEL.

Em 2021, foram investidos R\$ 47,4 milhões\* no combate às perdas.

### PRINCIPAIS CONTAS DE RESULTADO (R\$ MIL) E MARGENS (%)

	2021	2020	Var. %
Receita Operacional Bruta	9.934.839	7.325.788	35,6%
Deduções à Receita Operacional	(3.283.582)	(2.399.357)	36,9%
Receita Operacional Líquida	6.651.257	4.926.431	35,0%
Custos do Serviços e Despesas Operacionais	(6.198.064)	(4.694.558)	32,0%
<b>EBITDA(1)</b>	<b>791.793</b>	<b>522.557</b>	<b>51,5%</b>
Margem EBITDA	11,90%	10,61%	12,2%
EBIT(2)	453.193	231.873	95,4%
Margem EBIT	6,81%	4,71%	44,8%
Resultado Financeiro	(226.528)	(128.705)	76,0%
Impostos de Renda, Contribuição Social e Outros	(23.203)	(6.619)	250,5%
<b>Lucro Líquido</b>	<b>203.463</b>	<b>96.549</b>	<b>110,7%</b>
Margem Líquida	3,06%	1,96%	56,1%
Lucro por Ação (R\$/ação)	2,55	1,24	105,6%

## Receita Operacional Bruta

A Receita Operacional Bruta da Companhia alcançou o montante de R\$ 9,9 bilhões, o que representa um aumento de 35,6% (R\$ 2,6 bilhões) em relação ao ano anterior, cujo montante foi de R\$ 7,3 bilhões. O aumento da Receita Operacional Bruta é resultado dos seguintes efeitos: (i) Aumento na rubrica de Fornecimento de Energia Elétrica no montante de R\$ 1,6 bilhão em relação a 2020, como resultado, principalmente, do maior volume de energia distribuída no período (12.916 GWh no 2021 vs. 11.740 GWh no 2020) além do reajuste médio tarifário de 8,54% aplicado a partir de abril de 2021 e o efeito da implementação da bandeira de escassez hídrica a partir do final de agosto; (ii) Aumento na rubrica de ativo e passivo financeiro setorial, no montante de R\$ 178,7 milhões, decorrente da maior constituição de ativo regulatório no período entre períodos; e (iii) Aumento na receita oriunda da venda de energia excedente (MVE), no total de R\$ 237,1 milhões, em razão, da Companhia, no 2021, ter participado do mecanismo em maior volume.

## Deduções da Receita

No ano de 2021, as deduções da receita totalizaram R\$ 3.283,6 milhões, contra R\$ 2.399,4 milhões em 2020, redução de 36,9%, num total de R\$ 723,3 milhões, resultado do aumento total de tributos, principalmente nas linhas de ICMS e PIS/COFINS corrente, em função de maior receita operacional e aumento nos encargos setoriais relativo.

## Custos e Despesas Operacionais

Os custos e despesas operacionais em 2021 alcançaram R\$ 6.198,1 milhões, um incremento de R\$ 1,5 bilhão em relação ao ano de 2020.

Aumento dos custos não-gerenciáveis em relação ao registrado no 2020, explicado, principalmente pelos aumentos na rubrica Energia elétrica comprada para revenda e nos encargos do uso do sistema de transmissão.

Aumento dos custos gerenciáveis, excluindo-se os custos de construção, explicado pelo aumento das rubricas de Materiais e Serviços de terceiros decorrente dos maiores gastos com manutenção e intervenções na rede, objetivando melhoria da qualidade; e de Provisão para Créditos de Liquidação duvidosa explicado pela (i)

crise econômica, com deterioração do poder de consumo e pagamento da população, por conta da pandemia e aumento da conta de energia, (ii) aumento da taxa de juros SELIC e, (iii) aumento do custo de energia.

### EBITDA e Margem EBITDA

O EBITDA da Companhia em 2021 atingiu o montante de R\$ 791,8 milhões, o que representa um aumento de R\$ 269,2 milhões em relação ao ano de 2020. Esse aumento é devido ao aumento da receita operacional bruta. A margem EBITDA da Companhia em 2021 foi de 11,9%, aumento de 1,30 p.p. em relação a 2020.

De acordo com a instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012, a divulgação do cálculo do EBITDA e do EBIT deve ser acompanhada da conciliação dos valores que os compõem, constantes das demonstrações contábeis da companhia. Abaixo demonstra-se a conciliação dos cálculos acima citados:

#### INDICADORES DE ENDIVIDAMENTO

	2021	2020	Var. %
Dívida bruta (R\$ mil)	3.714.368	2.425.793	0,53
Dívida com Terceiros	2.986.918	2.425.793	0,23
Dívida Intercompany	727.450	-	100%
(-) Caixa, Equivalentes e Aplicações Financ. (R\$ mil)	284.964	258.391	0,10
Dívida líquida (R\$ mil)	3.429.404	2.167.402	58%

### Resultado Financeiro

As despesas financeiras líquidas da Companhia totalizaram R\$ 226,5 milhões, resultado pior do que o registrado em 2020 de R\$ 128,7 milhões. Essa variação explica-se, sobretudo, pelo: (i) aumento nas despesas de encargos, que ocorreu devido principalmente ao aumento de 1,63% do CDI (4,44% em 2021 x 2,77% em 2020), somado à um aumento no volume de empréstimos contratados em 2021 para financiar investimentos e capital de giro; e (ii) aumento na despesa de variação monetária de dívida devido ao aumento do índice de IPCA no período, 5,30% (10,06% em 2021 x 4,52% em 2020). Este efeito foi parcialmente compensado pelo aumento na rubrica de juros e atualização monetária sobre impontualidade de clientes.

### Tributos e Outros

As despesas com Imposto de Renda (IR), Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e Outros (Amortização do Ágio) em 2021 registraram um aumento de R\$ 16,6 milhões em relação ao ano de 2020. Esta variação decorre, principalmente, da maior base de cálculo desses tributos.

### Lucro Líquido e Margem Líquida

Com base nos efeitos expostos anteriormente, a companhia registrou em 2021 um lucro líquido de R\$ 203,5 milhões, valor R\$ 106,9 milhões superior ao registrado no ano de 2020. A margem líquida em 2021 alcançou 3,06%.

INDICADORES DE ENDIVIDAMENTO

	2021	2020	Var. %
Dívida bruta (R\$ mil)	3.714.368	2.425.793	0,53
Dívida com Terceiros	2.986.918	2.425.793	0,23
Dívida Intercompany	727.450	-	100%
(-) Caixa, Equivalentes e Aplicações Financ. (R\$ mil)	284.964	258.391	0,10
Dívida líquida (R\$ mil)	3.429.404	2.167.402	58%

A dívida bruta da Companhia encerrou 2021 em R\$ 3.714 milhões, um incremento de R\$ 1.289 milhões em relação a 2020. A variação da dívida bruta deve-se, basicamente, as novas captações de dívidas para investimentos e capital de giro (R\$ 610 milhões captados com Scotiabank, R\$ 270 milhões com o BNP Paribas, R\$ 280 milhões com o Sumitomo, R\$ 500 milhões com a Enel Finance International N.V. e R\$ 212 milhões com a Enel Brasil), em conjunto com apropriação de juros e correção monetária no montante de R\$ 287 milhões, parcialmente compensados, por amortizações e pagamento de encargos ocorridos entre os períodos comparados, que alcançaram respectivamente R\$ 763 milhões e R\$ 117 milhões.

A Companhia encerrou 2021 com o custo médio da dívida no período de 9,86% a.a.

Colchão de Liquidez\*

Para manutenção da liquidez e atendimento das necessidades de caixa, a Companhia utiliza-se de linhas de crédito para capital de giro, imediatamente disponíveis por meio de contratos firmados com bancos de primeira linha no valor de R\$ 80 milhões. Adicionalmente, a Companhia possui limite de mútuo com partes relacionadas aprovados pela Aneel, por meio do Despacho Nº 2.979, até 11 de dezembro de 2022 no valor de até R\$ 800 milhões.

Devido uma maior necessidade de financiamento para realização de investimentos e cobertura de capital de giro da Companhia, a Aneel aprovou a ampliação do limite de mútuo em R\$ 600 milhões, através do despacho Nº 1.540 de 28 de maio de 2021, e posteriormente mais R\$ 500 milhões (despacho Nº 3.754 de 24 de novembro de 2021), totalizando um montante de R\$ 1.900 milhões.

Classificação de Riscos (Rating)

Em 09 de setembro de 2021, a agência classificadora de risco de crédito corporativo Fitch Ratings reafirmou o rating de crédito corporativo da Companhia de longo prazo na Escala Nacional Brasil em 'AAA (bra)', com perspectiva estável.

\* Valores não auditados pelos auditores independentes

6 INVESTIMENTOS

INVESTIMENTOS (R\$ MIL)\*

	2021	2020	Var. %
Novas Conexões	573.455	606.389	-5,4%
Rede	267.321	134.056	99,4%
Combate às Perdas	47.433	39.077	21,4%
Qualidade do Sistema Elétrico	123.062	44.331	>100,0%
Adequação à carga	96.826	50.648	91,2%
Outros	247.394	169.923	45,6%
<b>Total Investido</b>	<b>1.088.170</b>	<b>910.368</b>	<b>19,5%</b>
Aportes / Subsídios	(12.533)	(11.772)	6,5%
<b>Investimento Líquido</b>	<b>1.075.637</b>	<b>898.596</b>	<b>19,7%</b>

Os investimentos realizados pela Companhia em 2021 alcançaram R\$ 1,1 bilhões, um aumento de R\$ 177,8 milhões em relação ao ano anterior. O maior volume de investimentos em 2021 foi direcionado principalmente para melhorias da rede, com foco na qualidade do sistema elétrico (aumento de R\$ 78,7 milhões no valor investido em comparação ao ano anterior).

7 RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL\*

A Enel Distribuição Ceará mantém a sustentabilidade no centro da estratégia da companhia, aliada ao seu plano de negócio. O plano de sustentabilidade, importante ferramenta estratégica que utilizamos é revisto anualmente e reafirma o compromisso e o potencial da empresa em contribuir com o desenvolvimento sustentável do país e com a geração de valor para acionistas, colaboradores, clientes, comunidades, fornecedores e governo. Esse planejamento estratégico possui objetivos, metas e indicadores monitorados nas mais diversas áreas da empresa, por meio de uma governança ética, coerente e transparente.

A atuação do Grupo Enel está alinhada aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que integram a Agenda 2030 das Nações Unidas com o propósito de acabar com a pobreza, proteger o meio ambiente e o clima, e garantir que as pessoas, em todos os lugares, possam desfrutar de paz e prosperidade. Estamos especialmente comprometidos com seis dos 17 ODS: Educação de Qualidade (ODS 4); Energia Limpa e Acessível (ODS 7); Trabalho Decente e Crescimento Econômico (ODS 8); Indústria, Inovação e Infraestrutura (ODS 9); Cidades e Comunidades Sustentáveis (ODS 11) e Ação Contra a Mudança Global do Clima (ODS 13).

O modo de desenvolver e gerir relacionamentos com as comunidades, por meio da realização de projetos socioambientais em toda a área de atuação da companhia, também visa atender às demandas reais do entorno, alinhadas aos negócios e propósitos do Grupo e com foco na criação de valor compartilhado.

Dentro da visão global da Enel de ajudar a solucionar os maiores desafios do mundo, em 2021, a empresa integrou o movimento da sociedade civil, Unidos Pela Vacina que teve como meta viabilizar a vacinação da população adulta brasileira contra a Covid-19. O presidente do Conselho de Administração da Enel liderou as ações empresariais do movimento no estado do Rio de Janeiro e suas respectivas prefeituras. Além da

mobilização do empresariado do Rio de Janeiro, a Enel também contribuiu com doações de equipamentos em três de suas distribuidoras: Rio de Janeiro, São Paulo e Ceará. Ao todo, foram disponibilizados 235 equipamentos de refrigeração, entre refrigeradores científicos e geladeiras, além de 320 caixas térmicas para os estados do Rio de Janeiro, Ceará e São Paulo. Ao todo foram amadrinhados 54 municípios e destinado cerca de R\$ 3 milhões para a aquisição e entrega dos equipamentos.

O programa de sustentabilidade da Enel Brasil, Enel Compartilha, vem atuando para promover o consumo consciente, a inclusão, o empreendedorismo, a capacitação profissional e o acesso à energia a todas as pessoas, destacando-se o combate ao desperdício e ao uso eficiente e consciente de energia. Impulsionar o desenvolvimento socioeconômico local, engajar lideranças locais, educar crianças e jovens para o uso seguro da energia, além de apoiar iniciativas que contribuam para o meio ambiente e o bem-estar das comunidades também são focos de sua atuação.

Os 110 projetos desenvolvidos na Enel Distribuição Ceará em 2021 beneficiaram mais de 484 mil pessoas, com um investimento de R\$ 42 milhões. Também foram gerados cerca de R\$ 2,1 milhões em renda extra para as comunidades por meio dos projetos de empregabilidade e empreendedorismo. Pelo programa Ecoenel, concedeu mais de R\$ 1 milhão em bônus na conta de energia dos clientes. Também trocou gratuitamente cerca de 2,5 mil geladeiras e 76 mil lâmpadas de clientes através das diversas iniciativas de eficiência energética. Entre os projetos realizados, destacam-se:

**Enel Compartilha Empreendedorismo:** O programa incentiva a formação de redes e associações produtivas comunitárias, apoiando os participantes na qualificação de seus produtos, na criação de canais de venda, na formação para gestão e desenvolvimento de mercado, no aporte de estrutura e insumos, sem esquecer das questões relacionadas ao meio ambiente e à cidadania. Em 2021, foram realizadas diversas capacitações, on-line e presenciais, beneficiando mais de mil pessoas através de cursos realizados em parcerias com o Reload, IAPS, Rede de Lideranças, SENAI e Secretaria de Administração Penitenciária (SAP). Nas parcerias com Reload/IAPS, ao final dos cursos foram entregues 120 Kits (bicicleta + capacete e bolsa) para aumentar as vendas dos comerciantes locais. Já na parceria com a SAP, mulheres egressas do sistema penitenciário feminino foram capacitadas e receberam máquina de costura e kits de artesanato como incentivo para iniciarem seu próprio negócio.

**Enel Compartilha Oportunidade:** O programa tem como objetivo capacitar os jovens e adultos para o mercado de trabalho, por meio da formação técnica profissional, para que possam atuar nas empresas parceiras da Enel, gerando valor compartilhado. A Enel mantém parcerias com empresas e instituições para cursos de capacitação e para a empregabilidade desses jovens. Em 2021, a Enel Distribuição Ceará, em parceria com o SENAI, realizou o curso "Eletricistas de Redes de Distribuição de Energia Elétrica" para militares do Exército do Ceará. A iniciativa faz parte do projeto Soldado Cidadão, que tem por finalidade fornecer qualificação profissional aos militares das Forças Armadas, permitindo melhores condições de inserção no mercado de trabalho aos licenciados por término do tempo de serviço militar. O curso foi apoiado pelo programa Enel Compartilha Oportunidade.

**Olimpíada Nacional de Eficiência Energética (ONEE):** A convite da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) foi realizada a 1ª Olimpíada Nacional de Eficiência Energética (ONEE), um projeto piloto e cooperado entre quatro distribuidoras brasileiras: Enel CE, Coelba, EDP e RGE. A ideia foi promover conhecimentos sobre consumo consciente e eficiente de energia elétrica. A Olimpíada agregou também aprendizados no campo de Ciências da Natureza e suas tecnologias. As inscrições foram realizadas de forma on-line e gratuita. Os professores ou as instituições de ensino tiveram o acesso a dois cursos de formação sobre eficiência energética e temas relacionados aos desafios da gincana. Os professores capacitados orientaram os alunos para realizarem os cursos no site do programa. Para os alunos foram desenvolvidos desafios divertidos, simples e ligados ao seu dia a dia, com questões sobre como economizar energia dentro de casa, aparelhos mais ou menos eficientes, o uso adequado de cada equipamento, além de tarefas sobre o não desperdício de recursos. Os desafios foram aplicados na primeira fase e, para a segunda etapa os participantes realizaram provas on-line sobre os mesmos temas. A Enel Ceará teve 584 escolas, 1.145 professores e 21.050 alunos em 144 municípios participantes.

**Parceiro Responsável:** Desde 2007, o programa tem como objetivo principal desenvolver e engajar a cadeia de suprimentos da Enel nas temáticas de sustentabilidade e na Agenda 2030 da ONU. Em 2021, foram

capacitadas 1.243 pessoas de 374 empresas fornecedoras, além de 176 colaboradores Enel, incluindo compradores e gestores de contrato. Entre os temas, destacam-se a Estratégia de Sustentabilidade da Enel, Conceitos ESG, Direitos Humanos, Gestão Ambiental, Economia Circular, Sistema de Gestão Integrado e Integração dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU (ODS) à estratégia das empresas. Anualmente são premiadas as empresas com melhor gestão de sustentabilidade, de acordo com o desempenho nos requisitos da Enel, e as empresas com as melhores práticas em sustentabilidade.

**Due Diligence de Direitos Humanos (DDDH):** Com o objetivo de promover o respeito aos Direitos Humanos Universais e reduzir os riscos, a Enel realiza a cada 3 anos seu processo de DDDH em suas atividades. O último ciclo teve início em 2020, envolvendo os principais stakeholders por meio de pesquisas e entrevistas. A avaliação do nível de gestão da Enel sobre o tema identificou 95% de integração das políticas da empresa aos Princípios Orientadores sobre Empresas e Direitos Humanos da ONU, contra 73% de aderência identificada em 2017. Esse processo gerou um Plano de Ação com 15 iniciativas de melhorias para serem executadas entre os anos de 2021 e 2022. Em 2021, o Plano de Ação teve um avanço de 69% das atividades planejadas para o biênio.

**Rede do Bem:** A Rede do Bem, programa de voluntariado corporativo da Enel no Brasil, lançada em 2012, tem feito a diferença nas vidas dos nossos colaboradores e de milhares de pessoas que beneficiamos nas comunidades. Com o foco de estimular a cidadania e uma cultura de engajamento social, o programa tem um formato colaborativo e dinâmico, semelhante a uma rede social, tornando o voluntário protagonista das atividades na plataforma, propondo ações e impressões após as atividades. Em 2021, o programa beneficiou 16 mil pessoas com a atuação de 2 mil voluntários nas 35 atividades, divididas entre “Campanhas Sazonais” (surtem ao longo do ano, como arrecadação de doativos, apoio em enchentes, material escolar, etc.), “Diversidade” (Mulheres de Energia - Encontros com estudantes do ensino médio e superior, o qual voluntárias da Enel falam sobre carreira e vida profissional) e “Natal com Propósito”, onde a Enel mais uma vez foi doadora e embaixadora da campanha Natal sem Fome da ONG Ação da Cidadania.

**Programa de Cultura da Sustentabilidade “Ser – Sustentabilidade em Rede”:** Criado com o objetivo de difundir a cultura de sustentabilidade em toda a cadeia de valor – incentivando colaboradores, fornecedores, clientes e sociedade a adotar atitudes sustentáveis e criar valor compartilhado. Inspirado nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU (ODS), e esse ano com um foco especial em *Conceitos e Aplicação ESG na Enel*, o programa se desdobra em 4 frentes: Ser Ambiental, Ser Econômico, Ser Social e Ser Humano, e em 2021, alcançou mais de 10 mil participações entre os 56 eventos da iniciativa em todo o Brasil – número 130% maior quando comparado a 2020. Foram convidados mais de 40 especialistas externos e internos sobre as diversas temáticas tratadas nos debates, dinâmicas e palestras realizados no ano.

### Certificações

A Enel Distribuição Ceará conta com um Sistema de Gestão Integrado (SGI) que busca a excelência na qualidade e o constante aprimoramento de seus serviços. A empresa possui as seguintes certificações ISO: a 9001 em qualidade, a 14001 em meio ambiente, a 45001 sobre saúde e segurança ocupacional, a 50001 em gestão de energia e a 37001 em gestão antissuborno.

### 100 Open Startups

Somos uma das empresas mais abertas à inovação no Brasil e a organização 100 Open Startups, plataforma internacional de maior impacto na geração de negócios ente grandes empresas e startups, reconheceu a Enel Brasil como uma das empresas que mais fazem Open Innovation no país.

### Empresa Amiga da Criança

A Enel Brasil recebeu mais uma vez o selo concedido pela Fundação Abrinq, em reconhecimento as diversas iniciativas do Grupo voltadas para o apoio e desenvolvimento de crianças e jovens, assim como de engajamento no combate ao trabalho infantil em toda a cadeia produtiva.

### Empresa Pró-Ética

A Enel Brasil é reconhecida como uma Empresa Pró-Ética no país por meio da Controladoria-Geral da União (CGU) do governo federal. A iniciativa avalia empresas em relação a práticas de prevenção de atos de corrupção e outros crimes no âmbito das suas atividades de negócio, nos últimos 2 anos. A Enel já foi reconhecida pelo programa nos anos de 2016 e 2017, quando a premiação era anual, em 2018/2019 quando o processo passou a ser bienal e novamente premiada no biênio 2020/2021.

### Empresa Mais Digital de 2021

Prêmio concedido pelo +Digital Institute, reconhece as companhias mais bem posicionadas para enfrentar os desafios e colher as oportunidades do mundo digital, em eventos no quais são promovidas palestras, além de trilhas de conteúdo, salas de negócios e materiais sobre as melhores práticas de transformação digital

### Certificação Top Employer

Pela terceira vez consecutiva, a Enel Brasil foi certificada como uma empresa Top Employer. A certificação, realizada pelo Top Employers Institute, é internacional e avalia práticas de gestão de RH e condições dos colaboradores dentro das organizações.

### Anuário Época Negócios 360

Em 2021, a Enel Brasil foi destaque no Anuário Época Negócios 360º, uma das mais importantes premiações do País, que ranqueia as 300 melhores companhias brasileiras. Fruto de uma parceria entre a revista Época e a Fundação Dom Cabral, a publicação contempla diferentes setores, entre eles, o de Energia. Na dimensão de Sustentabilidade, a Enel ficou na 15º posição entre as 300 empresas listadas no Guia de todos os setores.

### Reconhecimento do Pacto Global sobre Práticas Empresariais de Direitos Humanos

O processo de Due Diligence de Direitos Humanos da Enel foi selecionado pelo Pacto Global do Brasil e pelo Escritório Regional do Alto Comissariado da ONU para os Direitos Humanos entre as 12 melhores práticas empresariais sobre o tema, em 2021. O processo de seleção envolveu uma chamada pública para as empresas apresentarem suas práticas, e as melhores foram selecionadas para compor uma publicação histórica e exclusiva de cases sobre Empresas e Direitos Humanos, em comemoração aos 10 anos de lançamento dos “Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos”.

Em conformidade com a Instrução CVM nº 381, informamos que a KPMG não prestou durante o exercício de 2021 outros serviços que não os relacionados com auditoria externa.

Ao contratar outros serviços de seus auditores externos, a política de atuação da Companhia se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor e consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais na Companhia e (c) o auditor não deve promover os interesses da Companhia. Todos os serviços prestados pelos auditores independentes são submetidos à aprovação do Conselho de Administração.

<b>Diretoria Executiva</b>	
<b>Cargo</b>	<b>Diretoria Executiva</b>
Diretor Presidente	Márcia Sandra Roque Vieira Silva
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores	Teobaldo José Cavalcante Leal
Diretor de Pessoas e Organização	Alain Rosolino
Diretor de Relações Institucionais	José Nunes de Almeida Neto
Diretora de Comunicação	Janaina Savino Vilella Carro
Diretor de Regulação	Luiz Antonio Correa Gazulha Junior
Diretora Jurídica	Ana Claudia Gonçalves Rebello
Diretora de Compras	Vago
Diretor Administrativo e de Planejamento e Controle	Teobaldo José Cavalcante Leal
Diretor de Operações de Infra-Estrutura e Redes	Charles de Capdeville
Diretora de Mercado	Luiz Flavio Xavier de Sá

<b>Conselho de Administração</b>	
<b>Cargo</b>	<b>Conselheiros</b>
Presidente	Guilherme Gomes Lencastre
Vice-Presidente	Mário Fernando de Melo Santos
Conselheiro Efetivo	Nicola Cotugno
Conselheiro Efetivo	Teobaldo José Cavalcante Leal
Conselheiro Efetivo	Gino Celentano
Conselheiro Efetivo	Ana Claudia Gonçalves Rebello
Conselheiro Efetivo	Francisco Honório Pinheiro Alves
Conselheiro Efetivo	Fernando Augusto Macedo de Melo
Conselheiro Efetivo	João Francisco Landim Tavares
Conselheiro Suplente	Alain Rosolino
Conselheiro Suplente	José Nunes de Almeida Neto
Conselheiro Suplente	Marcia Massotti de Carvalho
Conselheiro Suplente	Julia Freitas de Alcântara Nunes
Conselheiro Suplente	Anna Paula Hiotte Pacheco
Conselheiro Suplente	Maria Eduarda Fischer Alcure
Conselheiro Suplente	Michelle Rodrigues Nogueira
Conselheiro Suplente	Dilma Maria Toledo
Conselheiro Suplente	Artur Teixeira Neto

<b>Conselho Fiscal</b>	
<b>Cargo</b>	<b>Conselheiros</b>
Conselheiro Efetivo	Antonio Cleber Uchoa Cunha
Conselheiro Efetivo	Jorge Parente Frota Junior
Conselheiro Efetivo	Carlos Antonio Vergara Cammas
Conselheiro Suplente	Aldemir Ferreira de Paula
Conselheiro Suplente	Antonio Cleto Gomes
Conselheiro Suplente	Luciana Doria Wilson

# Relatório da Administração Regulatório

## Enel Distribuição Ceará 2021



### **Relações com Investidores**

Fabio Romanin

### **Contador Responsável**

Alan dos Reis Santos – CRC SP244288 /O-2

Fortaleza, 29 de abril de 2022.

**A Administração**



KPMG Auditores Independentes Ltda.  
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro  
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil  
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil  
Telefone +55 (21) 2207-9400  
kpmg.com.br

## Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias

Ao Conselho de Administração e Acionistas da  
**Companhia Energética do Ceará - Coelce**  
Fortaleza – CE

### Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da Companhia Energética do Ceará - Coelce (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas pela administração da Companhia Energética do Ceará - Coelce com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL por meio da resolução normativa nº 605 de 11 de março de 2014.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Energética do Ceará - Coelce em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE.

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Ênfase - Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Chamamos a atenção para a nota explicativa 3 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Companhia Energética do Ceará - Coelce a cumprir os requerimentos da ANEEL. Conseqüentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outras finalidades. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

## Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis regulatórias como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

## Reconhecimento de receita para fornecimento de energia elétrica distribuída e não faturada

Veja as Notas 4.1 e 25 das demonstrações contábeis regulatórias

Principais assuntos de auditoria	Como a auditoria endereçou esse assunto
<p>A Companhia reconhece a receita quando transfere o controle dos bens ou serviços ao cliente de acordo com o CPC 47/IFRS 15 – Receita de contrato com cliente.</p> <p>A receita de fornecimento de energia elétrica é reconhecida mensalmente com base na (i) energia medida e efetivamente faturada e na (ii) energia distribuída e não faturada.</p> <p>A receita para energia distribuída e não faturada é estimada com base na média do montante diário faturado, considerando o comportamento do consumo na rede de distribuição da Companhia no período não faturado em relação ao período faturado.</p> <p>Devido à relevância dos valores envolvidos, natureza e extensão do esforço de auditoria necessário para tratar o tema, consideramos a receita para energia distribuída e não faturada como assunto significativo em nossa auditoria.</p> <p>.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:</p> <ol style="list-style-type: none"><li>(1) Avaliamos o ambiente e desenho dos controles internos relacionados ao processo de reconhecimento da receita de fornecimento de energia elétrica não faturada;</li><li>(2) Testamos, em base amostral, as informações utilizadas no processo de reconhecimento de receita não faturada e recalculamos, também em base amostral, as estimativas de receita para energia distribuída e não faturada com base no (i) consumo de energia (megawatt/hora) e (ii) correspondentes tarifas por classe aprovadas pelo órgão regulador;</li><li>(3) Testamos os lançamentos contábeis manuais executados para registrar a receita para energia distribuída e não faturada; e</li><li>(4) Avaliamos se as divulgações nas demonstrações financeiras da Companhia consideram as informações relevantes relacionadas ao reconhecimento da receita não faturada.</li></ol> <p>Com base nos procedimentos executados e nos resultados obtidos, consideramos que são aceitáveis os montantes reconhecidos como receitas não faturadas e as divulgações correlatas no contexto das demonstrações contábeis regulatórias tomadas em conjunto.</p>

## Outros assuntos

### Demonstrações financeiras societárias

A Companhia Energética do Ceará - Coelce preparou um conjunto de demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 21 de fevereiro de 2022.

## Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis regulatórias e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis regulatórias não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis regulatórias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis regulatórias ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

## Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis regulatórias

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o MCSE e pelos controles internos que a Administração determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias.

## Responsabilidade dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis regulatórias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis regulatórias do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 29 de abril de 2022

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC SP-014428/O-6-F-RJ



Alexandre Vinicius Ribeiro de Figueiredo

Contador CRC RJ-092563/O-1

**BALANÇOS PATRIMONIAIS REGULATÓRIO**

Em 31 de dezembro 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Notas	31.12.2021	31.12.2020
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	5	204.316	166.015
Títulos e valores mobiliários	6	80.648	92.376
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	7	1.560.476	1.321.197
Ativo financeiro setorial	10	392.593	274.501
Créditos a receber - subvenção e outros.	8	78.011	17.079
Imposto de renda e contribuição social compensáveis	9	136.426	112.810
Outros tributos compensáveis	9	576.250	401.330
Serviços em curso		61.206	79.108
Instrumentos financeiros derivativos	30	-	65.114
Outros créditos		156.155	89.514
<b>TOTAL ATIVO CIRCULANTE</b>		<b>3.246.081</b>	<b>2.619.044</b>
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>			
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	7	115.421	75.431
Ativo financeiro setorial	10	126.078	70.032
Depósitos vinculados		48.798	47.676
Cauções e depósitos	11	31.101	28.583
Instrumentos financeiros derivativos	30	43.594	483
Outros tributos compensáveis	9	654.499	1.070.993
Tributos diferidos	27	417.974	292.400
Benefício fiscal		21.042	25.520
Imobilizado	12	7.070.595	6.434.320
Intangível	13	324.230	264.892
Investimentos		5.363	5.613
Ativos contratuais		16.826	-
<b>TOTAL ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>8.875.521</b>	<b>8.315.943</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>12.121.602</b>	<b>10.934.987</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

## BALANÇOS PATRIMONIAIS REGULATÓRIO

Em 31 de dezembro 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Notas	31.12.2021	31.12.2020
<b>Passivo circulante</b>			
Fornecedores	15	1.410.469	1.024.557
Empréstimos e financiamentos	18	420.631	637.557
Debêntures		371.330	190.570
Passivo financeiro setorial	10	-	356.178
Salários, provisões e encargos sociais		48.028	59.325
Imposto de renda e contribuição social a pagar		16.284	71.110
Outras obrigações fiscais	17	233.208	167.167
Pis/Cofins a serem restituídos a consumidores	17	473.748	317.774
Dividendos a pagar	16	171.729	130.276
Encargos setoriais	20	98.371	91.892
Obrigações com benefícios pós-emprego	19	1.338	1.530
Provisões para processos judiciais e outros riscos		295	-
Instrumentos financeiros derivativos	30	28.935	1.241
Outras obrigações		170.924	98.070
<b>Total do passivo circulante</b>		<b>3.445.288</b>	<b>3.147.247</b>
<b>Passivo não circulante</b>			
Empréstimos e financiamentos	18	1.847.084	319.009
Debêntures		1.082.623	1.343.013
Pis/Cofins a serem restituídos a consumidores	16	997.855	1.128.538
Passivo financeiro setorial	10	-	197.576
Outras obrigações fiscais	17	1.169	3.488
Encargos setoriais	20	8.036	16.820
Obrigações com benefícios pós-emprego	19	87.977	110.398
Provisões para processos judiciais e outros riscos	22	245.047	194.529
Tributos diferidos	27	193.193	225.930
Instrumentos financeiros derivativos		7.359	-
Outras obrigações		8.022	15.483
Obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica	23	1.053.508	1.059.649
<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>5.531.873</b>	<b>4.614.433</b>
<b>Patrimônio líquido</b>			
Capital social	24	914.347	892.246
Reservas de capital		358.671	358.671
Reservas de lucros		2.220.037	1.638.238
Outros resultados abrangentes/Ajustes de avaliação patrimonial		(6.249)	(1.402)
Reserva de reavaliação regulatória		341.519	362.438
Proposta de distribuição de dividendos adicionais		-	109.708
Prejuízos acumulados		(683.884)	(186.592)
<b>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>3.144.441</b>	<b>3.173.307</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>12.121.602</b>	<b>10.934.987</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

## DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS REGULATÓRIO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2021

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto resultado por ação)

	Notas	31.12.2021	31.12.2020
<b>Receita / ingresso</b>			
Fornecimento de energia elétrica		7.932.982	6.207.111
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição		366.206	255.974
Venda de Energia Excedente - MVE		248.579	11.466
Outras receitas		711.195	652.693
Ativos e passivos financeiros setoriais		675.876	198.544
	25	<b>9.934.839</b>	<b>7.325.788</b>
<b>Deduções da receita bruta</b>			
ICMS		(2.022.316)	(1.551.772)
PIS-PASEP		(147.015)	(101.925)
Cofins		(677.160)	(469.474)
ISS		(6.444)	(5.134)
<b>Encargos - Parcela "A"</b>			
Programa de eficiência energética - PEE		(32.658)	(24.087)
Conta de desenvolvimento energético - CDE		(357.695)	(201.879)
Pesquisa e desenvolvimento - P&D		(32.658)	(24.087)
Taxa de fiscalização		(7.636)	(6.529)
Outros encargos		-	(14.470)
		<b>(3.283.582)</b>	<b>(2.399.357)</b>
<b>Receita líquida / ingresso líquido</b>		<b>6.651.257</b>	<b>4.926.431</b>
<b>Custos não gerenciáveis - parcela "A"</b>			
Energia elétrica comprada para revenda		(3.650.748)	(2.914.038)
Encargos de transmissão, conexão e distribuição		(979.938)	(457.742)
(-) Ajustes referente ao alívio retroativo		7.136	52.639
		<b>(4.623.550)</b>	<b>(3.319.141)</b>
<b>Resultado antes dos custos gerenciáveis</b>		<b>2.027.707</b>	<b>1.607.290</b>
<b>Custos gerenciáveis - Parcela "B"</b>			
Pessoal e administradores	26	(180.892)	(170.786)
Serviços de terceiros	28	(579.931)	(434.314)
Material	28	(25.401)	(32.176)
Arrendamentos e aluguéis	28	(13.806)	(14.877)
Seguros	28	(5.693)	(4.192)
Doações, contribuições e subvenções	28	(1.447)	(2.874)
Provisão créditos de liquidação duvidosa	28	(214.884)	(215.730)
Provisão para processos judiciais e outros	28	(19.700)	(28.684)
Tributos	28	(1.821)	(1.788)
Depreciação e amortização	28	(338.600)	(290.684)
Outros despesas operacionais	28	(197.378)	(185.666)
Outras receitas operacionais	28	5.039	6.354
		<b>(1.574.514)</b>	<b>(1.375.417)</b>
<b>Resultado da atividade</b>		<b>453.193</b>	<b>231.873</b>
<b>Resultado financeiro</b>			
Receitas financeiras	29	513.358	247.048
Despesas financeiras	29	(739.885)	(375.753)
		<b>226.666</b>	<b>103.168</b>
<b>Resultado antes dos impostos sobre o lucro</b>			
Imposto de renda	27	(9.654)	7.337
Contribuição social	27	(13.549)	(13.956)
<b>Lucro do exercício</b>		<b>203.463</b>	<b>96.549</b>
<b>Lucro por ação originado das operações</b>			
<b>Básico - lucro de operações</b>			
Atribuíveis a acionistas controladores		1,8873	0,9183
Detentores de ações ordinárias		1,5735	0,7656
Detentores de ações preferencias - Classe A		0,9249	0,4500
Detentores de ações preferencias - Classe B		0,0502	0,0244
<b>Diluído - lucro de operações</b>			
<b>Atribuíveis a acionistas controladores</b>			
Detentores de ações ordinárias		1,5735	0,7656
Detentores de ações preferencias - Classe A		0,9249	0,4500
Detentores de ações preferencias - Classe B		0,0502	0,0244

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES REGULATÓRIO**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Notas	31.12.2021	31.12.2020
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>		203.463	90.195
<b>Outros resultados abrangentes:</b>			
Realização da reserva de reavaliação	12	(31.696)	(23.606)
Tributo diferido sobre a realização da reserva de reavaliação	27	10.777	8.026
Constituição da reserva de reavaliação 4º Ciclo Tarifário	12	-	366.002
Tributo diferido sobre a realização da reserva de reavaliação 4º Ciclo Tarifário	27	-	(124.440)
Realização e constituição da reserva de reavaliação líquidos dos tributos		(20.919)	225.982
Ganho/perda atuarial em benefícios pós-emprego	19	20.410	3.772
Tributos diferidos sobre ganho/perda atuarial em benefícios pós-emprego	12	(6.939)	(1.283)
Outros resultados abrangentes não reclassificados para resultado em exercícios subsequentes, líquidos dos tributos		13.471	2.489
Perda em instrumentos financeiros derivativos	19	(7.344)	(853)
Tributos diferidos sobre perda em instrumentos financeiros derivativos	27	2.497	290
Outros resultados abrangentes a serem reclassificados para resultado em exercícios subsequentes, líquidos dos tributos		(4.847)	(563)
<b>TOTAL DOS RESULTADOS ABRANGENTES DO EXERCÍCIO, LÍQUIDO DE TRIBUTOS</b>		<b>191.168</b>	<b>318.103</b>
Atribuível aos:			
Acionistas controladores		141.562	432.825
Acionistas não controladores		49.606	151.671

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

## DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO REGULATÓRIO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais)

	Reservas de capital			Reservas de lucros			Outros resultados			Lucros acumulados	Total	
	Capital social	Reserva De ágio	Remuneração de bens e direitos constituídos com capital próprio	Incentivo fiscal-ADENE	Legal	Incentivo fiscal-SUDENE	Reforço de capital de giro	Reserva de reavaliação regulatória	Outros resultados abrangentes			Proposta de distribuição de dividendos adicional
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>808.246</b>	<b>221.188</b>	<b>31.160</b>	<b>106.323</b>	<b>48.845</b>	<b>888.885</b>	<b>693.987</b>	<b>377.215</b>	<b>(341)</b>	<b>82.671</b>	<b>(32.737)</b>	<b>3.225.442</b>
Aprovação dos dividendos propostos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(82.671)	-	(82.671)
Aumento de capital	84.000	-	-	-	-	-	(84.000)	-	-	-	-	-
Perda atuarial em benefícios pós-emprego	-	-	-	-	-	-	-	-	(15.777)	-	-	(15.777)
Tributos diferidos <i>st</i> perda de benefícios pós-emprego	-	-	-	-	-	-	-	-	5.364	-	-	5.364
Transferência para lucros acumulados	-	-	-	-	-	-	-	-	10.413	-	(10.413)	-
Perda de instrumentos financeiros derivativos - swap	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.607)	-	-	(1.607)
Tributos diferidos <i>st</i> perda de instrumentos financeiros derivativos - swap	-	-	-	-	-	-	-	-	546	-	-	546
Realização da reserva de reavaliação 2019	-	-	-	-	-	-	-	(22.390)	-	-	22.390	-
Tributo diferido sobre a realização da reserva de reavaliação 2019	-	-	-	-	-	-	-	7.613	-	-	(7.613)	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	96.549	96.549
Reserva de lucros-incentivo fiscal-SUDENE	-	-	-	-	-	46.080	-	-	-	-	(46.080)	-
<b>Proposta da administração para destinação do lucro líquido:</b>												
Dividendos expirados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	315	315
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(54.854)	(54.854)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	109.708	(109.708)	-
Reserva de reforço de capital de giro	-	-	-	-	-	-	44.441	-	-	-	(44.441)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>892.246</b>	<b>221.188</b>	<b>31.160</b>	<b>106.323</b>	<b>48.845</b>	<b>934.965</b>	<b>654.428</b>	<b>362.438</b>	<b>(1.402)</b>	<b>109.708</b>	<b>(186.592)</b>	<b>3.173.307</b>
Aprovação dos dividendos propostos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(109.708)	-	(109.708)
Aumento de capital	22.100	-	-	-	-	-	(22.100)	-	-	-	-	-
Perda atuarial em benefícios pós-emprego	-	-	-	-	-	-	-	-	20.410	-	-	20.410
Tributos diferidos <i>st</i> perda de benefícios pós-emprego	-	-	-	-	-	-	-	-	(6.939)	-	-	(6.939)
Transferência para lucros acumulados	-	-	-	-	-	-	-	-	(13.471)	-	13.471	-
Perda de instrumentos financeiros derivativos - swap	-	-	-	-	-	-	-	-	(7.344)	-	-	(7.344)
Tributos diferidos <i>st</i> perda de instrumentos financeiros derivativos - swap	-	-	-	-	-	-	-	-	2.497	-	-	2.497
Realização da reserva de reavaliação 2019	-	-	-	-	-	-	-	(31.696)	-	-	31.696	-
Tributo diferido sobre a realização da reserva de reavaliação 2019	-	-	-	-	-	-	-	10.777	-	-	(10.777)	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	203.463	203.463
Reserva de lucros-incentivo fiscal-SUDENE	-	-	-	-	-	33.615	-	-	-	-	(33.615)	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(117.000)	(117.000)
<b>Proposta da administração para destinação do lucro líquido:</b>												
Dividendos expirados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	63	63
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(14.309)	(14.309)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva de reforço de capital de giro	-	-	-	-	-	-	570.284	-	-	-	(570.284)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>914.347</b>	<b>221.188</b>	<b>31.160</b>	<b>106.323</b>	<b>48.845</b>	<b>968.580</b>	<b>1.202.612</b>	<b>341.519</b>	<b>(6.249)</b>	<b>-</b>	<b>(683.884)</b>	<b>3.144.441</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

## DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA REGULATÓRIOS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de Reais)

	31.12.2021	31.12.2020
<b>Atividades operacionais:</b>		
Lucro líquido do exercício	203.463	96.549
<b><u>Ajustes para conciliar o lucro líquido do exercício com o caixa das atividades operacionais:</u></b>		
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	188.552	215.730
Perda de recebíveis de clientes	62.978	-
Depreciação e amortização	382.765	314.355
Juros e variações monetárias	220.168	330.684
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - juros e variação cambial	(45.836)	(141.351)
Ativos e passivos financeiros setorial	19.042	(6.591)
Marcação a mercado de ativo indenizável	-	-
Valor residual de intangível e imobilizado	-	26.091
Baixa de ativo financeiro, intangível da concessão e imobilizado	1.317	-
Tributos e contribuições social diferidos	(158.273)	(77.741)
Provisões para processos judiciais e outros riscos	19.700	28.684
Obrigações com benefícios pós-emprego	8.649	7.391
<b>Redução (aumento) dos ativos:</b>		
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	(530.799)	(313.104)
Créditos de Subvenção desconto tarifário	(60.932)	(16.549)
Ativo financeiro setorial	(193.179)	48.023
Imposto de renda e contribuições sociais compensáveis	(23.616)	(16.996)
Outros tributos compensáveis	241.574	125.544
Depósitos vinculados a litígios	(1.122)	(128)
Outros créditos	(48.739)	16.799
<b>Aumento (redução) dos passivos:</b>		
Fornecedores	385.912	172.096
Pis/Cofins a serem restituídos a consumidores	25.290	25.445
Salários, provisões e encargos sociais	(11.297)	21.093
Imposto de renda e contribuição social a pagar	185.400	89.435
Outras obrigações fiscais	66.806	(1.837)
Passivo financeiro setorial	(553.754)	246.688
Encargos setoriais	(2.306)	(136)
Outras obrigações	59.251	64.471
	<u>441.014</u>	<u>1.254.645</u>
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(240.226)	(118.741)
Pagamento de processos judiciais e outros riscos	(28.560)	(35.967)
Pagamento com benefícios pós-emprego	(10.852)	(8.297)
Pagamento de juros (encargos de dívidas e debentures), deduzido dos juros capitalizados	(106.704)	(90.053)
Pagamento de juros de instrumento derivativo	(10.202)	(10.319)
Pagamentos de juros de arrendamento	-	(441)
<b>Caixa líquido gerado nas atividades operacionais</b>	<u>44.470</u>	<u>990.827</u>
<b>Atividades de investimentos:</b>		
Adições para ativo contratual e imobilizado	(1.096.271)	(974.132)
Cauções e depósitos	(2.518)	(4.620)
Títulos e valores mobiliários	11.728	(15.343)
<b>Caixa líquido usado nas atividades de investimentos</b>	<u>(1.087.061)</u>	<u>(994.095)</u>
<b>Atividades de financiamentos:</b>		
Captação de empréstimos e financiamentos	1.870.050	533.079
Pagamentos de empréstimos e financiamentos (principal)	(693.865)	(427.269)
Recebimentos de instrumento derivativo (principal)	105.750	63.507
Parcelamento especial	(1.541)	(1.422)
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	(199.501)	(90.217)
<b>Caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos</b>	<u>1.080.893</u>	<u>77.678</u>
<b>Aumento de caixa e equivalentes de caixa</b>	<u>38.302</u>	<u>74.410</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	166.015	91.605
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<u>204.317</u>	<u>166.015</u>
<b>Aumento de caixa e equivalentes de caixa</b>	<u>38.302</u>	<u>74.410</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
em 31 de dezembro de 2021 e 2020  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

## **1. Informações Gerais**

---

A Companhia Energética do Ceará - Coelce (“Companhia” ou “Enel Distribuição Ceará”), sociedade por ações de capital aberto registrada na B3 - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros com registro de Companhia aberta categoria “A”, com sede na Rua Padre Valdevino, nº 150, Centro, Fortaleza, Ceará, controlada pela Enel Brasil S.A. (“Enel Brasil” ou Enel), sendo esta, por sua vez, uma controlada indireta da Enel S.p.A. (sediada na Itália) é uma concessionária do serviço público de energia elétrica, destinada a pesquisar, estudar, planejar, construir e explorar a distribuição de energia elétrica, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia - MME.

A Companhia tem como área de concessão 184 municípios cearenses, o qual é regulado pelo contrato de Concessão de Distribuição nº 01/1998, com vencimento em 13 de maio de 2028.

### **1.1 Pandemia (Covid-19) - Impactos econômico-financeiros**

#### **Pessoas e sociedade**

Para os profissionais que realizam trabalhos operacionais, o Grupo Enel providenciou e disponibilizou, para cada profissional, equipamentos de proteção individual, bem como comunicações e recomendações contínuas relacionadas a como evitar o contágio por Covid-19. Não obstante, os benefícios de saúde disponibilizados desde o início da pandemia, como por exemplo, apólices de seguro com cobertura adicional para os profissionais que eventualmente forem hospitalizados por decorrência de infecção por Covid-19, serão mantidos.

Desde a adoção mais ampliada do trabalho remoto, intensificada após o início da pandemia, a nova forma de trabalho se demonstrou eficiente e com a mesma qualidade ora atingida pelo trabalho em loco. Este resultado só é possível pelos constantes investimentos em digitalizações e sistemas realizados pelo grupo. Essa nova realidade se tornou uma oportunidade para expansão da prática do trabalho remoto.

#### **Monitoramento e plano estratégico**

O Grupo Enel tem realizado acompanhamento constante relacionado à estratégia e manutenção da qualidade dos serviços, bem como à lucratividade de seus negócios. Esse monitoramento resultou em informações que puderam auxiliar a administração na tomada de decisões estratégicas, como também, demonstraram que, apesar de toda crise causada pela pandemia da Covid-19, nenhum dos negócios mantidos apresentou indicativos de descontinuidade ou perda do seu valor recuperável.

Para prevenir ou amenizar qualquer efeito negativo que possa, porventura, ser identificado em suas linhas de negócios, a Administração do Grupo Enel continuará a monitorar suas atividades, demandas, resultados operacionais e de suporte, para que possa, de forma tempestiva, tomar ações que previnam ou amenizem tais efeitos.

#### **Provisão esperada para créditos de liquidação duvidosa**

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
em 31 de dezembro de 2021 e 2020  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

O Grupo tem frequentemente acompanhado os eventos decorrentes da pandemia e seus reflexos sobre a PECLD. Este acompanhamento, inclui, dentre outras ações, a adoção de premissas que melhor reflitam a estimativa de perdas esperadas como resultado das limitações estabelecidas pela resolução normativa nº 928 emitida pela ANEEL em 26 março de 2021 (que foi prorrogada pela resolução normativa nº 936 emitida pela ANEEL em 15 de junho de 2021), que determinava a impossibilidade de corte por inadimplência para classes de consumos específicas (por exemplo: consumidores classificados como baixa renda e serviços essenciais) até 31 de dezembro de 2021.

Com base na resolução acima, a provisão para perdas esperadas em contas a receber abrange a melhor estimativa da Companhia e tal estimativa é determinada com base nas informações vigentes até a data de divulgação dessas demonstrações financeiras, bem como representa a situação de risco de crédito de seus consumidores, vide nota explicativa nº 7. Todos os efeitos possíveis e confiavelmente mensuráveis têm sido aplicados de forma consistente na determinação da perda esperada com créditos de liquidação duvidosa.

A Companhia intensificou ações de cobrança para aumentar a eficiência e a recuperação de contas de energia em atraso, a saber: (i) campanhas de conscientização relacionadas à importância da manutenção dos pagamentos das contas de energia assíduos; (ii) planos de parcelamentos; (iii) intensificação da política de corte para as classes de consumo cuja a resolução normativa nº 928 (que foi prorrogada pela resolução normativa nº 936) não impedia e (iv) proporcionando aos seus consumidores alternativas de métodos de pagamentos, como por exemplo, utilização de cartões de crédito como opção de parcelamentos para as contas de energia em atraso ou não.

### **Medidas para o setor elétrico**

Como resposta à pandemia, a ANEEL adotou algumas medidas temporárias adicionais a fim de preservar a prestação do serviço de distribuição de energia elétrica por meio de nova resolução normativa publicada em março de 2021 (REN 928/2021, que foi prorrogada pela REN 936/2021). Dentre essas medidas, pode-se citar (i) a vedação temporária da suspensão de fornecimento por inadimplência de consumidores baixa renda; que utilizem equipamentos necessários à vida; instalações associadas aos sistemas de saúde; e infraestrutura relacionada a vacinação, armazenamento de vacinas, atendimento médico-hospitalar, (ii) suspensão do prazo nonagesimal para corte por inadimplência para todos usuários e do descadastramento dos consumidores baixa renda, exceto para aqueles que não atendem os critérios; (iii) suspensão do pagamento de compensações DIC/FIC/DMIC e conformidade de tensão desde que estes pagamentos tivessem sido honrados até dezembro de 2021 com atualização; e (iv) ações específicas para o caso de adoção de medidas restritivas de combate à Covid-19 por autoridades competentes locais. Tais medidas vigoraram até 30 de setembro de 2021.

Por meio da Resolução nº 2/2021, o Ministério de Minas e Energia instituiu o Programa de Incentivo à Redução Voluntária do Consumo de Energia Elétrica para unidades consumidoras do Sistema Interligado Nacional aos clientes dos grupos A e B, com algumas exceções. O programa concede um bônus em fatura, no valor de R\$ 0,50 (cinquenta centavos) para cada 1kWh em contrapartida da redução média verificada do consumo de energia elétrica em montante igual ou superior a 10%, limitado a 20%,

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
em 31 de dezembro de 2021 e 2020  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

apurada de forma cumulativa nas faturas referentes às competências de setembro a dezembro de 2021 em comparação às faturas de setembro a dezembro de 2020. A bonificação será concedida nas faturas a partir de janeiro de 2022 e os créditos concedidos em fatura, serão recuperados por meio do encargo destinado à cobertura dos custos do serviço do sistema, sem prejuízo financeiro para a Companhia. Para atendimento à resolução e ao ofício circular nº 4/2021 da ANEEL, a Companhia apurou o montante de R\$ 69.793, a ser concedido nas faturas nas unidades consumidoras - vide nota explicativa nº 8. O desconto está sendo concedido desde 2 de janeiro de 2022, de acordo com os lotes de faturamento.

Em 31 de agosto de 2021, o Governo Federal determinou à ANEEL, por meio da Resolução CREG nº 3/2021, a implantação da Bandeira Escassez Hídrica a ser aplicada aos clientes cativos exceto os clientes Baixa Renda, que continuariam a terem os valores de bandeira dentro os patamares já conhecidos. A bandeira escassez hídrica teve vigência de 01 de setembro de 2021 a 15 de abril de 2022, pela qual a tarifa foi acrescida de R\$ 14,20 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos.

**Preservação do equilíbrio econômico-financeiro da concessão**

A ANEEL, observando a Medida Provisória nº 950/2020 e o Decreto nº 10.350/2020, reconheceu que os fatos atuais causados pela pandemia se incluem no âmbito das áreas administrativa e econômica. Assim, decidiu instaurar a 3ª fase da Consulta Pública nº 035/2020 em 16 de dezembro de 2020 para disciplinar os procedimentos a serem observados pelas concessionárias afetadas, em processo administrativo específico a ser avaliado pelo regulador, para demonstração do alcance e mensuração de seu direito ao reequilíbrio econômico-financeiro, conforme art. 15, § 1º, da Resolução Normativa nº 885, publicada no diário oficial em 23 de junho de 2020.

Em 23 de novembro de 2021, em reunião pública, foi aprovado pela ANEEL, o resultado da consulta pública 035/2020. Por meio da resolução nº 952/2021, foi estabelecido os critérios para ressarcimento aos consumidores, dos custos acessórios incorridos nas operações de crédito relativas à Conta-Covid. As distribuidoras deverão arcar com os custos acessórios do CDI e do spread financeiro para a parte do empréstimo lastreado na CVA em amortização e na Parcela B. O montante apurado pela Companhia, referente a tais custos acessórios foi de R\$ 14.779, o qual foi registrado como passivo financeiro setorial e será repassado aos consumidores no próximo ciclo tarifário, a partir do ciclo 2022 - vide nota explicativa nº 10 - (Valores a receber (devolver) de Parcela A e outros itens financeiros).

Na mesma Resolução, a ANEEL aprovou as regras para avaliação de pedidos de reequilíbrio econômico em decorrência dos impactos decorrentes da pandemia. Conforme tal norma, são itens passíveis de reequilíbrio a queda de faturamento devido à redução de mercado e a perda de arrecadação resultante do aumento de inadimplência. Ademais foram definidas a metodologia de cálculo da sobrecontratação involuntária resultante da redução de carga durante a pandemia. Os pedidos de reequilíbrio devem ser realizados em até 60 dias da publicação dos resultados da projeção de receitas irre recuperáveis que será ainda realizada pela ANEEL, possivelmente, no 1º trimestre de 2022.

Em 13 de dezembro de 2021, o Governo Federal publicou a medida provisória nº 1.078, que permite o financiamento às distribuidoras para mitigar o impacto derivado da escassez de água, bem como os diferimentos tarifários ocorridos até o desembolso do próprio empréstimo. O Decreto nº 10.939/2021, foi publicado no dia 13 de janeiro de 2022 com a

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
em 31 de dezembro de 2021 e 2020  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

regulamentação da referida medida provisória. O financiamento será gerido pela CCEE por meio da “Conta Escassez Hídrica”, sendo que a ANEEL homologará os valores a serem pagos pela referida conta, a cada distribuidora. O referido empréstimo será pago pelos consumidores (clientes regulados e novos clientes livres que migrarem a partir da data de emissão da referida Provisão Temporária) por meio da conta de energia. A ANEEL ainda publicará a resolução com as condições para o empréstimo.

## **2. Setor elétrico no Brasil**

---

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia (“MME”), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A regulação para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”).

O fornecimento de energia elétrica a varejo é efetuado de acordo com o previsto nos contratos de concessão para geração, transmissão e distribuição de energia elétrica.

De acordo com os contratos de concessão de distribuição, a Outorgada está autorizada a cobrar de seus consumidores uma taxa pelo fornecimento de energia consistindo em dois componentes: (1) parcela referente aos custos de geração, transmissão e distribuição de energia não gerenciáveis (“Custos da Parcela A”); e (2) parcela de custos operacionais (“Custos da Parcela B”). Ambas as parcelas são estabelecidas como parte da concessão original para determinados períodos iniciais. Subsequentemente aos períodos iniciais, e em intervalos regulares, a ANEEL tem a autoridade de rever os custos da Outorgada, a fim de determinar o ajuste da inflação (ou outro fator de ajuste similar), caso existente, aos Custos da Parcela B (“Ajuste Escalar”) para o período subsequente. Esta revisão poderá resultar num ajuste escalar com valor positivo, nulo ou negativo.

Adicionalmente, aos ajustes referentes aos Custos da Parcela A e B mencionados anteriormente, as concessões para fornecimento de energia elétrica têm um ajuste tarifário anual, baseado em uma série de fatores, incluindo a inflação.

Como resultado das mudanças regulatórias ocorridas em dezembro de 2001, a Outorgada pode agora requisitar reajustes tarifários resultantes de eventos significativos que abalem o equilíbrio econômico-financeiro dos seus negócios. Outros eventos normais ou recorrentes (como altas no custo da energia comprada, impostos sobre a receita ou ainda a inflação local) também têm permissão para serem absorvidos por meio de aumentos tarifários específicos. Quando a Outorgada solicita um reajuste tarifário, se faz necessário comprovar o impacto financeiro resultante destes eventos nas operações.

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais.

Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL. O ONS tem a responsabilidade de gerenciar o despacho de energia elétrica das usinas em condições otimizadas, envolvendo o uso dos reservatórios das hidrelétricas e o combustível das termelétricas do sistema interligado nacional.

O pagamento do uso da transmissão aplica-se também à geração da Itaipu Binacional. Entretanto, devido às características legais dessa usina, os encargos correspondentes são assumidos pelas concessionárias de distribuição detentoras das respectivas quotas-partes da potência da usina.

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
em 31 de dezembro de 2021 e 2020  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

**3. Base de preparação e apresentação das Demonstrações Contábeis Regulatórias**

---

As demonstrações contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo Órgão Regulador e conforme as políticas contábeis estabelecidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL através da Resolução Normativa no 605, de 11 de março de 2014.

Essas demonstrações foram preparadas em consonância com as orientações emitidas pelo Órgão Regulador para demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis para fins regulatórios são separadas das demonstrações contábeis estatutárias societárias da Companhia. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as instruções contábeis regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. A nota explicativa nº 36 apresenta uma reconciliação entre as demonstrações contábeis regulatórias e societárias elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, para melhor entendimento do leitor.

**3.1 Base de mensuração**

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor (exceto quando exigido critério diferente) e ajustadas para refletir a avaliação de ativos e passivos mensurados a valor justo, quando tais avaliações são exigidas pelas Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS).

**3.2 Segmento de negócios**

Um segmento operacional é um componente da Companhia (i) que possui atividades de negócio através das quais gera receitas e incorre em despesas, (ii) cujos resultados operacionais são regularmente revisados pela Administração na tomada de decisões sobre alocação de recursos e avaliação da performance do segmento, e (iii) para o qual haja informações financeiras individualizadas.

Como a Companhia atua em uma única região geográfica (Estado de São Paulo) e possui uma única atividade de negócio das quais pode obter receitas e incorrer despesas (Distribuição de Energia Elétrica), a entidade identificou um segmento reportável, cujo resultados operacionais são regularmente (a cada trimestre) avaliados pelo principal tomador de decisão operacional da entidade, ao decidir sobre alocação de recursos e avaliação de desempenho.

Consequentemente, a Companhia concluiu que possui apenas o segmento de distribuição de energia elétrica como passível de reporte.

**3.3 Moeda funcional, conversão de saldos e transações em moeda estrangeira**

**(a) Moeda funcional e de apresentação**

As demonstrações financeiras regulatórias foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
em 31 de dezembro de 2021 e 2020  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

Todos os valores apresentados nestas demonstrações financeiras regulatórias estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outro modo.

**(b) Transações e saldos**

As transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não foram realizadas na moeda funcional da Companhia, foram convertidas para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data em que as transações foram realizadas. Os saldos de ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional da Companhia pela taxa de câmbio na data base dos balanços.

**4. Políticas contábeis e estimativas**

---

As práticas contábeis e estimativas relevantes da Companhia estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem.

**Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas**

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e o exercício de julgamento por parte da Administração. Áreas consideradas significativas, que estão sujeitas a estimativas incluem: perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros, ativo indenizável, perda esperada para crédito de liquidação duvidosa, imposto de renda e contribuição social diferidos, provisões para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e regulatórios, benefícios pós-emprego, receita de distribuição não faturada e instrumentos financeiros.

Quando necessário, os julgamentos e as estimativas estão suportados por pareceres elaborados por especialistas. A Companhia adota premissas derivadas de sua experiência e outros fatores que entende como razoáveis e relevantes nas circunstâncias. As premissas adotadas são revisadas periodicamente no curso ordinário dos negócios. Contudo, deve ser considerado que há uma incerteza inerente relativa à determinação dessas premissas e estimativas, o que poderá levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do referido ativo ou passivo em períodos futuros na medida em que novas informações estejam disponíveis.

**Julgamentos, estimativas e premissas**

As demonstrações financeiras foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras.

A liquidação das transações envolvendo estas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas, pelo menos, anualmente.

**4.1 Receita**

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
em 31 de dezembro de 2021 e 2020  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

**(a) Receita de fornecimento de energia elétrica**

As receitas com fornecimento de energia são medidas por meio da entrega de energia elétrica ocorrida em um determinado período. Essa medição ocorre de acordo com o calendário de leitura estabelecido pela distribuidora. O faturamento dos serviços de distribuição de energia elétrica é, portanto, efetuado de acordo com esse calendário, sendo a receita de serviços registrada na medida em que as faturas são emitidas.

A energia fornecida e não faturada, correspondente ao período decorrido entre a data da última leitura e o encerramento do balanço, é estimada e reconhecida como receita não faturada considerando-se como base o histórico de consumo dos clientes.

**(b) Receita não faturada**

A Companhia efetua o processo de medição (leitura) do consumo de seus clientes de acordo com o cronograma de leitura estabelecido, como resultado desse processo, o consumo de MWh é faturado mensalmente para cada consumidor. Como parte do curso normal do processo de leitura, parte da energia distribuída ao longo do mês não é faturada ao final de cada mês, e, conseqüentemente, a Companhia realiza uma estimativa através de premissas estabelecidas com base no histórico de consumo e volume total de energia disponibilizada. Essa estimativa é registrada como receita de distribuição não faturada (uso de estimativa).

**(c) Receita de construção**

A Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de concessão ("ICPC 01") estabelece que o concessionário de energia elétrica deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 47 mesmo quando regidos por um único contrato de concessão.

A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual à zero, considerando que: (i) a atividade fim da Companhia é a distribuição de energia elétrica; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim, ou seja, a distribuição de energia elétrica; e (iii) a Companhia terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionadas. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo de contrato é registrada no resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais.

**(d) Receita de serviço**

As receitas com serviços são complementares às atividades de energia como, por exemplo, como serviços cobráveis, ou atividades acessórias, como arrecadação de convênios.

As receitas de serviços são reconhecidas à medida que as obrigações de performances determinadas em contrato são transferidas ao cliente e a possibilidade do recebimento da contraprestação financeira for provável.

**4.2 Pronunciamentos novos ou alterados - vigentes em 31 de dezembro de 2021**

A Companhia avaliou os novos pronunciamentos ou alterações realizadas aos pronunciamentos já existentes, e quando aplicável, os implementou conforme requerido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC").

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
em 31 de dezembro de 2021 e 2020  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

As novas normas contábeis ou aquelas alteradas que passaram a vigorar para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2021 estão evidenciadas a seguir:

**(a) Alterações ao CPC 06 (R2) – Arrendamentos | IFRS 16 - Leases**

O CPC 06 (R2) equivalente à norma internacional de contabilidade, IFRS 16, foi alterado com o objetivo de determinar os procedimentos e critérios contábeis para o devido registro de benefícios concedidos aos arrendatários pelos arrendadores através de alterações de contratos de arrendamentos em decorrência da pandemia de Covid-19.

- (i) A alteração em questão permite a utilização de um expediente prático para a contabilização de alterações contratuais temporárias em decorrência da Covid-19, que devem, obrigatoriamente, atender a todas as características descritas a seguir:
- (ii) A alteração nos pagamentos do arrendamento resulta em uma contraprestação revista para o arrendamento que é substancialmente igual ou inferior à contraprestação para o arrendamento imediatamente anterior à alteração;
- (iii) Qualquer redução nos pagamentos de arrendamento afeta apenas os pagamentos originalmente devidos em ou antes de 30 de junho de 2021; e
- (iv) Não há alteração substancial de outros termos e condições do contrato de arrendamento.

A revisão do CPC 06 (R2), bem como a aplicação do expediente prático não resultaram em alterações materiais para a política contábil sobre contratos de arrendamento atualmente utilizada pela Companhia.

**(b) Alterações aos CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48 – Instrumentos financeiros, reconhecimento e mensuração, evidenciação e instrumentos financeiros | IFRS 07 – Financial instruments: Disclosures e 09 – Financial Instruments**

Os pronunciamentos contábeis supracitados foram alterados em virtude da recente reforma realizada sobre as taxas interbancárias oferecidas (IBORs), tais taxas são referências de juros, como por exemplo, LIBOR, EURIBOR e TIBOR. Dessa forma, o IASB emitiu a reforma da taxa de juros de referência que resultou na alteração das IFRS 07 e IFRS 09. Tais alterações modificam, principalmente, as exigências específicas de contabilização de *hedge* para permitir a manutenção da contabilização destes instrumentos de proteção durante o período de incerteza gerado pela reforma da taxa de juros de referência.

**4.3 Pronunciamentos novos ou alterados, mas ainda não vigentes**

Não se espera que as seguintes normas novas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia. Se aplicável aos negócios da Companhia, os pronunciamentos novos ou alterados serão adotados assim que sua adoção entrar em vigor.

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
em 31 de dezembro de 2021 e 2020  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

<b>Pronunciamentos novos ou alterados</b>	<b>Natureza da alteração</b>	<b>Vigente para períodos anuais iniciados em ou após</b>
CPC 27 – Imobilizado	Prover <i>guidance</i> para a contabilização transações que envolvem venda de itens produzidos antes do ativo estar disponível para uso – recursos antes do uso pretendido	1º de janeiro de 2022
Melhorias anuais às IFRS Ciclo 2018 - 2020	Alterações às IFRS 01, IFRS 09, IFRS 16 e IAS 41	1º de janeiro de 2022
CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos contingentes	Contratos onerosos – custo de cumprimento do contrato	1º de janeiro de 2022
CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações contábeis	Requisitos para classificação de passivo circulante e não circulante	1º de janeiro de 2023
CPC 50 - Contratos de seguro	Adoção inicial	1º de janeiro de 2023
CPC 32 – Tributos sobre o Lucro	Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação	1º de janeiro de 2023
CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas e CPC 18 (R2) – Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint venture	Prover <i>guidance</i> para situações que envolvem a venda ou contribuição de ativos entre investidor e suas coligadas.	Ainda não determinado pelo IASB e CFC
CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	Prover <i>guidance</i> sobre distinção entre políticas contábeis e estimativas contábeis.	1º de janeiro de 2023

A ANEEL, por meio do Despacho SFF/ANEEL nº 2.904, de 17 de setembro de 2021, decidiu: (i) revisar o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, na dimensão procedimental; (ii) revogar a versão 2015 do MCSE, aprovada pela Resolução Normativa nº 605, de 2014, substituída pela Resolução Normativa nº 933/2021; e (iii) aprovar a versão 2022 do MCSE, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2022. Dessa forma, seus efeitos estarão refletidos na DCR do exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

## **5. Caixa e equivalentes de caixa**

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
em 31 de dezembro de 2021 e 2020  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

	31.12.2021	31.12.2020
<b>Caixa e contas correntes bancárias</b>	<b>27.864</b>	<b>30.877</b>
<b>Aplicações financeiras</b>		
CDB (aplicações diretas)	11.120	31.882
Fundos de investimento aberto	14.053	837
Operações compromissadas	151.279	102.406
	<b>176.452</b>	<b>135.125</b>
<b>Fundos exclusivos</b>		
Operações compromissadas (fundos exclusivos)	-	13
	-	<b>13</b>
<b>Total</b>	<b>204.316</b>	<b>166.015</b>

O excedente de caixa da Companhia é aplicado de forma conservadora em ativos financeiros de baixo risco, com alta liquidez, sendo prontamente conversíveis em recursos disponíveis de acordo com as necessidades de caixa da Companhia em um valor conhecido e com risco insignificante de perda. Dada à natureza e característica das aplicações financeiras, estas já estão reconhecidas pelo seu valor justo por meio do resultado.

De acordo com o modelo de negócios da Companhia, os saldos de caixa e equivalentes de caixa são classificados como custo amortizado pois tem como objetivo coletar os fluxos de caixa de principal e juros. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, juros e correção monetária, em contrapartida ao resultado, calculados com base no método de taxa de juros efetiva, conforme definido na data da sua contratação e curva da taxa CDI mensal.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, não existe registro de perda esperada para créditos de liquidação duvidosa visto que os ativos financeiros são aplicados em instituições de primeira linha, sendo os mesmos monitorados de forma contínua pela Companhia.

## 6. Títulos e valores mobiliários

	31.12.2021	31.12.2020
Fundos de investimentos não exclusivos	80.048	76.801
Fundos de investimentos exclusivos (a)	600	15.575
Títulos públicos	414	13.270
LF - Letra Financeira	186	2.305
<b>Total</b>	<b>80.648</b>	<b>92.376</b>

(a) Fundo exclusivo do Grupo Enel, no qual a Companhia é uma das oito cotistas e apresenta 0,49% de representatividade sobre o total do mesmo em 31 de dezembro de 2021 (6,03% em 31 de dezembro de 2020).

A Companhia aplica uma parcela do seu caixa em fundos de Investimento não exclusivo, administrados por Asset de primeira linha. Esses fundos são classificados como renda fixa, possuem alta liquidez e buscam retorno compatível com o benchmark que é a taxa CDI. Nenhum desses ativos está vencido nem apresenta problemas de recuperação ou redução ao valor recuperável no encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Companhia Energética do Ceará - COELCE  
CNPJ nº 07.047.251/0001-70



Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
em 31 de dezembro de 2020 e 2019  
(Em milhares de reais)

7. Consumidores

	A vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total	PECLD	31.12.2021	A vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total	PECLD	31.12.2020
<b>Circulante</b>												
Classe de consumidores:												
Residencial	235.746,00	255.883,00	487.907,00	979.536,00	(476.363)	<b>503.173</b>	193.625	214.195	354.769	762.589	(339.115)	<b>423.474</b>
Industrial	21.110,00	12.286,00	29.385,00	62.781,00	(26.601)	<b>36.180</b>	18.936	16.004	31.002	65.942	(25.682)	<b>40.260</b>
Comercial	76.107,00	43.382,00	92.007,00	211.496,00	(78.892)	<b>132.604</b>	56.086	36.171	76.042	168.299	(68.218)	<b>100.081</b>
Rural	78.266,00	45.784,00	104.855,00	228.905,00	(72.462)	<b>156.443</b>	64.059	49.624	85.859	199.542	(53.482)	<b>146.060</b>
Poder público	32.464,00	18.854,00	31.505,00	82.823,00	(20.957)	<b>61.866</b>	27.371	17.902	29.243	74.516	(16.849)	<b>57.667</b>
Iluminação pública	41.926,00	23.341,00	70.950,00	136.217,00	(47.769)	<b>88.448</b>	18.367	17.864	50.240	86.471	(31.113)	<b>55.358</b>
Serviço público	20.052,00	5.355,00	17.189,00	42.596,00	(13.357)	<b>29.239</b>	15.243	8.031	16.007	39.281	(10.955)	<b>28.326</b>
<b>Fornecimento faturado</b>	<b>505.671,00</b>	<b>404.885,00</b>	<b>833.798,00</b>	<b>1.744.354,00</b>	<b>(736.401)</b>	<b>1.007.953</b>	<b>393.687</b>	<b>359.791</b>	<b>643.162</b>	<b>1.396.640</b>	<b>(545.414)</b>	<b>851.226</b>
Receita não faturada	389.575	-	-	389.575	-	<b>389.575</b>	281.102	-	-	281.102	-	<b>281.102</b>
Parcelamento de débitos*	4.289	31.689	106.210	142.188	(55.876)	<b>86.312</b>	139.205	-	-	139.205	-	<b>139.205</b>
Compartilhamento de uso mútuo	9.670	20.144	62.089	91.903	-	<b>91.903</b>	6.353	10.527	18.127	35.007	(6.893)	<b>28.114</b>
Compensação de Iluminação Pública	-	(70.037)	-	70.037	-	<b>(70.037)</b>	6.531	-	47.369	53.900	(32.350)	<b>21.550</b>
Agente de cobrança da iluminação pública	-	-	47.983	47.983	-	<b>47.983</b>	-	-	-	-	-	-
Venda no mercado excedente de curto prazo	-	6.787,00	-	6.787,00	-	<b>6.787</b>	-	-	-	-	-	-
<b>Contas a receber</b>	<b>403.534</b>	<b>- 11.417</b>	<b>216.282</b>	<b>608.399</b>	<b>(55.876)</b>	<b>552.523</b>	<b>433.191</b>	<b>10.527</b>	<b>65.496</b>	<b>509.214</b>	<b>(39.243)</b>	<b>469.971</b>
<b>Total do circulante</b>	<b>909.205</b>	<b>393.468</b>	<b>1.050.080</b>	<b>2.352.753</b>	<b>(792.277)</b>	<b>1.560.476</b>	<b>826.878</b>	<b>370.318</b>	<b>708.658</b>	<b>1.905.854</b>	<b>(584.657)</b>	<b>1.321.197</b>
<b>Não circulante</b>												
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	-	-	15.289	15.289	(15.289)	-	-	-	15.289	15.289	(15.289)	-
Parcelamento de débitos	-	-	115.421	115.421	-	<b>115.421</b>	75.431	-	-	75.431	-	<b>75.431</b>
<b>Total não circulante</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>130.710</b>	<b>130.710</b>	<b>(15.289)</b>	<b>115.421</b>	<b>75.431</b>	<b>-</b>	<b>15.289</b>	<b>90.720</b>	<b>(15.289)</b>	<b>75.431</b>

\*Visando atenuar o aumento da inadimplência, a Companhia adotou medidas internas de contingência extraordinária, onde foi proposto facilitar o parcelamento das faturas de energia em até 10 vezes, fato este que gerou um aumento significativo na rubrica “parcelamento de débitos”.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
em 31 de dezembro de 2020 e 2019  
(Em milhares de reais)



A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é a seguinte:

	31/12/2020	(Provisões) Reversões	31.12.2021
Consumidores e outras contas a receber	(382.889)	(217.057)	(599.946)
Outros ativos	(3.786)	1.327	(2.459)
	<b>(386.675)</b>	<b>(215.730)</b>	<b>(602.405)</b>

	31/12/2019	(Provisões) Reversões	Baixas	31/12/2020
Consumidores e outras contas a receber	(351.690)	(28.097)	(3.102)	(382.889)
Outros ativos	-	(3.786)	-	(3.786)
	<b>(351.690)</b>	<b>(31.883)</b>	<b>(3.102)</b>	<b>(386.675)</b>

A Companhia com o objetivo de melhor refletir a provisão esperada para créditos de liquidação duvidosa (“PECLD”) avaliou o ambiente econômico das regiões onde atua, reestruturou suas atividades de cobrança e intensificou a retomada de ações com melhor percentual histórico de recuperação de crédito, como por exemplo a retomada do corte de fornecimento de energia. Essa avaliação demonstrou que a PECLD deve considerar os efeitos oriundos de tais ações, que foram temporariamente privadas das distribuidoras por forças de lei e diretrizes regulatórias impostas a Companhia, conforme detalhado na nota explicativa 1.1, e dessa forma, ao atualizar a estimativa de perda futura a Companhia verificou que apesar do atual cenário, é mais provável que parte substancial do saldo vencido de contas a receber será recuperado no curto prazo, e por este motivo adicionou premissas históricas e de projeções que resultaram em uma menor expectativa de perda futura.



## 8. Subvenção CDE - desconto tarifário

Representa o valor a ser repassado para a Companhia, para cobertura de descontos incidentes sobre as tarifas de energia de classes específicas de consumidores. Os recursos são oriundos da Conta de Desenvolvimento Energético ("CDE"), e são homologados pela ANEEL no processo de reajuste anual das distribuidoras.

	31.12.2021	31.12.2020
Baixa renda - subsídio CDE	11.294	12.308
Previsão ajuste CDE ciclo corrente	-	7.402
CDE a devolver - diferença ciclo anterior	5.399	1.263
CDE a devolver - diferença ciclo corrente	(8.475)	(3.894)
Bônus - Redução voluntária de consumo (a)	69.793	-
<b>Total</b>	<b>78.011</b>	<b>17.079</b>

(a) Conforme detalhado na nota explicativa nº 1.1, o Ministério de Minas e Energia instituiu o Programa de Incentivo à Redução Voluntária do Consumo de Energia Elétrica. Como o bônus concedido será ressarcido por meio do encargo destinado à cobertura dos Custos do Serviço do Sistema, a Companhia constituiu um contas a receber e uma obrigação (rubrica de outras obrigações) no mesmo valor de R\$ 69.793.

## 9. Tributos a compensar

	31.12.2021	31.12.2020
<b>Imposto de renda e contribuição sociais compensáveis</b>		
Imposto de renda (a)	84.711	70.281
Contribuição social (a)	31.230	29.733
Imposto de renda retido na fonte - IRRF (b)	20.485	12.796
<b>Total</b>	<b>136.426</b>	<b>112.810</b>

	31.12.2021		31.12.2020	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
<b>Outros tributos compensáveis</b>				
ICMS (c)	84.496	82.605	73.343	78.801
PIS e COFINS	16.864	-	9.740	-
PIS e COFINS (ICMS) (d)	473.748	571.894	317.773	992.192
Outros tributos	1.142	-	474	-
<b>Total</b>	<b>576.250</b>	<b>654.499</b>	<b>401.330</b>	<b>1.070.993</b>

(a) O saldo em 31 de dezembro de 2021, É composto por antecipações de imposto de renda e contribuição social, tais antecipações estarão disponíveis para futuras compensações após a entrega da Escrituração Contábil Fiscal - ECF.

(b) A variação entre os exercícios se deve principalmente pelo imposto retido na fonte sobre os ganhos obtidos nas liquidações de instrumentos financeiros derivativos;

(c) Do total de crédito de ICMS, R\$ 141.217 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 126.125 em 31 de dezembro de 2020) referem-se aos créditos vinculados à aquisição de bens do ativo permanente, os quais estão sendo compensados mensalmente à razão de 1/48 avos, e o valor de R\$ 25.884 (R\$ 26.019 em 31 de dezembro de 2020) refere-se a créditos de compra de energia e incentivos culturais os quais são compensados no mês subsequente.

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
em 31 de dezembro de 2021 e 2020  
(Em milhares de reais)**



(d) A Companhia, amparada nas avaliações de seus assessores legais e melhor estimativa, e por possuir ação judicial transitada e julgada em abril de 2019, possui ativo de PIS e de COFINS sobre ICMS a recuperar de R\$ 473.748 no curto prazo e R\$ 571.894 no longo prazo em 31 de dezembro de 2021.

Por entender que os montantes a serem recebidos como créditos fiscais deverão ser repassados aos consumidores nos termos das normas regulatórias da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, a Companhia adotará os procedimentos de recuperação do crédito tributário de acordo com as previsões legais (vide nota explicativa nº18).

#### **10. Ativos e passivos financeiros setoriais**

---

Correspondem às diferenças entre os custos efetivamente incorridos e os custos estimados no momento da constituição da tarifa nos reajustes tarifários anuais, sendo essas variações atualizadas monetariamente pela taxa SELIC. Os ativos e/ou passivos financeiros originados das diferenças apuradas de itens da Parcela A e outros componentes financeiros em cada período contábil devem ter como contrapartida a adequada rubrica de receita líquida, no resultado do exercício, representando o diferimento e amortização

A composição, movimentação dos saldos, composição por ciclo tarifário e segregação entre curto e longo prazo estão demonstradas da seguinte forma:

Companhia Energética do Ceará - COELCE  
CNPJ nº 07.047.251/0001-70



Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
em 31 de dezembro de 2021 e 2020  
(Em milhares de reais)

A movimentação das contas de ativos regulatórios, bem como a abertura do saldo é a seguinte:

Ativos regulatórios	Saldo em 31/12/2020	Adição	Amortização	Recebimento			Saldo em 31/12/2021	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Circulante	Não Circulante
				Bandeiras Tarifárias	Remuneração	Reclassificações					
<b>CVA ativa</b>	<b>239.489</b>	<b>595.738</b>	<b>(170.521)</b>	<b>(292.499)</b>	<b>9.629</b>	<b>82.310</b>	<b>464.146</b>	<b>27.325</b>	<b>436.820</b>	<b>330.108</b>	<b>134.038</b>
Aquisição de Energia - (CVAenerg)	112.678	140.374	(70.253)	(273.522)	2.508	93.740	5.525	-	5.524	3.830	1.695
Proinfa	10.742	(1.665)	(7.113)	-	114	-	2.078	2.078	-	2.078	-
Transporte Rede Básica	42.031	19.390	(38.103)	-	2.371	1.383	27.072	7.030	20.042	20.922	6.150
ESS	67.870	447.768	(58.891)	(18.977)	4.696	(12.995)	429.471	18.217	411.254	303.278	126.193
CDE	6.168	(10.129)	3.839	-	(60)	182	-	-	-	-	-
<b>Demais ativos regulatórios</b>	<b>105.044</b>	<b>467.966</b>	<b>(41.801)</b>	<b>(212.713)</b>	<b>20.250</b>	<b>171.188</b>	<b>509.934</b>	<b>-</b>	<b>509.934</b>	<b>354.756</b>	<b>155.178</b>
Neutralidade da Parcela A	-	3.149	5.336	-	(364)	(8.121)	-	-	-	-	-
Sobrecontratação de Energia	29.860	12.628	23.460	(212.713)	(1.365)	179.813	31.683	-	31.683	21.961	9.722
Outros	75.184	452.189	(70.597)	-	21.979	(504)	478.251	-	478.251	332.795	145.456
<b>Total ativos regulatórios</b>	<b>344.533</b>	<b>1.063.704</b>	<b>(212.322)</b>	<b>(505.212)</b>	<b>29.879</b>	<b>253.498</b>	<b>974.080</b>	<b>27.325</b>	<b>946.754</b>	<b>684.864</b>	<b>289.216</b>

A movimentação das contas de passivos regulatórios, bem como a abertura do saldo é a seguinte:

Passivos regulatórios	Saldo em 31/12/2020	Adição	Amortização	Recebimento			Saldo em 31/12/2021	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Circulante	Não Circulante
				Bandeiras Tarifárias	Remuneração	Reclassificações					
<b>CVA passiva</b>	<b>206.289</b>	<b>(622.515)</b>	<b>(40.611)</b>	<b>398.725</b>	<b>(5.178)</b>	<b>82.310</b>	<b>19.020</b>	<b>17.708</b>	<b>1.312</b>	<b>18.616</b>	<b>404</b>
Aquisição de Energia - (CVAenerg)	160.085	(602.071)	-	369.294	(7.701)	93.740	13.347	13.345	2	13.345	2
Proinfa	1.289	-	(1.232)	-	(57)	-	-	-	-	-	-
Transporte Rede Básica	-	(1.383)	-	-	-	1.383	-	-	-	-	-
ESS	28.776	(8.413)	(39.379)	29.431	2.580	(12.995)	-	-	-	-	-
CDE	16.139	(10.648)	-	-	-	182	5.673	4.363	1.310	5.271	402
<b>Demais passivos regulatórios</b>	<b>347.465</b>	<b>259.787</b>	<b>(200.848)</b>	<b>(157.216)</b>	<b>16.015</b>	<b>171.188</b>	<b>436.391</b>	<b>103.801</b>	<b>332.589</b>	<b>273.656</b>	<b>162.735</b>
Neutralidade da Parcela A	9.888	33.565	(1.595)	-	(1.154)	(8.121)	32.583	1.779	30.804	23.131	9.452
Sobrecontratação de Energia	51.195	6.209	(14.399)	(157.216)	717	179.813	66.319	7.820	58.499	48.369	17.950
Devoluções Tarifárias	114.298	31.454	(29.614)	-	3.020	-	119.158	29.313	89.845	29.613	89.545
Outros	134.326	147.812	(133.978)	-	(2.989)	-	145.171	36.570	108.601	111.847	33.324
Risco hidrológico	37.758	40.747	(21.262)	-	16.421	(504)	73.160	28.319	44.840	60.696	12.464
<b>Total passivos regulatórios</b>	<b>553.754</b>	<b>(362.728)</b>	<b>(241.459)</b>	<b>241.509</b>	<b>10.837</b>	<b>253.498</b>	<b>455.411</b>	<b>121.509</b>	<b>333.901</b>	<b>292.272</b>	<b>163.139</b>

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
em 31 de dezembro de 2021 e 2020  
(Em milhares de reais)**



Conforme nota explicativa nº 1.1, a Companhia recebeu nos meses de julho a novembro de 2020 o montante de R\$ 452.942 referente a conta – COVID, correspondendo a antecipação dos componentes financeiros relativos a sobrecontratação, CVA em constituição e neutralidade de encargos setoriais. O referido montante foi contabilizado nos respectivos componentes tarifários, conforme detalhado na movimentação apresentada nesta respectiva nota. Os montantes recebidos da conta – COVID estão sendo atualizados pela taxa Selic.

Por meio do Despacho nº 2.508, de 27 de agosto de 2020, a ANEEL determinou os valores de sobrecontratação involuntárias para os anos de 2016 e 2017, porém sem levar em consideração a regra de máximo esforço, prevista na regulamentação da REN 453/2011. No caso do ano de 2017 da Companhia, particularmente, em análise preliminar realizada no Reajuste Tarifário de 2018, a ANEEL entendeu que a Companhia esteve voluntariamente sobrecontratada, já que não realizou esforços para redução de seu nível de contratação.

Portanto, diante da decisão do Despacho nº 2.508, a Companhia entrou com o pedido de efeito suspensivo, o qual foi negado pela Diretora da ANEEL por meio do Despacho nº 2.922, de 13 de outubro de 2020. O mérito da reconsideração da decisão do Despacho nº 2.508/20 ainda está sendo avaliado pela SRM/ANEEL e, em caso de nova negativa, a análise passa para a Diretoria da Agência Reguladora, por meio de sorteio do diretor relator. Eventual decisão pela manutenção do Despacho nº 2.508 poderia implicar no reconhecimento pela Companhia de passivo financeiro setorial no montante de R\$ 63.486 (atualizado até 31 de dezembro de 2020), tendo como contrapartida o resultado.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
em 31 de dezembro de 2021 e 2020  
(Em milhares de reais)



## 11. Cauções e depósitos

A Companhia possui saldos de caução e depósito considerando: Garantia de leilões de energia (Bradesco), Garantia de Dívidas (BNB) e Garantias da concessão (Banco do Brasil). A seguir é apresentada a composição do saldo:

Instituição	Tipo de Aplicação	31.12.2021	31.12.2020
		Não Circulante	Não Circulante
Bradesco	CDB	-	13
BNB	CDB	15.594	14.940
Banco do Brasil	Título do Tesouro EUA	15.507	13.630
<b>Total</b>		<b>31.101</b>	<b>28.583</b>

Companhia Energética do Ceará - COELCE  
CNPJ nº 07.047.251/0001-70



Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
em 31 de dezembro de 2021 e 2020  
(Em milhares de reais)

## 12. Imobilizado

Ativo Imobilizado em Serviço	Valor Bruto em 31/12/2020	Adições (A)	Baixas (B)	Transfe-rências (C)	Reclasi-ficação (E)	Valor Bruto em 31/12/2021	Adições Líquidas = (A)+(B)+(C)+(D)+(E)	Depreciação Acum.	Valor Líquido em 31/12/2021	Valor Líquido em 31/12/2020	Obrigações Especiais Brutas	Amortização Acum.	Obrigações Especiais Líquidas
<b>Distribuição</b>	<b>10.399.846</b>	<b>90.298</b>	<b>(1.307)</b>	<b>497.029</b>	-	<b>10.985.866</b>	<b>586.020</b>	<b>(5.272.979)</b>	<b>5.712.887</b>	<b>5.468.130</b>	<b>(1.488.409)</b>	<b>670.332</b>	<b>(818.077)</b>
Terrenos	21.654	-	-	-	-	21.654	-	-	21.654	21.654	-	-	-
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	137.835	2.780	(1.291)	7.887	-	147.211	9.376	(76.550)	70.661	64.351	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	10.142.686	87.518	-	489.129	-	10.719.333	576.647	(5.103.703)	5.615.630	5.373.306	(1.488.409)	670.332	(818.077)
Veículos	8.119	-	-	-	-	8.119	-	(7.460)	659	734	-	-	-
Móveis e Utensílios	89.552	-	(16)	13	-	89.549	(3)	(85.266)	4.283	8.085	-	-	-
<b>Administração</b>	<b>109.167</b>	<b>353</b>	<b>(10)</b>	<b>2.330</b>	-	<b>111.840</b>	<b>2.673</b>	<b>(80.643)</b>	<b>31.197</b>	<b>31.508</b>	-	-	-
Terrenos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	8.448	-	-	-	-	8.448	-	(3.613)	4.835	5.066	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	46.531	-	(10)	2.304	-	48.825	2.294	(44.341)	4.484	3.176	-	-	-
Veículos	664	353	-	-	-	1.017	353	(619)	398	88	-	-	-
Móveis e Utensílios	53.524	-	-	26	-	53.550	26	(32.070)	21.480	23.178	-	-	-
<b>Subtotal</b>	<b>10.509.013</b>	<b>90.651</b>	<b>(1.317)</b>	<b>499.359</b>	-	<b>11.097.706</b>	<b>588.693</b>	<b>(5.353.622)</b>	<b>5.744.084</b>	<b>5.499.638</b>	<b>(1.488.409)</b>	<b>670.332</b>	<b>(818.077)</b>
<b>Ativo Imobilizado em Curso</b>	<b>Valor Bruto em 31/12/2020</b>	<b>Adições (A)</b>	<b>Baixas (B)</b>	<b>Transfe-rências (C)</b>	<b>Reclasi-ficação (E)</b>	<b>Valor Bruto em 31/12/2021</b>	<b>Adições Líquidas = (A)+(B)+(C)+(D)+(E)</b>	<b>Depreciação Acum.</b>	<b>Valor Líquido em 31/12/2021</b>	<b>Valor Líquido em 31/12/2020</b>	<b>Obrigações Especiais Brutas</b>	<b>Amortização Acum.</b>	<b>Obrigações Especiais Líquidas</b>
<b>Distribuição</b>	<b>911.267</b>	<b>888.213</b>	-	<b>(497.054)</b>	<b>(5.662)</b>	<b>1.296.764</b>	<b>385.497</b>	-	<b>1.296.764</b>	<b>911.267</b>	<b>(235.431)</b>	-	<b>(235.431)</b>
Máquinas e Equipamentos	585.975	706.652	-	(489.154)	(632)	802.841	216.866	-	802.841	585.975	(235.431)	-	(235.431)
Outros	325.292	181.561	-	(7.900)	(5.030)	493.923	168.631	-	493.923	325.292	-	-	-
<b>Administração</b>	<b>23.415</b>	<b>(14.323)</b>	-	<b>(2.305)</b>	<b>22.960</b>	<b>29.747</b>	<b>6.332</b>	-	<b>29.747</b>	<b>23.415</b>	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	2.052	137	-	(20)	1.132	3.301	1.249	-	3.301	2.052	-	-	-
Outros	21.363	(14.460)	-	(2.285)	21.828	26.446	5.083	-	26.446	21.363	-	-	-
<b>Subtotal</b>	<b>934.682</b>	<b>873.890</b>	-	<b>(499.359)</b>	<b>17.298</b>	<b>1.326.511</b>	<b>391.829</b>	-	<b>1.326.511</b>	<b>934.682</b>	<b>(235.431)</b>	-	<b>(235.431)</b>
<b>Total do Ativo Imobilizado</b>	<b>11.443.695</b>	<b>964.541</b>	<b>(1.317)</b>	-	<b>17.298</b>	<b>12.424.217</b>	<b>980.522</b>	<b>(5.353.622)</b>	<b>7.070.595</b>	<b>6.434.320</b>	<b>(1.723.840)</b>	<b>670.332</b>	<b>(1.053.508)</b>

A composição da conta máquinas e equipamentos da atividade de distribuição é como segue:

Companhia Energética do Ceará - COELCE  
CNPJ nº 07.047.251/0001-70



Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
em 31 de dezembro de 2021 e 2020  
(Em milhares de reais)

Ativo Imobilizado	Taxas anuais médias de depreciação (%)	31.12.2021			31.12.2020		
		Valor Bruto	Depreciação Acumulada	Valor líquido	Valor Bruto	Depreciação Acumulada	Valor líquido
Distribuição		10.985.866	(5.272.979)	5.712.887	10.399.846	(4.931.716)	5.468.130
Custo Histórico	6,15%	8.037.630	(3.128.860)	4.908.770	7.451.611	(2.834.862)	4.616.749
Correção Monetária Especial	4,75%	68.314	(67.840)	474	68.314	(67.837)	477
Correção Monetária Complementar	4,93%	120.616	(117.161)	3.455	120.616	(116.670)	3.946
Reavaliação	5,40%	2.759.306	(1.959.118)	800.188	2.759.305	(1.912.347)	846.958
Administração		111.840	(80.643)	31.197	109.167	(77.659)	31.508
Custo Histórico	8,91%	53.895	(44.196)	9.699	51.222	(42.387)	8.835
Correção Monetária Especial	7,56%	1.261	(1.261)	-	1.261	(1.261)	-
Correção Monetária Complementar	7,56%	674	(673)	1	674	(673)	1
Reavaliação	8,91%	56.010	(34.513)	21.497	56.010	(33.338)	22.672
<b>Total do ativo imobilizado em serviço</b>		<b>11.097.706</b>	<b>(5.353.622)</b>	<b>5.744.084</b>	<b>10.509.013</b>	<b>(5.009.375)</b>	<b>5.499.638</b>
<b>Em Curso</b>							
Distribuição		1.296.764	-	1.296.764	911.267	-	911.267
Administração		29.747	-	29.747	23.415	-	23.415
<b>Total do ativo imobilizado em curso</b>		<b>1.326.511</b>	<b>-</b>	<b>1.326.511</b>	<b>934.682</b>	<b>-</b>	<b>934.682</b>
<b>Total do ativo imobilizado</b>		<b>12.424.217</b>	<b>(5.353.622)</b>	<b>7.070.595</b>	<b>11.443.695</b>	<b>(5.009.375)</b>	<b>6.434.320</b>

A composição das adições do exercício, por tipo de gastos capitalizado, é como segue:

Companhia Energética do Ceará - COELCE  
CNPJ nº 07.047.251/0001-70

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
em 31 de dezembro de 2021 e 2020  
(Em milhares de reais)



Adições do Ativo Imobilizado em Curso	Material / Equipamentos	Serviços de Terceiros	Mão de Obra Própria	Juros Capitalizados	Outros Gastos	Total
Terrenos	-	2.349	148	(109)	6.546	8.934
Edificações, obras civis e benfeitorias	30.011	36.748	23.976	499	5.731	96.965
Máquinas e equipamentos	320.976	164.251	26.927	(92)	10.494	522.556
Veículos	8.368	410	-	-	-	8.778
Móveis e utensílios	13.139	70.916	8.939	-	1.008	94.002
Transformação, fabricação e reparo de materiais	-	-	-	-	-	-
Material em depósito	151.068	-	-	-	-	151.068
Compras em andamento	(13.631)	-	-	-	-	(13.631)
Adiantamentos a fornecedores	5.218	-	-	-	-	5.218
<b>Total das Adições</b>	<b>515.149</b>	<b>274.674</b>	<b>59.990</b>	<b>298</b>	<b>23.779</b>	<b>873.890</b>

As taxas de depreciação que refletem a vida útil, de acordo com a Resolução ANEEL nº 674 de 11 de agosto de 2015, sendo as principais as seguintes:

	Taxas anuais de depreciação (%)
<b>Distribuição</b>	
Barra de capacitores	5,00%
Chave de distribuição	3,33%
Condutor do sistema	2,70%
Estrutura do sistema	3,57%
Regulador de tensão	3,45%
Transformador	2,86%
<b>Administração central</b>	
Equipamento geral	6,25%
Software	20,00%

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na distribuição de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização da ANEEL. O ato normativo que regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concede autorização prévia



**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
em 31 de dezembro de 2021 e 2020  
(Em milhares de reais)**

para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto das alienações seja depositado em conta bancária vinculada a sua aplicação.

As dez principais adições e a principal baixa (pelo critério de valor) ao imobilizado em serviço no exercício foram:

**Adições**

Descrição do bem	R\$
1. POSTE DUPLO T CONCRETO 12 m anterior até 600 daN	44.353
2. AÉREO ANTERIOR ATÉ 15,0KV ANTERIOR ATÉ 380/220V AN	37.905
3. COND CL TENSÃO <69KV ALUM ISOL-XLPE OUTRAS BIT E/O	18.343
4. CLASSE DE TENSÃO INFERIOR A 69kV ALUMÍNIO COM ALMA	25.267
5. POSTE DUPLO T CONCRETO 9 m anterior até 300 daN	24.206
6. MED ELETRÔNICO ENERGIA MONO/UNIP N/A S MÓD S MÓD	23.133
7. CLASSE DE TENSÃO INFERIOR A 69kV ALUMÍNIO ISOLADO#	21.111
8. CONJUNTO DE MEDIÇÃO (TP e TC) ANTERIOR ATÉ 15,0KV	16.202
9. POSTE DUPLO T CONCRETO 12 m anterior até 1000 daN	15.152
10. COND CL TENSÃO <69KV COBRE ISOL-XLPE OUTRAS BIT E/	14.631

**Baixas**

Descrição do bem	R\$
1. EQUIP. GERAL INFORM - NOTEBOOK	25

Companhia Energética do Ceará - COELCE  
CNPJ nº 07.047.251/0001-70



Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
em 31 de dezembro de 2021 e 2020  
(Em milhares de reais)

13. Intangível

Intangível	Valor Bruto em 31/12/2020	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Outros (D)	Valor Bruto em 31/12/2021	Adições Líquidas = (A)+(B)+(C)	Amortização Acum.	Valor Líquido em 31/12/2021	Valor Líquido em 31/12/2020
<b>Ativo Intangível em Serviço</b>										
Distribuição	259.223	2.059	-	1.282	-	262.564	3.341	(184.852)	77.712	89.562
Servidões	26.699	2.059	-	1.204	-	29.962	3.263	-	29.962	26.699
Softwares	217.034	-	-	78	-	217.112	78	(184.852)	32.260	47.373
Outros	15.490	-	-	-	-	15.490	-	-	15.490	15.490
<b>Administração</b>	<b>199.268</b>	<b>5.295</b>	<b>-</b>	<b>40.630</b>	<b>-</b>	<b>245.193</b>	<b>45.925</b>	<b>(148.794)</b>	<b>96.399</b>	<b>73.801</b>
Softwares	198.316	5.295	-	40.630	-	244.241	45.925	(148.794)	95.447	72.849
Outros	952	-	-	-	-	952	-	-	952	952
<b>Subtotal</b>	<b>458.491</b>	<b>7.354</b>	<b>-</b>	<b>41.912</b>	<b>-</b>	<b>507.757</b>	<b>49.266</b>	<b>(333.646)</b>	<b>174.111</b>	<b>163.363</b>
<b>Ativo Intangível em Curso</b>										
Distribuição	7.400	68.241	-	(12.638)	(1.356)	61.647	54.247	-	61.647	7.400
Servidões	5.511	2.265	-	(1.204)	(2.426)	4.146	(1.365)	-	4.146	5.511
Softwares	3.695	-	-	-	1.070	4.765	1.070	-	4.765	3.695
Outros	(1.806)	65.976	-	(11.434)	-	52.736	54.542	-	52.736	(1.806)
<b>Administração</b>	<b>94.129</b>	<b>21.228</b>	<b>-</b>	<b>(29.274)</b>	<b>2.389</b>	<b>88.472</b>	<b>(5.657)</b>	<b>-</b>	<b>88.472</b>	<b>94.129</b>
Softwares	142.881	21.228	-	(29.274)	(46.363)	88.472	(54.409)	-	88.472	142.881
Outros	(48.752)	-	-	-	48.752	-	48.752	-	-	(48.752)
<b>Subtotal</b>	<b>101.529</b>	<b>89.469</b>	<b>-</b>	<b>(41.912)</b>	<b>1.033</b>	<b>150.119</b>	<b>48.590</b>	<b>-</b>	<b>150.119</b>	<b>101.529</b>
<b>Total do Ativo Intangível</b>	<b>560.020</b>	<b>96.823</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.033</b>	<b>657.876</b>	<b>97.856</b>	<b>(333.646)</b>	<b>324.230</b>	<b>264.892</b>

Ativo Intangível	Taxas anuais médias de depreciação (%)	31.12.2021			31.12.2020		
		Valor Bruto	Amortização Acumulada	Valor líquido	Valor Bruto	Amortização Acumulada	Valor líquido
<b>Em serviço</b>							
Distribuição		262.564	(184.852)	77.712	259.223	(169.661)	89.562
Custo Histórico	20,00%	177.219	(110.691)	66.528	173.878	(96.645)	77.233
Correção Monetária Especial		88	-	88	88	-	88
Correção Monetária Complementar		197	-	197	197	-	197
Reavaliação	20,00%	85.060	(74.161)	10.899	85.060	(73.016)	12.044
Administração		245.193	(148.794)	96.399	199.268	(125.467)	73.801
Custo Histórico	20,00%	224.982	(119.569)	105.413	179.056	(96.428)	82.628
Reavaliação	20,00%	20.211	(29.225)	(9.014)	20.212	(29.039)	(8.827)
<b>Total do ativo intangível em serviço</b>		<b>507.757</b>	<b>(333.646)</b>	<b>174.111</b>	<b>458.491</b>	<b>(295.128)</b>	<b>163.363</b>
<b>Em Curso</b>							
Distribuição		61.647	-	61.647	7.401	-	7.401
Administração		88.472	-	88.472	94.128	-	94.128
<b>Total do ativo intangível em curso</b>		<b>150.119</b>	<b>-</b>	<b>150.119</b>	<b>101.529</b>	<b>-</b>	<b>101.529</b>
<b>Total do ativo intangível</b>		<b>657.876</b>	<b>(333.646)</b>	<b>324.230</b>	<b>560.020</b>	<b>(295.128)</b>	<b>264.892</b>

#### 14. Bens e atividades não vinculados a concessão do serviço público

##### Benefício fiscal - Ágio de incorporação da controladora

O ágio oriundo da operação de incorporação de sua antiga controladora Distriluz Energia Elétrica S.A. está fundamentado nos resultados futuros durante o prazo de concessão e vem sendo amortizado no prazo compreendido entre a data da incorporação (27 de setembro de 1999) até 31 de dezembro de 2027, em proporções mensais à sua rentabilidade projetada.

Conforme instrução normativa CVM nº 319, de 3 de dezembro de 1999 a Companhia registrou uma provisão sobre o ágio a amortizar considerando o montante que não constitui benefício fiscal. O valor representativo do benefício fiscal ficou então registrado em contrapartida da reserva de ágio (reserva de capital) e para recompor o resultado de cada período, está sendo feita a reversão da provisão na mesma proporção da amortização da parcela do ágio do respectivo período.

Benefício fiscal - ágio incorporado	31.12.2021	31.12.2020
Ágio da incorporação	775.960	775.960
Amortização acumulada	(713.823)	(700.167)
Provisão sobre o ágio	(429.365)	(429.365)
Reversão da provisão sobre o ágio	388.270	379.092
<b>Total</b>	<b>21.042</b>	<b>25.520</b>

Os ativos fiscais diferidos decorrentes da incorporação são realizados mensalmente. Vale ressaltar que tais realizações não impactam o resultado da Companhia, visto que a amortização, a reversão da provisão e o benefício fiscal ocorrem no mesmo momento. Somente há impacto de caixa devido à redução no pagamento do imposto de renda e contribuição social.

A seguir é apresentado o cronograma de realização do benefício fiscal:

	31.12.2021	Percentual
Em 2022	4.327	20,56%
Em 2023	3.960	18,82%
Em 2024	3.625	17,23%
Em 2025	3.316	15,76%
2026 até 2027	5.814	27,63%
<b>Total</b>	<b>21.042</b>	<b>100,00%</b>

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
em 31 de dezembro de 2021 e 2020  
(Em milhares de reais)

**15. Fornecedores**

	31.12.2021	31.12.2020
<b>CIRCULANTE</b>		
Compra de Energia	251.446	497.247
Compra de Energia com partes relacionadas	188.831	1.229
Encargo de Uso da Rede (a)	275.728	121.102
Encargo de Uso da Rede com partes relacionadas	27	293
<b>Total energia</b>	<b>716.032</b>	619.871
Materiais e serviços	572.133	308.594
Materiais e serviços com partes relacionadas	122.304	96.092
<b>Total fornecedores</b>	<b>1.410.469</b>	<b>1.024.557</b>

**16. PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores**

O Supremo Tribunal Federal (“STF”) decidiu em março de 2017 o tema 69 da repercussão geral e confirmou a tese de que o ICMS não compõe a base de cálculo para a incidência do PIS e da COFINS. A União Federal apresentou embargos de declaração que foram julgados em maio de 2021. O STF confirmou que prevaleceu o entendimento de que deve ser retirado da base das referidas contribuições o ICMS destacado. Os embargos de declaração foram parcialmente acolhidos para modular os efeitos do julgado a partir de 15 de março de 2017, exceto para contribuintes que ingressaram com ações judiciais antes desta data. A decisão transitou em julgado em 9 de setembro de 2021.

A Companhia possui uma ação judicial e foi cientificada em abril de 2019 do trânsito em julgado da decisão proferida pelo Tribunal Regional Federal da 5ª Região, reconhecendo o seu direito à exclusão do ICMS das bases de cálculo do PIS e da COFINS a partir de maio de 2001.

Amparada nas avaliações de seus assessores legais e melhor estimativa, a Companhia constituiu ativo de PIS e de COFINS a recuperar e passivo a repassar aos consumidores de montantes iguais por entender que os montantes a serem recebidos como créditos fiscais devem ser integralmente repassados aos consumidores nos termos das normas regulatórias do setor elétrico, juntamente com o entendimento da Administração da Companhia sobre a neutralidade desse tributo nas tarifas cobradas aos consumidores. Os valores a serem devolvidos serão calculados líquidos de qualquer custo incorrido ou a ser incorrido pela Companhia.

A Companhia está adotando os procedimentos de recuperação do crédito tributário de acordo com as previsões legais. O repasse aos consumidores dependerá do efetivo aproveitamento do crédito tributário pela Companhia e será efetuado conforme normas regulatórias da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

A partir de maio de 2019, em conformidade com a decisão transitada em julgado, a Companhia passou a calcular os valores a recolher de PIS e da COFINS sem a inclusão do ICMS nas referidas bases de cálculo.



**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
em 31 de dezembro de 2021 e 2020  
(Em milhares de reais)**

Em 17 de março de 2020 a ANEEL iniciou procedimento de tomada de subsídios para colher informações para o tratamento regulatório a ser dado e, entre 11 de fevereiro de 2021 e 29 de março de 2021, a ANEEL realizou a Consulta Pública nº 005/2021 visando obter subsídios para o aprimoramento da proposta de devolução dos créditos tributários decorrentes de processos judiciais que versam sobre a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS. Ainda não há decisão definitiva sobre o tema.

Com base na decisão de 13 de maio de 2021 do STF, no tema de repercussão geral e sua melhor estimativa, a Companhia ajustou ativo e passivo considerando o ICMS destacado.

Diante do exposto, a Companhia vem efetuando a compensação do ativo com os tributos a pagar de acordo com as previsões legais, totalizando em 31 de dezembro de 2021 o montante compensado de R\$ 290.130 (em 31 de dezembro de 2020 o montante compensado de R\$ 165.863) e aguarda a definição da ANEEL acerca do mecanismo de repasse aos consumidores.

A seguir é apresentado o resumo dos impactos:

	Nota	31.12.2021	31.12.2020
PIS/COFINS - consumidores a restituir - tributo a compensar			
Ativo circulante	9	473.748	317.773
Ativo não circulante	9	571.894	992.192
<b>Total do Ativo</b>		<b>1.045.642</b>	<b>1.309.965</b>
PIS/COFINS - consumidores a restituir			
Passivo circulante		473.748	317.774
Passivo não circulante		997.855	1.128.538
<b>Total do Passivo</b>		<b>1.471.603</b>	<b>1.446.312</b>
		<b>31.12.2021</b>	<b>31.12.2020</b>
<b>Receita financeira</b>			
(+) PIS/COFINS - consumidores a restituir - tributo a compensar		16.568	25.964
(-) PIS/COFINS - consumidores a restituir		(16.568)	(25.964)

A seguir a movimentação do ativo e passivo de PIS/COFINS a restituir:

	Ativo	Passivo
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>1.449.864</b>	<b>1.420.867</b>
Constituição	25.964	25.964
Compensações	(165.863)	-
Outros	-	(519)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>1.309.965</b>	<b>1.446.312</b>
Atualizações	25.807	25.807
Compensações	(290.130)	-
Outros	-	(516)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>1.045.642</b>	<b>1.471.603</b>

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
em 31 de dezembro de 2021 e 2020  
(Em milhares de reais)

17. Obrigações fiscais

	31.12.2021	31.12.2020
<b>Imposto de renda e contribuição social a pagar</b>		
Imposto de renda - IRPJ (a)	13.131	48.425
Contribuição social - CSLL a pagar (a)	3.153	22.685
<b>Total</b>	<b>16.284</b>	<b>71.110</b>

	31.12.2021			31.12.2020		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
<b>Obrigações fiscais federais</b>						
REFIS IV - Federal (Previdenciário) (c)	638	1.169	1.807	1.231	3.488	4.719
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	18.209	-	18.209	24.413	-	24.413
Programa de integração social - PIS	3.928	-	3.928	5.343	-	5.343
PIS/COFINS/IRRF/CS (Retidos na Fonte)	8.202	-	8.202	7.304	-	7.304
Outros tributos e contribuições	-	-	-	960	-	960
<b>Subtotal - Federais</b>	<b>30.977</b>	<b>1.169</b>	<b>32.146</b>	<b>39.251</b>	<b>3.488</b>	<b>42.739</b>
<b>Obrigações fiscais estaduais</b>						
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS (b)	190.366	-	190.366	123.480	-	123.480
Refs Parcelamento ICMS	6.841	-	6.841	-	-	-
<b>Subtotal - Estaduais</b>	<b>197.207</b>	<b>-</b>	<b>197.207</b>	<b>123.480</b>	<b>-</b>	<b>123.480</b>
<b>Obrigações fiscais municipais</b>						
Imposto sobre serviços - ISS	5.016	-	5.016	3.350	-	3.350
Outros tributos e contribuições	8	-	8	1.086	-	1.086
<b>Subtotal - Municipais</b>	<b>5.024</b>	<b>-</b>	<b>5.024</b>	<b>4.436</b>	<b>-</b>	<b>4.436</b>
<b>Total outros tributos a pagar</b>	<b>233.208</b>	<b>1.169</b>	<b>234.377</b>	<b>167.167</b>	<b>3.488</b>	<b>170.655</b>

- (a) O saldo em 31 de dezembro de 2021 é composto por provisões para imposto de renda e contribuição social líquidos das antecipações conforme a seguir:

	Imposto de renda		Contribuição social	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Impostos a pagar	125.578	53.587	57.900	35.938
Antecipações de impostos	(112.447)	(5.162)	(54.747)	(13.253)
<b>Saldo final</b>	<b>13.131</b>	<b>48.425</b>	<b>3.153</b>	<b>22.685</b>

- (b) O ICMS é apurado e recolhido mensalmente, conforme Decreto nº 24.569/97. A apuração do ICMS é no mês seguinte da competência e o recolhimento é feito no dia 20 do próprio mês da apuração. O saldo em 31 de dezembro de 2021 de R\$ 190.366 (R\$ 123.480 em 31 de dezembro de 2020), está principalmente relacionado ao ICMS incidente sobre as faturas de energia elétrica.
- (c) A Companhia aderiu, em 30 de setembro de 2009 o REFIS IV (Lei nº 11.941/2009) nos montantes de R\$ 25.075 e R\$ 20.692 sem redução e com redução respectivamente referentes a débitos federais previdenciários e tem como saldo a pagar no curto prazo no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 o montante de R\$ 638 (saldo de R\$ 1.231 em 31 de dezembro de 2020) e no longo prazo o montante de R\$ 1.169 (saldo de R\$ 3.488 em 31 de dezembro de 2020), tendo sua última parcela a ser paga em dezembro de 2022 atualizada pela SELIC.

Companhia Energética do Ceará - COELCE  
CNPJ nº 07.047.251/0001-70



Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
em 31 de dezembro de 2021 e 2020  
(Em milhares de reais)

	31.12.2021	31.12.2020
	REFIS IV FEDERAL	REFIS IV FEDERAL
Saldo inicial	4.719	7.311
(-) Pagamento principal	(1.541)	(1.422)
(-) Pagamento juros	(1.543)	(1.316)
(+) Atualização	172	146
<b>Saldo final</b>	<b>1.807</b>	<b>4.719</b>

## 18. Empréstimos, financiamentos e debêntures

	31.12.2021					31.12.2020				
	Circulante		Total	Não Circulante	Total Circulante + Não Circulante	Circulante		Total	Não Circulante	Total Circulante + Não Circulante
	Encargos	Principal				Encargos	Principal			
<b>Moeda estrangeira:</b>										
União Federal – Bônus de Desconto (a)	15	-	15	6.368	6.383	16	-	16	5.930	5.946
União Federal – Bônus ao Par (a)	118	-	118	9.126	9.244	110	-	110	8.499	8.609
SCOTIABANK 4131	-	-	-	-	-	2.011	191.478	193.489	-	193.489
TOKIO 4131	-	-	-	-	-	635	164.380	165.015	-	165.015
TOKIO 4131 II	-	-	-	-	-	227	55.025	55.252	-	55.252
SCOTIABANK 4131 II (b)	-	-	-	-	-	658	155.901	156.559	-	156.559
SCOTIABANK 4131 III (b-1)	2.635	-	2.635	435.084	437.719	-	-	-	-	-
BNP 4131 II - COELCE (c)	732	-	732	131.020	131.752	-	-	-	-	-
BNP 4131 III - COELCE (c-1)	537	131.020	131.557	-	131.557	-	-	-	-	-
SCOTIABANK 4131 - COELCE IV (b-2)	1.578	-	1.578	223.955	225.533	-	-	-	-	-
Sumitomo 4131 - COELCE (b-3)	1.270	-	1.270	279.025	280.295	-	-	-	-	-
<b>Total moeda estrangeira</b>	<b>6.885</b>	<b>131.020</b>	<b>137.905</b>	<b>1.084.578</b>	<b>1.222.483</b>	<b>3.657</b>	<b>566.784</b>	<b>570.441</b>	<b>14.429</b>	<b>584.870</b>
<b>Moeda nacional:</b>										
<b>Empréstimos e financiamentos</b>										
Eletrobrás (d)	-	2.449	2.449	1.347	3.796	-	4.437	4.437	3.796	8.233
BNDES FINAME (Capex 2012-2013) (e)	8	4.121	4.129	2.061	6.190	14	4.121	4.135	6.182	10.317
FINEP (f)	2	-	2	663	665	2	-	2	663	665
BNB II (g)	317	48.379	48.696	258.435	307.131	6.732	51.810	58.542	293.939	352.481
<b>Empréstimos e financiamentos - Moeda nacional</b>	<b>327</b>	<b>54.949</b>	<b>55.276</b>	<b>262.506</b>	<b>317.782</b>	<b>6.748</b>	<b>60.368</b>	<b>67.116</b>	<b>304.580</b>	<b>371.696</b>
<b>Empréstimos e financiamentos com partes relacionadas</b>										
Enel Finance International N.V. (h)	15.237	-	15.237	500.000	515.237	-	-	-	-	-
Mútuos Enel BR (i)	1.116	211.097	212.213	-	212.213	-	-	-	-	-
<b>Total de empréstimos e financiamentos com partes relacionadas</b>	<b>16.353</b>	<b>211.097</b>	<b>227.450</b>	<b>500.000</b>	<b>727.450</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Total de empréstimos e financiamentos moeda nacional</b>	<b>16.680</b>	<b>266.046</b>	<b>282.726</b>	<b>762.506</b>	<b>1.045.232</b>	<b>6.748</b>	<b>60.368</b>	<b>67.116</b>	<b>304.580</b>	<b>371.696</b>
<b>Total de empréstimos e financiamentos moeda nacional e moeda estrangeira</b>	<b>23.565</b>	<b>397.066</b>	<b>420.631</b>	<b>1.847.084</b>	<b>2.267.715</b>	<b>10.405</b>	<b>627.152</b>	<b>637.557</b>	<b>319.009</b>	<b>956.566</b>

A seguir é apresentada a movimentação dos empréstimos e financiamentos:

	Moeda Nacional		Moeda Estrangeira		Total
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>54.726</b>	<b>330.524</b>	<b>287.392</b>	<b>11.206</b>	<b>683.848</b>
Captações	33.079	-	500.000	-	533.079
Encargos provisionados	9.957	-	19.138	-	29.095
Encargos pagos	(4.596)	-	(15.873)	-	(20.469)
Variação monetária e cambial	-	11.767	143.243	3.272	158.282
Transferências	37.711	(37.711)	49	(49)	-
Amortizações	(63.761)	-	(363.508)	-	(427.269)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>67.116</b>	<b>304.580</b>	<b>570.441</b>	<b>14.429</b>	<b>956.566</b>
Captações	211.800	500.000	135.000	1.023.250	1.870.050
Encargos provisionados	37.903	-	13.566	-	51.469
Encargos pagos	(21.002)	-	(10.635)	-	(31.637)
Variação monetária e cambial	-	32.950	36.016	46.166	115.132
Transferências	75.024	(75.024)	(733)	733	-
Amortizações	(88.115)	-	(605.750)	-	(693.865)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>282.726</b>	<b>762.506</b>	<b>137.905</b>	<b>1.084.578</b>	<b>2.267.715</b>

A curva de amortização de principal dos empréstimos e financiamentos do passivo não circulante está assim apresentada:



Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
em 31 de dezembro de 2021 e 2020  
(Em milhares de reais)

31.12.2021					
2023	2024	2025	2026	Após 2026	Total não Circulante
710.996	474.090	548.550	48.550	64.898	1.847.084

As principais características dos contratos de empréstimos e financiamentos estão descritas a seguir:

(i) **Empréstimos e financiamentos obtidos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021:**

Descrição	Valor do ingresso	Data da emissão	Data do vencimento	Tipo de Amortização	pagamento de Juros	Taxa efetiva a.a (%)	Finalidade	Garantia
SCOTIABANK 4131III (b1)	400.000	06/01/2021	06/01/2023	Bullet	Semestral	USD + 1,225% a.a.	Capital de giro	N/A
EFI - Credit Agreement (h)	500.000	02/03/2021	02/03/2025	Bullet	Bullet	CDI + 1,18%	Capital de giro	N/A
BNP 4131 II - COELCE (c )	135.000	01/04/2021	28/03/2024	Bullet	Semestral	USD + 2,14% a.a.	Capital de giro	N/A
BNP 4131 III - COELCE (c1)	135.000	01/04/2021	28/03/2022	Bullet	Semestral	USD + 1,57% a.a.	Capital de giro	N/A
SCOTIABANK 4131 - COELCE IV (b2)	210.000	16/07/2021	17/07/2023	Bullet	Semestral	USD + 1,51% a.a.	Capital de giro	N/A
Sumitomo 4131 - COELCE (b3)	278.250	15/10/2021	15/10/2024	Bullet	Semestral	USD + 2,13% a.a.	Capital de giro	N/A
Mútuo Coelce - Enel BR I (i)	190.971	13/12/2021	05/01/2022	Bullet	Bullet	CDI + 1,08%	Capital de giro	N/A
Mútuo Coelce - Enel BR II (i)	20.125	20/12/2021	01/02/2022	Bullet	Bullet	CDI + 1,08%	Capital de giro	N/A

Para mitigar o risco da variação cambial da captação realizada em moeda estrangeira, foram contratadas operações de *swap*, trocando taxas e valores pactuados em dólar por valores em reais. Os custos das operações de *swap* pactuadas encontram-se descritos abaixo:

Empréstimo	Custo swap
SCOTIABANK 4131 III (b1)	CDI + 0,80 a.a
BNP 4131 II - COELCE (c )	CDI + 1,18 a.a
BNP 4131 III - COELCE (c1)	CDI + 0,55 a.a
SCOTIABANK 4131 - COELCE IV (b2)	CDI + 1,25 a.a
SUMITOMO 4131 - COELCE (b3)	CDI + 1,12 a.a

(ii) **Empréstimos e financiamentos obtidos em exercícios anteriores e vigentes no exercício findo em 31 de dezembro de 2021:**

Descrição	Valor do ingresso	Data da emissão	Data do vencimento	Tipo de Amortização	pagamento de Juros	Taxa efetiva a.a (%)	Finalidade	Garantia
União Federal – Bônus de Desconto (a)	2.430	07/04/2006	15/04/2024	Bullet	Semestral	USD + Libor + 1,0125% a.a.	Refinanciamento dívida	Recebíveis e conta reserva
União Federal – Bônus ao Par (a)	3.501	07/04/2006	15/04/2024	Bullet	Semestral	USD + 6,2% a.a.	Refinanciamento dívida	Recebíveis e conta reserva
Eletrobrás (d)	78.115	13/01/2009	30/10/2023	Mensal	Mensal	6% a.a.	Luz Para Todos	Recebíveis e nota promissória
BNDES FINAME (Capex 2012-2013) (e)	37.091	26/08/2013	15/06/2023	Mensal	Mensal	3,00% a.a.	Financiamento do CAPEX	Recebíveis
BNB II (g)	340.351	29/03/2018	15/04/2028	Mensal	Mensal	IPCA + 2,18% a.a.	Financiamento de projetos de ampliação e modernização	Fiança bancária, conta reserva e cessão Fiduciária
FINEP (f)	663	17/04/2020	15/01/2030	Mensal	Mensal	TJLP + 1 % a.a.	Financiamento do CAPEX	Fiança bancária

Nas operações de financiamento com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e nos empréstimos com Eletrobrás, BNP e Scotiabank a Companhia comprometeu-se a cumprir as obrigações financeiras descritas no quadro abaixo, durante a vigência dos contratos, as quais foram atendidas de forma apropriada em 31 de dezembro de 2021:

Contratos	Obrigações Especiais Financeiras	Limite	Periodicidade de Apuração dos Índices
BNDES	Endividamento financeiro líquido / LAJIDA (máximo)	3,50	Anual
BNDES	Endividamento financeiro líquido / Endividamento financeiro líquido + Patrimônio líquido (máximo)	0,60	Anual
Eletrobrás	Dívida financeira líquida / LAJIDA (máximo)	3,00	Anual
Scotiabank e BNP 4131	Dívida financeira líquida / LAJIDA (máximo)	3,50	Trimestral

#### BNDES

- Endividamento bancário líquido para fins de cálculo dessa obrigação corresponde aos empréstimos e financiamentos bancários líquidos dos instrumentos financeiros derivativos, reduzidos pelo valor de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários.
- LAJIDA para fins de cálculo dessa obrigação significa lucro antes do resultado financeiro, impostos, depreciação e amortização (últimos 12 meses).

#### Eletrobras

- Endividamento financeiro líquido considera empréstimos, financiamentos e debêntures líquidos dos instrumentos financeiros derivativos, reduzidos do valor de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários;
- LAJIDA para fins de cálculo dessa obrigação significa o lucro antes do resultado financeiro, impostos, depreciação e amortização, provisões para processos judiciais e outros e perda esperada com créditos de liquidação duvidosa (últimos 12 meses).

#### SCOTIABANK 4131 E TOKIO 4131

- Endividamento financeiro líquido considera empréstimos, financiamentos e debêntures líquidos dos instrumentos financeiros derivativos, reduzidos do valor de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários;



**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
em 31 de dezembro de 2021 e 2020  
(Em milhares de reais)**

- LAJIDA para fins de cálculo dessa obrigação significa lucro antes do resultado financeiro, impostos, depreciação, amortização, provisões para processos judiciais e outros, perda esperada com créditos de liquidação duvidosa e baixas de títulos incobráveis. (Últimos 12 meses).

**Debêntures**

As debêntures são mensuradas pelo custo amortizado utilizando a taxa efetiva de cada captação.

	31.12.2021				31.12.2020			
	Circulante		Não circulante	Total Circulante + Não Circulante	Circulante		Não circulante	Total Circulante + Não Circulante
	Encargos	Principal	Principal		Encargos	Principal	Principal	
1ª Série 5ª emissão (a)	798	175.000	-	<b>175.798</b>	410	175.000	175.000	<b>350.410</b>
2ª Série 5ª emissão (b)	519	-	186.845	<b>187.364</b>	430	-	168.677	<b>169.107</b>
1ª Série 6ª emissão (c)	185	-	40.000	<b>40.185</b>	49	-	40.000	<b>40.049</b>
2ª Série 6ª emissão (d)	949	-	330.922	<b>331.871</b>	785	-	298.744	<b>299.529</b>
1ª Série 7ª emissão (e)	7.819	175.000	175.000	<b>357.819</b>	2.456	-	350.000	<b>352.456</b>
2ª Série 7ª emissão (f)	12.800	-	356.440	<b>369.240</b>	11.440	-	321.782	<b>333.222</b>
(-) Custo de transação	-	(1.740)	(6.584)	<b>(8.324)</b>	-	-	(11.190)	<b>(11.190)</b>
<b>Total de debêntures</b>	<b>23.070</b>	<b>348.260</b>	<b>1.082.623</b>	<b>1.453.953</b>	<b>15.570</b>	<b>175.000</b>	<b>1.343.013</b>	<b>1.533.583</b>

As debêntures são simples e não conversíveis em ações.

A movimentação dos saldos referentes a debêntures está assim apresentada:



Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
em 31 de dezembro de 2021 e 2020  
(Em milhares de reais)

	Circulante	Não circulante	Total
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>18.610</b>	<b>1.481.977</b>	<b>1.500.587</b>
Atualização monetária	-	33.170	33.170
Encargos provisionados	67.339	-	67.339
Encargos pagos	(70.379)	-	(70.379)
Transferências	175.000	(175.000)	-
Apropriação custo de transação	-	2.866	2.866
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>190.570</b>	<b>1.343.013</b>	<b>1.533.583</b>
Atualização monetária	-	85.004	85.004
Amortizações	(175.000)	-	(175.000)
Encargos provisionados	82.569	-	82.569
Encargos pagos	(75.067)	-	(75.067)
Transferências	345.394	(345.394)	-
Apropriação custo de transação	2.864	-	2.864
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>371.330</b>	<b>1.082.623</b>	<b>1.453.953</b>

As principais características das debêntures, obtidas em exercícios anteriores e vigentes no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, estão descritas a seguir:

Descrição	Valor do ingresso	Data da emissão	Vencimento inicial	Vencimento final	pagamento de Juros	Taxa efetiva a.a (%)	Tipo de amortização	Quantidade de títulos	Finalidade
1ª Série 5ª emissão (a)	350.000	15/12/2017	15/12/2021	15/12/2022	Semestral	CDI+0,80% a.a	Anual	350	Implementação de programas de investimento
2ª Série 5ª emissão (b)	150.000	15/12/2017	15/12/2023	15/12/2024	Semestral	IPCA + 6,0013% a.a.	Anual	150	Implementação de programas de investimento
1ª Série 6ª emissão (c)	40.000	15/06/2018	15/06/2023	15/06/2023	Semestral	CDI+0,95% a.a	Bullet	40	Implementação de programas de investimento
2ª Série 6ª emissão (d)	270.000	15/06/2018	15/06/2024	15/06/2025	Semestral	IPCA + 6,1965% a.a.	Anual	270	Implementação de programas de investimento
1ª Série 7ª emissão (e)	350.000	15/03/2019	15/03/2022	15/03/2023	Semestral	CDI+0,5% a.a	Anual	350	Reperfilamento de dívidas
2ª Série 7ª emissão (f)	300.000	15/03/2019	15/03/2024	15/03/2024	Anual	IPCA + 4,50% a.a.	Bullet	300	Reperfilamento de dívidas

De acordo com a escritura de emissão das debêntures, a Companhia está sujeita à manutenção dos índices financeiros demonstrados abaixo, calculados trimestralmente, com base em suas demonstrações (informações) financeiras. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia cumpriu com os referidos índices.



Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
em 31 de dezembro de 2021 e 2020  
(Em milhares de reais)

1ª Série e 2ª Série (5ª, 6ª e 7ª emissão)	
Obrigações especiais financeiras	Limite
Dívida financeira líquida / LAJIDA (máximo)	3,50

- Dívida líquida;

Significa a soma de (a) empréstimos, financiamentos, debêntures, intercompany; (b) obrigações comprovadas com o fundo de pensão dos empregados da (não considerando para fins desta definição o passivo atuarial); (c) saldo líquido de operações de derivativos; menos o resultado da soma (a) do numerário disponível em caixa; (b) dos saldos líquidos de contas correntes bancárias credoras e devedoras; e (c) dos saldos de aplicações financeiras.

- LAJIDA;

Significa o lucro ou prejuízo da Emissora, relativo aos últimos doze meses, antes de contribuição social e imposto de renda, equivalência patrimonial, resultados financeiros, provisões para processos judiciais e outros, perda esperada com créditos de liquidação duvidosa, baixas de títulos incobráveis, depreciação, baixa de ativos imobilizados, amortização, efeitos de teste de "impairments" e ajustes positivos e negativos da CVA – Conta das Variações da Parcela A, desde que não incluídos no resultado operacional.

A seguir é apresentada a curva de amortização das debêntures registradas no passivo não circulante:

	2023	2024	2025	Total
1ª Série 5ª emissão	-	-	-	-
2ª Série 5ª emissão	111.845	75.000	-	186.845
1ª Série 6ª emissão	40.000	-	-	40.000
2ª Série 6ª emissão	-	195.922	135.000	330.922
1ª Série 7ª emissão	175.000	-	-	175.000
2ª Série 7ª emissão	-	356.440	-	356.440
(-) Custo de transação	(3.315)	(2.482)	(787)	(6.584)
<b>Total a amortizar</b>	<b>323.530</b>	<b>624.880</b>	<b>134.213</b>	<b>1.082.623</b>

## **19. Obrigações com benefícios pós-emprego (fundos de pensão)**

---

A Companhia é patrocinadora de fundo de pensão, administrado pela Fundação Coelce de Seguridade Social - FAELCE, entidade fechada de previdência privada complementar, pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos. Os planos administrados pela Companhia têm as seguintes principais características:

### **a) Plano de Contribuição Definida (CD)**

A Companhia contribui mensalmente na mesma proporção do participante. O valor da contribuição varia em função da remuneração, tendo seu cálculo definido com base nas alíquotas 2,5%, 4,0% e 9,0%, aplicadas “em cascata”.

### **b) Plano de Benefício Definido (BD)**

Tem o regime financeiro de capitalização para os benefícios de aposentadoria, pensão e auxílios.

O custeio do plano de benefícios é coberto por contribuições dos participantes e da patrocinadora. Para o Plano BD a Companhia contribui mensalmente com a taxa de 4,45% da folha de remuneração de todos os seus empregados e dirigentes participantes, para cobertura do custo normal. Além desse percentual, a patrocinadora é responsável pelo pagamento das despesas administrativas da atividade previdenciária da referida entidade.

#### **Os benefícios do plano compreendem:**

- Complementação de aposentadoria por invalidez, tempo de contribuição, idade, aposentadoria especial, auxílio reclusão, pensão por morte e abono anual.

### **c) Plano de assistência médica**

O plano de saúde, administrado pela Unimed Fortaleza, é regido por contrato que prevê cláusula de reajuste periódico das contribuições ao plano em função da sinistralidade da Companhia. O custeio é determinado per capita com base em tabela, segregada em 10 faixas etárias, de acordo com o critério permitido pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

#### **O plano pode ser segregado em 3 grupos distintos e que compartilham a mesma apólice:**

- ▶ Ativos - o plano é extensivo aos empregados e seus dependentes. O custo cobrado pela administradora do plano é parcialmente coberto pela Companhia, observada a proporção contributiva estipulada em função de faixa salarial atingida. Pelo fato de serem contributivos por empregado, geram benefício de permanência vitalícia após 10 anos de vínculo, conforme Lei nº 9.656/1998;
- ▶ Aposentados Lei nº 9.656/1998 - grupo que exerceu o direito de permanência no plano, desde que mantido às próprias expensas, conforme Lei nº 9.656/1998. O custo é cobrado diretamente pela Unimed, administradora do plano, conforme as regras do plano;
- ▶ Aposentados Especiais - grupo fechado de aposentados e seus dependentes, custeados parcialmente pela Companhia (60%), decorrente de negociação, ratificada através de acordo coletivo.

#### **Informações relevantes dos benefícios pós-emprego**

- a) **Ativos e passivos atuariais, reconhecido no balanço patrimonial como passivo atuarial líquido:**

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
em 31 de dezembro de 2021 e 2020  
(Em milhares de reais)

	31.12.2021	31.12.2020
Valor presente das obrigações atuariais	1.256.967	1.412.549
Valor justo dos ativos do plano	(1.300.235)	(1.377.248)
Efeito do limite para reconhecimento do ativo	132.583	76.627
<b>Obrigação registrada com benefícios pós-emprego</b>	<b>89.315</b>	<b>111.928</b>
Circulante	1.338	1.530
Não Circulante	87.977	110.398

**b) Movimentação contábil do passivo registrado aberto por plano é como segue:**

Nos casos de aposentadoria em qualquer das categorias, havendo extinção do contrato de trabalho, fica assegurado ao empregado o recebimento da multa equivalente a 40% do saldo do FGTS para fins rescisórios nos termos dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias.

	Benefício Definido	Contribuição Definida	Plano Médico	FGTS na aposentadoria	Total
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	-	-	<b>73.297</b>	<b>23.760</b>	<b>97.057</b>
Custo do serviço corrente	300	119	365	540	1.324
Custos do serviço passado	(66)	(10)	5.142	1.001	6.067
Custo dos juros líquidos	(846)	(193)	(3.747)	(3.511)	(8.297)
Contribuições reais do empregador	612	84	1.884	13.197	15.777
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	-	-	<b>76.941</b>	<b>34.987</b>	<b>111.928</b>
Custo do serviço corrente	(10)	145	340	1.404	1.879
Custo dos juros líquidos	(11)	(7)	5.465	1.323	6.770
Contribuições reais do empregador	(95)	(222)	(4.771)	(5.764)	(10.852)
Ganho/Perda Atuarial	116	84	(14.022)	(6.588)	(20.410)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	-	-	<b>63.953</b>	<b>25.362</b>	<b>89.315</b>

Ao final do exercício de 2021, a Companhia procedeu à avaliação atuarial anual, realizada por atuários independentes, na qual foram revisadas todas as premissas para aquela data. Atualmente os planos BD e CD apresentaram um superávit atuarial total de R\$ 132.583 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 76.627 em 31 de dezembro de 2020). Os planos de assistência médica e FGTS apresentaram um passivo total de R\$ 89.315 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 111.928 em 31 de dezembro de 2020) atestado por avaliação independente.

**c) Movimentação do valor presente das obrigações atuariais:**

	31.12.2021	31.12.2020
Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício	1.412.549	1.364.639
Custo dos serviços correntes	1.879	1.324
Contribuição dos empregados	1.318	1.612
Custos dos juros	98.834	96.536
Benefícios pagos	(86.595)	(91.901)
Perda atuarial	(171.018)	40.339
Valor presente da obrigação atuarial ao final do exercício	<b>1.256.967</b>	<b>1.412.549</b>

**d) Movimentação do valor justo dos ativos do plano:**



**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
em 31 de dezembro de 2021 e 2020  
(Em milhares de reais)**

	31.12.2021	31.12.2020
Valor justo dos ativos do plano no início do exercício	1.377.248	1.467.833
Rendimento esperado dos ativos do plano	97.630	105.625
Contribuições dos empregados	1.318	1.612
Contribuições do empregador	10.852	8.297
Benefícios pagos	(86.595)	(91.901)
Perda atuarial gerado pelo rendimento efetivo dos ativos do plano	(100.219)	(114.218)
Valor justo dos ativos do plano ao final do exercício	<b>1.300.234</b>	<b>1.377.248</b>

A queda no rendimento dos ativos está principalmente atrelada a redução da taxa de juros), o que gerou um retorno dos investimentos abaixo do esperado.

**e) Movimentação do efeito de teto do ativo**

	31.12.2021	31.12.2020
Efeito do teto de ativo não reconhecido no início do exercício	76.627	200.251
Juros sobre o efeito do teto de ativo não reconhecido	5.566	15.156
Varição no teto de ativo não reconhecido no exercício corrente	50.390	(138.780)
	<b>132.583</b>	<b>76.627</b>

**f) Movimentação contábil do passivo registrado é como segue:**

	31.12.2021	31.12.2020
<b>Saldo do início do exercício</b>	<b>111.928</b>	<b>97.057</b>
Custo dos serviços correntes conforme laudo atuarial	1.879	1.324
Juro líquidos conforme laudo atuarial	6.770	6.067
Pagamento de contribuições	(10.852)	(8.297)
Ajustes de avaliação atuarial	(20.410)	15.777
<b>Saldo do final do exercício</b>	<b>89.315</b>	<b>111.928</b>

**g) Despesas reconhecidas nos exercícios:**

	31.12.2021	31.12.2020
Custo do serviço corrente bruto	1.879	1.324
Custo do serviço líquido	<b>1.879</b>	<b>1.324</b>
Juros sobre a obrigação atuarial	98.834	96.536
Rendimento esperado dos ativos no ano	(97.630)	(105.625)
Juros sobre o efeito do teto de ativo não reconhecido	5.566	15.156
Juros líquidos sobre o passivo	<b>6.770</b>	<b>6.067</b>
Total das despesas no exercício	<b>8.649</b>	<b>7.391</b>

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
em 31 de dezembro de 2021 e 2020  
(Em milhares de reais)

O custo do serviço líquido são registros como custos e despesas com pessoal. Os juros líquidos são registrados no resultado financeiro.

**h) Movimentações das remensurações atuariais reconhecidas em outros resultados abrangentes (ajuste de avaliação atuarial)**

	31.12.2021	31.12.2020
Ganho(perda) atuarial gerada pela premissa demográfica	40	(8.360)
Ganho(perda) atuarial gerada pela taxa de desconto	257.708	(8.993)
Perda atuarial gerado pela experiência demográfica	(86.730)	(22.986)
Perda atuarial gerado pelo rendimento efetivo dos ativos do plano	(100.219)	(114.218)
Varição na restrição de reconhecimento do ativo	(50.389)	138.780
<b>Saldo do final do exercício</b>	<b>20.410</b>	<b>(15.777)</b>

**i) Composição dos investimentos do plano por segmento**

	31.12.2021	%	31.12.2020	%
Renda fixa	1.102.713	84,81%	1.133.407	82,30%
Renda variável	86.988	6,69%	98.885	7,18%
Investimentos imobiliários	87.345	6,72%	116.554	8,46%
Outros	23.187	1,78%	28.402	2,06%
Total do valor justo dos ativos do plano	<b>1.300.233</b>	<b>100,00%</b>	<b>1.377.248</b>	<b>100,00%</b>

**j) Premissas atuariais utilizadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2021**

Premissas	Plano BD	Plano CD	Plano Médico	Plano FGTS
Taxa de desconto	9,46%	9,30%	9,46%	9,36%
Taxa de rendimento esperado dos ativos	9,46%	9,30%	N/A	N/A
Taxa de crescimento salarial	5,04%	5,04%	N/A	5,04%
Taxa de inflação esperada	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%
Reajuste de benefício concedidos de prestação continuada	4,00%	4,00%	N/A	N/A
Tábua de mortalidade geral	AT-2000	AT-2000	AT-2000	AT-2000
Tábua de entrada em invalidez	Alvaro Vindas	Alvaro Vindas	Alvaro Vindas	Alvaro Vindas
Tábua de mortalidade de inválidos	AT-83 Masculina	AT-83 Masculina	AT-83 Masculina	N/A

**k) Premissas atuariais utilizadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2020**

Premissas	Plano BD	Plano CD	Plano Médico	Plano FGTS
Taxa de desconto	7,33%	6,08%	7,33%	4,88%
Taxa de rendimento esperado dos ativos	7,33%	6,07%	N/A	N/A
Taxa de crescimento salarial	5,04%	5,04%	N/A	5,04%
Taxa de inflação esperada	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%
Reajuste de benefício concedidos de prestação continuada	4,00%	4,00%	N/A	N/A
Tábua de mortalidade geral	AT-2000	AT-2000	AT-2000	AT-2000
Tábua de entrada em invalidez	Light-Média	Light-Média	Light-Média	Alvaro Vindas
Tábua de mortalidade de inválidos	AT-83	AT-83	AT-83	N/A

**l) Estimativa da despesa para o exercício de 2022**



Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
em 31 de dezembro de 2021 e 2020  
(Em milhares de reais)

Custo do serviços correntes	644
Custo dos juros das obrigações com benefícios pós-emprego	113.281
Juros sobre o efeito do teto de ativo não reconhecido	12.582
Rendimento esperado dos ativos do plano	(118.314)
<b>Total da despesa projetada para 2022</b>	<b>8.193</b>

m) Análise de sensibilidade das premissas atuariais

Com a finalidade de verificar o impacto nas obrigações atuariais, a Companhia realizou análise de sensibilidade das premissas atuariais considerando uma variação de 0,50%. O resultado da análise quantitativa em 31 de dezembro de 2021 está demonstrado a seguir:

	Benefício Definido		Contribuição Definida		Plano Médico		Plano de Pensão	
Obrigações atuariais em 31 de dezembro de 2021	1.165.641		2.010		63.953		25.362	
<b>Taxa de Desconto</b>	<b>(+0,50%)</b>	<b>(-0,50%)</b>	<b>(+0,50%)</b>	<b>(-0,50%)</b>	<b>(+0,50%)</b>	<b>(-0,50%)</b>	<b>(+0,50%)</b>	<b>(-0,50%)</b>
Impacto da obrigação do benefício definido	(49.377)	53.534	(35)	37	623	356	(575)	614
<b>Total da obrigação do benefício definido</b>	<b>1.116.264</b>	<b>1.219.175</b>	<b>1.975</b>	<b>2.047</b>	<b>64.576</b>	<b>64.309</b>	<b>24.787</b>	<b>25.976</b>

É importante frisar que a redução na taxa de desconto demonstrada na tabela anterior para os planos de benefício definido e contribuição definida não ocasionaria um aumento no passivo registro, visto que os referidos aumentos seriam totalmente absorvidos pelo teto do ativo (ocasionando uma redução no mesmo).

20. Encargos setoriais

	31.12.2021	31.12.2020
Conta de desenvolvimento energético – CDE-Conta Covid (a)	14.938	-
Pesquisa e desenvolvimento- (“P&D”)	40.686	43.744
Programa de Eficiência Energética- (“PEE”)	47.575	60.989
Outros	3.208	3.979
<b>Total</b>	<b>106.407</b>	<b>108.712</b>
Circulante	98.371	91.892
Não Circulante	8.036	16.820

As distribuidoras de energia elétrica, devem destinar 1% da receita operacional líquida (ROL) em projetos que visam (i) financiar e combater o desperdício de energia elétrica e (ii) o desenvolvimento tecnológico do setor elétrico relacionado aos programas de Eficiência Energética (PEE) e Pesquisa e Desenvolvimento (P&D). O valor correspondente ao 1% da ROL é reconhecido como deduções da receita – nota explicativa nº26. Mensalmente, os saldos de P&D e PEE são atualizados com base na taxa SELIC, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização. Os gastos realizados com os projetos



**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
em 31 de dezembro de 2021 e 2020  
(Em milhares de reais)**

de PEE e P&D são registrados na rubrica de serviços em curso até a finalização desses projetos.

(a) Por meio da Despacho nº 939 de abril de 2021, a Aneel homologou nesse primeiro ciclo tarifário, os prazos de recolhimento e os valores das quotas mensais da CDE CONTA COVID, para amortização da operação de crédito contratada pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE na gestão da CONTA COVID, nos termos da Resolução Normativa nº 885, de 2020.

## 21. Partes relacionadas

Natureza da transação	Parte relacionada	Vigência	31.12.2021				31.12.2020				Receita (Despesa)		Intangível
			Ativo circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Intangível	Ativo circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Intangível	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2020
Benefícios pós-emprego	Fundação Coelce de Seguridade Social - FAELCE	Até o final da concessão	-	1.338	62.615	-	-	1.530	75.411	1.480	(8.649)	(6.850)	1.480
Comissão (Propaganda/publicidade/venda em	ENEL X Brasil S.A.	Novembro de 2018 a Novembro de 2023	843	-	-	-	73	-	-	-	840	771	-
Prestação de serviços de desenvolvimento	ENEL X Brasil S.A.	Setembro de 2018 a Setembro de 2021	-	1.884	-	-	-	1.166	-	-	(1.159)	(1.114)	-
Prestação de serviços técnicos e gestão, conforme despacho nº 560 de	ENEL Brasil S.A.	Março de 2020 a Março de 2025	-	31.297	-	-	-	23.126	-	-	-	-	-
Compartilhamento das despesas de	ENEL Brasil S.A.	Fevereiro de 2024	-	59.588	-	-	-	51.601	-	-	-	-	-
	ENEL Green Power Projetos I S.A.		-	744	-	-	-	658	-	-	(8.348)	(7.860)	-
	ENEL Geração Fortaleza - CGTF		-	187.266	-	-	-	-	-	-	(1.581.487)	(1.313.668)	-
	ENEL Green Power Paranapanema		-	97	-	-	-	84	-	-	(1.057)	(955)	-
	ENEL Green Power Mourão		-	28	-	-	-	24	-	-	(305)	(274)	-
Suprimento de energia - CCEAR	ENEL Green Power Cabeça de Boi S.A.	Até o final da concessão	-	106	-	-	-	83	-	-	(726)	(697)	-
	ENEL Green Power Fazenda S.A.		-	60	-	-	-	45	-	-	(486)	(466)	-
	ENEL Green Power Salto Apiaçás S.A.		-	175	-	-	-	137	-	-	(1.198)	(1.149)	-
	ENEL Green Power Morro do Chapéu I Eólica S.A.		-	142	-	-	-	103	-	-	(1.038)	(980)	-
	ENEL Green Power Morro do Chapéu II Eólica S.A.		-	213	-	-	-	95	-	-	(963)	(910)	-
Encargo de uso do sistema de	ENEL CIEN S.A.	Até o final da concessão	845	27	-	-	-	293	-	-	(3.547)	(3.376)	-
Consumo Próprio	ENEL Geração Fortaleza - CGTF	Até o final da concessão	-	-	-	-	-	-	-	-	55	67	-
Dividendos	ENEL Brasil S.A.	Dezembro de 2020 a dezembro de 2021	-	156.860	-	-	-	115.620	-	-	-	-	-
Comissão de Fiança	ENEL Brasil S.A.	Julho de 2019 a abril 2028	-	484	-	-	-	487	-	-	(2.699)	(1.073)	-
Mútuo	ENEL Brasil S.A.	Dezembro de 2021 a Fevereiro de 2022	-	212.213	-	-	-	-	-	-	(1.116)	-	-
Mútuo	ENEL Finance International N.V.	março de 2021 a março de 2025	-	15.237	500.000	-	-	-	-	-	(28.860)	-	-
	ENEL SPA		670	-	-	-	670	-	-	-	-	-	-
	CODENSA		-	87	-	-	-	181	-	-	94	(110)	-
Reembolso expatriados	ENEL Itália	Até o final da concessão	-	-	-	-	-	270	-	-	271	(189)	-
	ENEL AMERICAS		-	618	-	-	-	444	-	-	(174)	(390)	-
	ENEL Global Infrastructure and Network		-	1.278	-	-	-	496	-	-	(1.441)	(1.358)	-
	ENEL Iberoamérica		-	899	-	-	-	899	-	-	-	-	-
	ENEL Distribuição Rio - AMPLA		232	2.636	-	-	232	2.636	-	-	-	-	-
	ENEL Distribuição São Paulo - ELETROPALUO		514	6.976	-	-	514	4.690	-	-	-	-	-
	ENEL CIEN S.A.		-	278	-	-	-	915	-	-	-	-	-
	ENEL Distribuição Goiás - CELG D		2.115	305	-	-	2.656	305	-	-	-	-	-
	ENEL Green Power Cachoeira Dourada S.A.	Fevereiro de 2024	144	1.527	-	-	144	1.527	-	-	-	-	-
	ENEL Geração Fortaleza - CGTF		353	5.594	-	-	344	5.416	-	-	-	-	-
	ENEL Green Power Projetos I S.A.		461	-	-	-	542	-	-	-	-	-	-
	ENEL Green Power Brasil Participações LTDA		-	-	-	-	580	385	-	-	-	-	-
	ENEL Brasil S.A.		3.975	9.337	-	-	1.007	2.924	-	-	-	-	-
			<b>10.152</b>	<b>697.294</b>	<b>562.615</b>	<b>-</b>	<b>7.677</b>	<b>215.251</b>	<b>75.411</b>	<b>1.480</b>	<b>(1.641.993)</b>	<b>(1.339.581)</b>	<b>1.480</b>
		(-) Benefícios pós-emprego	-	1.338	62.615	-	-	1.530	75.411	1.480	(8.649)	(6.850)	1.480
	<b>TOTAL DE PARTES RELACIONADAS</b>		<b>10.152</b>	<b>695.956</b>	<b>500.000</b>	<b>-</b>	<b>7.677</b>	<b>213.721</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(1.633.344)</b>	<b>(1.333.731)</b>	<b>-</b>

Os saldos a receber de partes relacionadas não apresentam risco de recuperação. Dessa forma nenhuma perda esperada foi registrada nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020.



### **Suprimento de energia – CCEAR e sistema de transmissão e MVE**

Os contratos de suprimento de energia – CCEAR e encargos do uso do sistema de transmissão são regulados pela ANEEL, motivo pelo qual não há anuência para tais transações. O contrato de encargo de uso do sistema de transmissão é administrado pelo ONS (Operador Nacional do Sistema Elétrico) que é responsável pelo rateio dos custos entre todos os usuários do sistema de transmissão. Portanto, não há quantidades contratadas bilateralmente entre a Enel CIEN S.A. e a Companhia, mas sim um rateio calculado mensalmente a partir do total contratado com o ONS.

### **Compartilhamento**

O contrato de compartilhamento, decorre de reembolso do compartilhamento das despesas de infraestrutura condominial, de informática e telecomunicações, pelo critério regulatório de rateio, nos termos do artigo 12 da Resolução ANEEL nº 699/2016 e reembolso do compartilhamento de Recursos Humanos entre as partes relacionadas, conforme Despacho nº 338, de 6 de fevereiro de 2019. A contabilização da despesa/receita de compartilhamento é efetuada na rubrica de origem.

### **Mútuo**

**Enel Finance International N.V. (EFI – Credit Agreement):** Em 2 de março de 2021 a Companhia celebrou instrumento particular de mútuo financeiro, em reais, com a Enel Finance International N.V no valor de R\$ 500.000 com vencimento em 02 de março de 2025 a uma taxa de CDI + 1,18 a.a. A operação foi aprovada pelo Conselho de Administração, de acordo com as disposições estatutárias, e contratada conforme as características aprovadas previamente pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL por meio do despacho Nº 2.979 de 11 de dezembro de 2018. O saldo desse mútuo em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 515.237.

Em dezembro de 2021 a Companhia realizou duas novas operações de mútuos com a sua controladora Enel Brasil com o objetivo de reforço de capital de giro. As operações tiveram início nos dias 13 e 21 de dezembro, nos montantes de R\$ 190.971 e R\$ 20.125 respectivamente, com vencimentos em janeiro e fevereiro de 2022 e a uma taxa de CDI + 1,08% a.a. O mútuo que previa vencimento em janeiro de 2022, foi renovado com novo vencimento para fevereiro.

	31.12.2021		
	Circulante		Não circulante
	Encargo	Principal	
Empréstimos com partes relacionadas			
Enel Finance International N.V.	15.237	-	500.000
Mútuos Enel BR	1.116	211.097	
<b>Total de Empréstimos com partes relacionadas</b>	<b>16.353</b>	<b>211.097</b>	<b>500.000</b>
	31.12.2021	31.12.2020	12 meses
Efeito no resultados dos encargos			
Enel Finance International N.V.	28.860	-	28.860
Mútuos Enel BR	1.116	-	1.116
<b>Total de efeito no resultados dos encargos</b>	<b>29.976</b>	<b>-</b>	<b>29.976</b>

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
em 31 de dezembro de 2021 e 2020  
(Em milhares de reais)



**Remuneração da administração**

A remuneração total do Conselho de Administração e dos administradores da Companhia nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 está demonstrada a seguir. A Companhia não possui remuneração baseada em ações e mantém, ainda, benefícios usuais de mercado para rescisões de contratos de trabalho.

	31.12.2021	31.12.2020
Benefícios de curto prazo (salários / encargos / benefícios / bônus)	5.394	4.840
Benefícios pós-emprego (previdência - contribuição definida)	63	53
Outros benefícios de longo prazo (bônus diferido - incentivo de longo prazo)	416	362
<b>Total</b>	<b>5.873</b>	<b>5.255</b>

**22. Provisão para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e regulatórios**

A Administração entende que todas as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com os processos em andamento. Com base na opinião de seus consultores legais, foram provisionados todos os processos judiciais cuja probabilidade de perda foi estimada como provável.

**22.1 Provisões relacionadas a processos com probabilidade de perda classificada como provável**

	31.12.2020	Adições	Reversões	Atualização Monetária	Pagamentos	31.12.2021
Trabalhistas (a)	29.733	9.427	(9.092)	6.810	(1.491)	35.387
Cíveis (b)	121.936	44.608	(36.476)	37.386	(30.625)	136.829
Fiscais (c)	-	57	-	-	(47)	10
Regulatório (c)	42.860	35.916	(24.740)	15.477	(384)	69.129
<b>Sub-total</b>	<b>194.529</b>	<b>90.008</b>	<b>(70.308)</b>	<b>59.673</b>	<b>(32.547)</b>	<b>241.355</b>
Outros Provisões (d)	-	14.558	-	-	(10.571)	3.987
<b>Total</b>	<b>194.529</b>	<b>104.566</b>	<b>(70.308)</b>	<b>59.673</b>	<b>(43.118)</b>	<b>245.342</b>

	31.12.2019	Adições	Reversões	Atualização Monetária	Pagamentos	31.12.2020
Trabalhistas	30.366	12.278	(13.178)	3.871	(3.604)	29.733
Cíveis	112.735	54.010	(42.530)	22.297	(24.576)	121.936
Fiscais	-	19	-	-	(19)	-
Regulatório	31.941	23.282	(5.197)	602	(7.768)	42.860
<b>Total</b>	<b>175.042</b>	<b>89.589</b>	<b>(60.905)</b>	<b>26.770</b>	<b>(35.967)</b>	<b>194.529</b>

As contingências prováveis estão classificadas no passivo não circulante da Companhia.

**a) Riscos trabalhistas**

Estão relacionados à indenização por acidentes, responsabilidade solidária, adicional de periculosidade, verbas rescisórias, reintegração, abono salarial, diferenças salariais, horas extras, e outros processos trabalhistas.

**b) Riscos cíveis**

Engloba processos relacionados a pedidos de ressarcimento por reajuste tarifário supostamente ilegal, indenização por acidentes/morte com energia elétrica e por danos causados em razão de

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
em 31 de dezembro de 2021 e 2020  
(Em milhares de reais)**



oscilação na tensão do fornecimento de energia elétrica, desapropriações, ações de menor complexidade com trâmite nos juizados especiais, suspensão do fornecimento e cobranças indevidas de valores.

**c) Riscos regulatórios**

**c.1)** Auto de Infração SFE-0032-18, tema geração distribuída, no valor original de R\$ 13.035. Após apreciação do recurso apresentado pela Companhia, a Diretoria da ANEEL decidiu pela manutenção do valor total da penalidade de multa de R\$ 13.035. Em outubro de 2020 houve pagamento parcial da multa no montante principal de R\$ 6.435 e juros de R\$ 547. O montante provisionado atualizado até 31 de dezembro de 2021 corresponde a R\$ 3.731, que permanece em discussão judicial. O valor restante, está classificado como possível.

**c.2)** Auto de Infração nº 0002/2019-ARCE-SFE - tema teleatendimento. A ANEEL decidiu, em processo da CEB - Companhia Energética de Brasília na 7ª Reunião Pública Ordinária de 10 de março de 2020, que a Não Conformidade NC.1, referente a “Falha no envio de informações solicitadas pela fiscalização” que é similar à Não Conformidade NC.1 do AI da Companhia, deveria ser cancelada visto que “a regulamentação não determina expressamente como deve funcionar o programa que calcula os indicadores de qualidade do serviço de teleatendimento neste nível de detalhamento”. Portanto, houve a reversão do montante equivalente da Não-Conformidade 1 (NC.1) de R\$ 1.388, em abril 2020. Em setembro de 2020, o Conselho Diretor da ARCE decidiu pelo parcial provimento do recurso, reduzindo o valor da multa aplicada pela ARCE para R\$ 3.793. O montante provisionado atualizado até 31 de dezembro de 2021 corresponde a R\$ 4.216,00. A Companhia apelou em segunda instância (ANEEL) e aguarda apreciação do recurso pela agência nacional.

**c.3)** Auto de Infração nº 0002/2020-ARCE-SFE 2018 e 2019, relacionado à fiscalização dos indicadores de continuidade DEC FEC, no valor de R\$ 26.061. A Companhia efetuou em junho de 2020 uma provisão parcial do referido auto no montante de R\$ 22.998. Em maio de 2021, após juízo de reconsideração do Conselho Diretor da ARCE, houve redução do valor do auto de infração AI-0002/2020-ARCE-SFE de R\$ 26.019 para R\$ 22.139, ocorrendo a reversão de R\$ 858. Em dezembro de 2021, a partir de nova expectativa de êxito no recurso interposto pela Companhia, houve reversão de R\$ 14.565, sendo este valor classificado como possível. O montante provisionado atualizado até 31 de dezembro de 2021 corresponde a R\$ 7.972.

**c.4)** Auto de Infração nº 0025/2013-ARCE-SFE, agravado pela ANEEL em segunda instância, e está em discussão no âmbito judicial. Sendo o valor atual da multa R\$ 1.691. O montante provisionado atualizado até 31 de dezembro de 2021 corresponde a R\$ 2.558. O valor restante, está classificado como possível.

**c.5)** Auto de Infração SFF-AI-0097-12-C referente à Base de Remuneração, recebido em agosto de 2012, no valor de R\$ 20.637. Após interposição de recurso pela Companhia, a ANEEL reduziu o valor da penalidade para o montante de R\$ 11.188. O montante provisionado atualizado até 31 de dezembro de 2021 corresponde a R\$ 23.542. O processo está em discussão no âmbito judicial.

**c.6)** Auto de Infração SFE-AI-0010-21-C, recebido em agosto de 2021, relacionado à fiscalização dos indicadores de continuidade DEC FEC 2020, no valor de R\$ 35.916. Após interposição de recurso pela Companhia, a ANEEL reduziu o valor da penalidade para o montante de R\$ 31.828. O processo está em discussão no âmbito administrativo. Em dezembro de 2021, a partir de nova expectativa de êxito no recurso interposto pela Companhia, houve reversão de R\$ 5.319, sendo este valor classificado como possível. O montante provisionado atualizado até 31 de dezembro de 2021 corresponde a R\$ 27.104

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
em 31 de dezembro de 2021 e 2020  
(Em milhares de reais)



**d) Outras provisões**

A Companhia realizou o reconhecimento da provisão para o fundo de transição, um plano que visa a aceleração da transformação energética através da digitalização, modernização e automação do seu modelo de negócio. Criando assim, valores sustentáveis e compartilhados.

Este processo de digitalização conduzirá a Companhia e seus colaboradores a novos modelos de trabalho e operação, bem como o desenvolvimento de novas competências, conhecimentos e maiores oportunidades de tornar seus processos ainda mais eficientes e eficazes.

**22.2 Processos com probabilidade de perda classificada como possível (contingentes)**

A Companhia está envolvida em outros processos cuja probabilidade de perda está avaliada como possível e, por esse motivo, nenhuma provisão sobre eles foi constituída. A avaliação dessa probabilidade está embasada em relatórios preparados por consultores jurídicos internos e externos da Companhia.

O total estimado de processos cuja probabilidade foi classificada como possível é de:

	31.12.2021	31.12.2020
Trabalhistas (a)	585.523	506.883
Cíveis (b)	1.743.513	1.363.003
Fiscais (c)	874.171	761.525
Juizados especiais	2.109	2.983
Regulatórios	25.276	6.716
<b>Total</b>	<b>3.230.592</b>	<b>2.641.110</b>

A Companhia apresenta a seguir os processos relevantes cujos consultores jurídicos estimam a probabilidade de perda como sendo possível e que não requerem constituição de provisão:

**a) Trabalhistas**

No âmbito trabalhista, refere-se a ações de empregados próprios e terceiros. Nesse caso, englobam ações de empresas terceirizadas ativas no mercado e/ou com contratos ativos. Também existem ações cujas teses possuem chances de mudanças em instâncias superiores, além de processos em fase inicial, sem decisão ainda. Incluem-se na base, ações previdenciárias que, em razão de alteração de metodologia de contingenciamento, passaram a ser considerados no relatório de contingência 41 casos com prognóstico possível que totalizam R\$ R\$498.066 em 31 de dezembro de 2021(R\$ 433.610 em 31 de dezembro de 2020).

**b) Cíveis**

No âmbito cível, refere-se a processos relacionados a reclamações consumeristas em sua grande maioria sendo ações de menor complexidade com trâmite nos juizados especiais,

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
em 31 de dezembro de 2021 e 2020  
(Em milhares de reais)**



suspensão do fornecimento e cobranças indevidas de valores. Engloba, ainda, ações referentes a reajustes e revisões tarifárias, indenizações por danos materiais e/ou morais que envolva acidentes/morte com energia elétrica e por danos causados em razão de oscilação na tensão do fornecimento de energia elétrica. No âmbito da contingência ativa, a Companhia possui ações de desapropriação e anulatórias de multas oriundas de órgão de defesa do consumidor ou agência reguladora.

**c) Fiscal**

**c.1 Temas estaduais**

No âmbito estadual, a Companhia discute substancialmente: (i) regime especial originado do termo de acordo nº 035/91; (ii) base cadastral de consumidores isentos, imunes e não tributáveis; (iii) crédito oriundo da aquisição de bens destinados ao ativo imobilizado e transferência de créditos; (iv) cancelamento de faturas; (v) estorno de crédito – consumidor baixa renda e outros; (vi) valor do imposto em determinadas operações; (vii) energia adquirida para consumo próprio e (viii) diferença entre valores contabilizados e valores informados nas declarações fiscais. Os montantes envolvidos totalizam R\$ 723.701 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 643.066 em 31 de dezembro de 2020).

**c.2 Temas municipais**

No âmbito fiscal municipal, a Companhia possui processos judiciais e administrativos com os municípios de Fortaleza e Iguatu referentes ao ISS no valor atualizado de R\$ 44.957 e R\$ 4.735 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 38.976 e R\$ 4.614 em 31 de dezembro de 2020). Há ainda alguns autos de infração lavrados pelos municípios de Sobral, Ipueiras, Parambu, Caucaia, Cascavel e Várzea Alegre. O valor total atualizado desses autos, em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 11.835 (R\$ 10.961 em 31 de dezembro de 2020).

A Companhia recebeu, em novembro de 2021, auto de infração lavrado pelo município de Crato para cobrar diferença de contribuição de iluminação pública. O valor atualizado em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 14.023.

**c.3 Temas federais**

No âmbito federal, a Companhia possui processos administrativos e judiciais referentes a IRPJ, CSLL, PIS, COFINS e PASEP. O valor total atualizado desses casos é de R\$ 53.776 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 48.342 em 31 de dezembro de 2020).

**c.4 Regulatórios**

No âmbito regulatório, a Companhia possui valores classificados como possíveis referentes a processos administrativos punitivos junto à ARCE/ANEEL, a saber: (i) R\$ 3.731, referente ao Auto de Infração SFE-0032-18, tema geração distribuída, (ii) R\$ 15.330, referente ao Auto de Infração nº 0002/2020-ARCE-SFE, tema indicadores de continuidade DEC FEC 2018 e 2019, (iii) R\$777, referente ao Auto de Infração nº 0025/2013-ARCE-SFE, tema Qualidade do Atendimento Comercial e (iv) R\$5.438, referente ao Auto de Infração SFE-AI-0010-21-C, tema indicadores de continuidade DEC FEC 2020.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
em 31 de dezembro de 2021 e 2020  
(Em milhares de reais)



**22.3 Depósitos vinculados a litígios:**

A Companhia possui alguns depósitos vinculados às ações judiciais, os quais estão apresentados a seguir:

	31.12.2021	31.12.2020
Trabalhistas	18.210	18.447
Cíveis	26.731	25.396
Fiscais	3.857	3.833
<b>Total</b>	<b>48.798</b>	<b>47.676</b>

**23. Obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica**

São obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica e representam os valores da União, dos Estados, dos Municípios e dos consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador e às subvenções destinadas a investimentos no serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição. O prazo de vencimento dessas obrigações é aquele estabelecido pelo Órgão Regulador para concessões de geração, transmissão e distribuição, cuja quitação ocorrerá ao final da concessão.

A composição destas obrigações:

Obrigações Especiais	Depreciação - Taxa Média Anual	Custo Histórico	Reavaliação	Total
<b>Em serviço</b>		<b>(926.661)</b>	<b>(561.748)</b>	<b>(1.488.409)</b>
Participação da União, Estados e Municípios		(15.951)	(5.693)	(21.644)
Participação Financeira do Consumidor		(306.849)	(101.087)	(407.936)
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido		(167.682)	(59.851)	(227.533)
Pesquisa e Desenvolvimento		(21.503)	(5.102)	(26.605)
Universalização Serv. Púb. de Energia Elétrica		(343.578)	(106.676)	(450.254)
<b>Outros</b>		<b>(71.098)</b>	<b>(283.339)</b>	<b>(354.437)</b>
Excedente de reativos		(69.850)	(24.931)	(94.781)
Reavaliação Regulatória		(1.248)	(445)	(1.693)
Outros		-	(257.963)	(257.963)
<b>(-) Amortização Acumulada - AIS</b>		<b>467.972</b>	<b>202.359</b>	<b>670.331</b>
Participação da União, Estados e Municípios	3,84%	8.220	2.671	10.891
Participação Financeira do Consumidor	3,84%	2.594	716	3.310
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido	3,84%	31.741	74.818	106.559
Pesquisa e Desenvolvimento	3,84%	16.667	2.394	19.061
Universalização Serv. Púb. de Energia Elétrica	3,84%	-	-	-
<b>Outros</b>	<b>3,84%</b>	<b>408.750</b>	<b>121.760</b>	<b>530.510</b>
Excedente de reativos	3,84%	38.154	(38.154)	(0)
Reavaliação Regulatória	0,00%	-	-	-
Outros	3,84%	370.597	159.914	530.511
<b>Total</b>		<b>(458.689)</b>	<b>(359.389)</b>	<b>(818.078)</b>

A movimentação ocorrida no exercício pode assim ser resumida:

**Companhia Energética do Ceará - COELCE**  
**CNPJ nº 07.047.251/0001-70**

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias**  
**em 31 de dezembro de 2021 e 2020**  
**(Em milhares de reais)**



Obrigações Especiais	Valor Bruto em	Adições (A)	Outros (B)	Valor Bruto em	Adições Líquidas =	Valor Líquido em 31/12/2021	Valor Líquido em 31/12/2020
<b>Em serviço</b>	<b>(1.488.055)</b>	-	<b>(354)</b>	<b>(1.488.409)</b>	<b>(354)</b>	<b>(1.488.409)</b>	<b>(1.488.055)</b>
Participação da União, Estados e Municípios	(21.642)	-	-	(21.642)	-	(21.642)	(21.642)
Participação Financeira do Consumidor	(407.936)	-	-	(407.936)	-	(407.936)	(407.936)
Doações e Subv. a Investimentos no Serviço Concedido	(227.533)	-	-	(227.533)	-	(227.533)	(227.533)
Pesquisa e Desenvolvimento	(26.251)	-	(354)	(26.605)	(354)	(26.605)	(26.251)
Universalização do Serviço Públ. de Energia Elétrica	(450.254)	-	-	(450.254)	-	(450.254)	(450.254)
<b>Outros</b>	<b>(354.439)</b>	-	-	<b>(354.439)</b>	-	<b>(354.439)</b>	<b>(354.439)</b>
Excedente de reativos	(94.781)	-	-	(94.781)	-	(94.781)	(94.781)
Diferença das perdas regulatórias	3	-	-	3	-	3	3
Reavaliação Regulatória	(257.964)	-	-	(257.964)	-	(257.964)	(257.964)
Outros	(1.697)	-	-	(1.697)	-	(1.697)	(1.697)
<b>(-) Amortização Acumulada - AIS</b>	<b>651.304</b>	<b>19.028</b>	-	<b>670.332</b>	<b>19.028</b>	<b>670.332</b>	<b>651.304</b>
Participação da União, Estados e Municípios	10.135	756	-	10.891	756	10.891	15.975
Participação Financeira do Consumidor	0	3.310	-	3.310	3.310	3.310	34.866
Doações e Subv. a Investimentos no Serviço Concedido	106.559	-	-	106.559	-	106.559	167.266
Pesquisa e Desenvolvimento	10.174	8.887	-	19.061	8.887	19.061	12.341
Universalização do Serviço Públ. de Energia Elétrica	-	-	-	-	-	-	266.443
<b>Outros</b>	<b>524.436</b>	<b>6.075</b>	-	<b>530.511</b>	<b>6.075</b>	<b>530.511</b>	<b>154.413</b>
Excedente de reativos	-	1	-	1	-	1	47.559
Reavaliação Regulatória	-	-	-	-	-	-	105.787
Outros	524.435	6.075	-	530.510	6.075	530.510	1.067
<b>Em curso</b>	<b>(222.898)</b>	<b>(12.533)</b>	-	<b>(235.431)</b>	<b>(12.533)</b>	<b>(235.431)</b>	<b>(222.898)</b>
Participação da União, Estados e Municípios	(1.558)	-	-	(1.558)	-	(1,558)	(1,558)
Participação Financeira do Consumidor	(53.240)	(12.533)	-	(65.773)	(12.533)	(65,773)	(53,240)
Universalização do Serviço Público de Energia Elétrica	(64.656)	-	-	(64.656)	-	(64,656)	(64,656)
Universalização do Serviço Público de Energia Elétrica	(952)	-	-	(952)	-	(952)	(952)
Valores Pendentes de Recebimento	(96.492)	-	-	(96.492)	-	(96,492)	(96,492)
<b>Total</b>	<b>(1.053.649)</b>	<b>6.495</b>	<b>(354)</b>	<b>(1.053.508)</b>	<b>6.141</b>	<b>(1.053.508)</b>	<b>(1.053.649)</b>

## 24. Patrimônio líquido

### a) Capital social

O capital social é de R\$ 914.346 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 892.246 em 31 de dezembro de 2020). Em 26 de abril de 2021 foi realizado o aumento de capital no montante de R\$ 22.100, via capitalização de reservas, sem emissão de ações. As ações não apresentam valor nominal e são assim distribuídas:

	<b>31.12.2021</b>	<b>31.12.2020</b>
	<b>(Em unidades)</b>	<b>(Em unidades)</b>
Ações Ordinárias	48.067.937	48.067.937
Ações Preferenciais A	28.252.700	28.252.700
Ações Preferenciais B	1.534.662	1.534.662
<b>Total</b>	<b>77.855.299</b>	<b>77.855.299</b>

	Ações ordinárias (em unidades)		Ações preferenciais (em unidade)				Total (em unidades)			
	Total (I)		Classe A		Classe B	Total (II)	(I) + (II)			
Enel Brasil S.A.	47.064.245	97,91%	10.588.006	37,48%	424	0,03%	10.588.430	35,55%	57.652.675	74,05%
Eletrobrás	-	0,00%	3.967.756	14,04%	1.531.141	99,77%	5.498.897	18,46%	5.498.897	7,06%
Outros	1.003.692	2,09%	13.696.938	48,48%	3.097	0,20%	13.700.035	45,99%	14.703.727	18,89%
<b>Total de Ações</b>	<b>48.067.937</b>	<b>100,00%</b>	<b>28.252.700</b>	<b>100,00%</b>	<b>1.534.662</b>	<b>100,00%</b>	<b>29.787.362</b>	<b>100,00%</b>	<b>77.855.299</b>	<b>100,00%</b>

### b) Capital social autorizado

Na forma do disposto no artigo 168 da Lei nº 6.404/76, o estatuto social, em seu artigo 5º, parágrafo primeiro, prevê que a Companhia poderá, por deliberação do Conselho de

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
em 31 de dezembro de 2021 e 2020  
(Em milhares de reais)**



Administração, aumentar o seu capital social em até 300.000.000.000 de ações sem valor nominal, sendo 100.000.000.000 ações ordinárias, 193.352.996.180 ações preferenciais Classe A e 6.647.003.820 ações preferenciais Classe B. Salvo deliberação em contrário do Conselho de Administração, os acionistas não terão direito de preferência em qualquer emissão de ações, notas promissórias para distribuição pública, debêntures conversíveis em ações, ou bônus de subscrição, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores, subscrição pública ou permuta por ações em oferta de aquisição de controle, nos termos do artigo 172 da Lei nº 6.404/76.

**Reservas de capital**

	<b>31.12.2021</b>	<b>31.12.2020</b>
Reserva de remuneração de bens e direitos constituídos com capital próprio	31.160	31.160
Reserva de incentivo fiscal - ADENE	106.323	106.323
Reserva especial de ágio	221.188	221.188
	<u>358.671</u>	<u>358.671</u>

**Reservas de lucro**

	<b>31.12.2021</b>	<b>31.12.2020</b>
Reserva legal	48.845	48.845
Reserva de reforço de capital de giro	969.525	654.428
Reserva de incentivo fiscal - SUDENE	968.580	934.965
	<u>1.986.950</u>	<u>1.638.238</u>

**c) Reserva legal**

O estatuto social da Companhia prevê que do lucro líquido anual serão deduzidos 5% para constituição de reserva legal, a qual não poderá exceder 20% do capital social.

De acordo com a legislação societária, a Companhia não constituiu reserva legal nos exercícios apresentados, visto que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital excederam 30% do capital social.

**d) Reforço de capital de giro**

É composto pela parcela de lucros não distribuídos aos acionistas. A reserva de reforço de capital de giro é criada somente depois de considerados os requisitos de dividendo mínimo e seu saldo não pode exceder o montante do capital subscrito, conforme os termos do artigo 29, (ii), alínea d, do estatuto social da Companhia. A reserva de reforço de capital de giro pode ser usada na absorção de prejuízos, se necessário, para capitalização, pagamento de dividendos ou recompra de ações.

**e) Reserva de incentivo fiscal**

O saldo da reserva de incentivo fiscal apurado até 31 de dezembro de 2007 no montante de R\$ 106.323 foi mantido como reserva de capital e somente poderá ser utilizado conforme previsto na Lei no 12.973/2014.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
em 31 de dezembro de 2021 e 2020  
(Em milhares de reais)



Em 14 de dezembro de 2016, a Companhia renovou o benefício fiscal da Sudene - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, que reduz 75% do imposto de renda e adicionais não restituíveis, calculado sobre o lucro da exploração, referente à atividade de distribuição de energia.

**f) Reserva especial de ágio**

A reserva de R\$ 221.188 foi constituída em função da reestruturação societária da Companhia, que resultou no reconhecimento do benefício fiscal diretamente no patrimônio, quando o ágio foi transferido para a Companhia por meio de incorporação, vide nota explicativa nº11.

**g) Destinação de resultados**

De acordo com o estabelecido no estatuto social da Companhia e em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, o dividendo mínimo não será inferior a 25% do lucro líquido ajustado.

	31.12.2021	31.12.2020
Lucro do exercício	488.587	265.181
(-) Incentivo fiscal – SUDENE	(33.615)	(46.080)
(+) Reversão de dividendos prescritos	63	315
Lucro ajustado	455.035	219.416
Juros de capital próprio	(117.000)	-
Dividendo mínimo obrigatório	(14.309)	(54.854)
Dividendo adicional proposto	-	(109.708)
	323.726	54.854
Outros resultados abrangentes (benefícios pós-emprego)	13.471	(10.413)
Reserva de lucros	-	-
Reserva reforço de capital de giro	337.197	44.441

Exercício findo em 31 de dezembro de 2020: Em Assembleia Geral Ordinária - AGO realizada em 26 de abril de 2021, foi aprovada a destinação do resultado referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a qual segue: (i) dividendo mínimo obrigatório no montante de R\$54.854 (ii) dividendo adicional proposto no montante de R\$109.708; reserva de reforço de capital de giro no montante de R\$44.441; do montante destinado a reforço de capital de giro, foi deliberada a capitalização de R\$22.100 pois as reservas ultrapassavam o capital social da Companhia.

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021: A Companhia excedeu o limite das suas reservas de lucros e encaminhará o assunto para Assembleia Geral Ordinária, que deverá deliberar sobre a capitalização ou distribuição do excesso, de acordo com o estatuto social e artigo 199 da Lei nº 6.404/76.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
em 31 de dezembro de 2021 e 2020  
(Em milhares de reais)



h) Outros resultados abrangentes

A Companhia reconhece como outros resultados abrangentes a parte eficaz dos ganhos ou perdas dos instrumentos financeiros derivativos classificados como *hedge* de fluxo de caixa, bem como os ganhos e perdas atuariais oriundos de alterações nas premissas ou nos compromissos dos planos de benefício definido. Vale ressaltar que anualmente como parte do processo de destinação do resultado do exercício, a Companhia absorve em prejuízos acumulados todo o impacto das avaliações atuariais registradas em outros resultados abrangentes.

	31.12.2021	31.12.2020
Ganho de instrumentos financeiros derivativos	(9.468)	(2.124)
Tributos diferidos sobre perda/ganho instrumentos financeiros derivativos	3.219	722
<b>Total</b>	<b>(6.249)</b>	<b>(1.402)</b>

Companhia Energética do Ceará - COELCE  
CNPJ nº 07.047.251/0001-70

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
em 31 de dezembro de 2021 e 2020  
(Em milhares de reais)



25. Receita líquida

	Nº Consumidores		MWh Mil		31.12.2021	31.12.2020
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020		
<b>Fornecimento – Faturado</b>	<b>4.104.443</b>	<b>4.003.665</b>	<b>10.064.450</b>	<b>9.657.888</b>	<b>7.543.406</b>	<b>5.926.009</b>
Residencial	3.294.771	3.176.048	5.177.882	4.878.078	3.372.064	2.528.126
Industrial	5.963	6.197	562.931	580.003	853.203	705.951
Comercial	181.583	182.949	1.533.878	1.585.570	1.490.252	1.307.608
Rural	570.546	587.795	1.278.020	1.196.996	772.750	579.669
Poder público	31.318	34.890	540.828	517.815	487.400	403.260
Iluminação pública	11.626	11.234	652.788	588.405	323.583	191.355
Serviço público	8.634	4.550	306.312	298.787	243.167	209.310
Suprimento e revenda	2	2	11.811	12.234	987	730
<b>Fornecimento/Suprimento/Rede Elétrica – Não faturado</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>389.575</b>	<b>281.102</b>
<b>Uso da Rede Elétrica de Distribuição Faturado</b>	<b>463</b>	<b>339</b>	<b>2.118</b>	<b>2.182</b>	<b>366.206</b>	<b>255.974</b>
Consumidores Livres	463	339	2.118	2.182	366.206	255.974
Constituição e Amortiz. – CVA Ativa e Passiva	-	-	-	-	308.649	129.920
Constituição e Amortiz. – RTP Diferimento ou Devolução	-	-	-	-	(1.840)	(86.137)
Constituição e Amortiz. – Demais Ativos e Passivos Regulat.	-	-	-	-	369.066	154.762
Venda de Energia Excedente – MVE	-	-	-	-	248.579	11.466
Serviços Cobráveis	-	-	-	-	221.613	116.833
Doações, Contribuições e Subvenções Vinculadas ao Serviço Concedido – Bandeira	-	-	-	-	32.886	19.810
Subvenção baixa renda	-	-	-	-	205.934	259.302
Subvenção de recursos da CDE	-	-	-	-	250.764	256.747
<b>Receita Operacional Bruta</b>	<b>4.104.906</b>	<b>4.004.004</b>	<b>10.066.568</b>	<b>9.660.070</b>	<b>9.934.839</b>	<b>7.325.788</b>
<b>Deduções da receita operacional bruta</b>						
ICMS	-	-	-	-	(2.022.316)	(1.551.772)
COFINS – corrente	-	-	-	-	(677.160)	(469.474)
PIS – corrente	-	-	-	-	(147.015)	(101.925)
Eficiência energética, P&D, FNDCT e EPE	-	-	-	-	(65.316)	(48.174)
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	-	-	-	-	(357.695)	(201.879)
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica – TFSEE	-	-	-	-	(7.636)	(6.529)
ISS	-	-	-	-	(6.444)	(5.134)
Outros encargos	-	-	-	-	(0)	(14.470)
<b>Total das deduções da receita operacional bruta</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(3.283.582)</b>	<b>(2.399.357)</b>
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>4.104.906</b>	<b>4.004.004</b>	<b>10.066.568</b>	<b>9.660.070</b>	<b>6.651.257</b>	<b>4.926.431</b>



## 26. Pessoal e administradores

Despesa de pessoal	31.12.2021	31.12.2020
Remuneração	(109.845)	(113.066)
Encargos sociais	(42.850)	(39.443)
Provisão de férias	(20.983)	(17.517)
Plano de saúde	(12.337)	(12.755)
Auxílio alimentação e outros benefícios	(31.666)	(19.217)
Participação nos resultados	(17.938)	(14.772)
Previdência privada	(8.930)	(8.173)
Outros	(109)	(250)
(-) Transferência para ativo imobilizado e intangível	63.751	54.407
<b>Total</b>	<b>(180.907)</b>	<b>(170.786)</b>

## 27. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os valores dos ativos fiscais diferidos sobre diferenças temporárias, que poderão ser compensados com lucros tributáveis futuros, serão realizados pela Companhia em um prazo não superior a 5 anos, considerando as melhores estimativas da Administração.

	31.12.2021		Reapresentado 31.12.2020	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
<b>a) Composição dos tributos no resultado:</b>				
<b>Na rubrica de tributos:</b>				
Correntes	(157.251)	(62.323)	(99.667)	(35.938)
Diferidos	113.982	48.774	60.924	21.982
Incentivo fiscal	33.615	-	46.080	-
<b>Total</b>	<b>(9.654)</b>	<b>(13.549)</b>	<b>7.337</b>	<b>(13.956)</b>
<b>b) Demonstração do cálculo dos tributos - despesa:</b>				
<b>Resultado antes dos tributos</b>	<b>226.666</b>	<b>226.666</b>	<b>103.168</b>	<b>103.168</b>
<b>Adições:</b>				
Gratificação a administradores	18.860	18.860	1.512	1.512
Doações	187	187	2.533	2.533
Baixa de Crédito IRPJ/CSLL	-	-	-	-
Perdão de Dívida Indedutível	25.397	25.397	59.444	59.444
Multas indedutíveis	-	-	7.768	7.768
Outras despesas indedutíveis	(117.000)	(117.000)	64	65
Diferença de ajustes - societário vs regulatório	16.513	16.513	(19.423)	(19.423)
<b>Total das adições</b>	<b>(56.043)</b>	<b>(56.043)</b>	<b>51.898</b>	<b>51.899</b>
<b>Base de cálculo</b>	<b>170.623</b>	<b>170.623</b>	<b>155.067</b>	<b>155.067</b>
Alíquota nominal dos tributos	15%	9%	15%	9%
Alíquota adicional sobre o valor excedente a R\$ 20/mês	10%	-	10%	-
<b>Despesa com tributos às alíquotas nominais</b>	<b>(42.632)</b>	<b>(15.356)</b>	<b>(38.743)</b>	<b>(13.956)</b>
Incentivos fiscais	32.978	1.807	46.080	-
Reprocessamento de ultrapassagem de demanda e excedente reativos para ativos e passivo financeiros setoriais	-	-	-	-
<b>Total da despesa com tributos</b>	<b>(9.654)</b>	<b>(13.549)</b>	<b>7.337</b>	<b>(13.956)</b>
<b>Alíquota efetiva</b>	<b>4,26%</b>	<b>5,98%</b>	<b>-7,11%</b>	<b>13,53%</b>

A seguir a composição dos tributos diferidos:

**Companhia Energética do Ceará - COELCE**  
**CNPJ nº 07.047.251/0001-70**

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias**  
**em 31 de dezembro de 2021 e 2020**  
**(Em milhares de reais)**



O imposto de renda e a contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias são demonstrados como segue:

	<b>31.12.2021</b>	<b>31.12.2020</b>
<b><u>ATIVO NÃO CIRCULANTE</u></b>		
Plano de pensão	59.540	66.478
Provisão para ações judiciais e regulatórias	82.061	68.781
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	147.885	111.763
Provisão de desativação	50.980	3.409
Instrumentos financeiros	35.974	-
Instrumentos financeiros derivativos	3.263	721
Outros	38.271	41.248
	<b>417.974</b>	<b>292.400</b>
<b><u>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</u></b>		
Swap	5.746	27.663
Diferido perdas de bens	1.434	1.480
Reserva de reavaliação regulatória ("VNR")	186.014	196.787
	<b>193.193</b>	<b>225.930</b>
	<b>224.781</b>	<b>66.470</b>

Companhia Energética do Ceará - COELCE  
CNPJ nº 07.047.251/0001-70



Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
em 31 de dezembro de 2021 e 2020  
(Em milhares de reais)

28. Custos/despesas operacionais

	31.12.2021				Reapresentado 31.12.2020						
	Custo do serviço	Despesa de vendas	Despesas gerais e Administrativas	Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	Total	Custo do serviço	Despesa de vendas	Despesas gerais e Administrativas	Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	Outras	Total
Pessoal	(135.994)	-	(44.913)	-	(180.907)	(120.544)	-	(50.242)	-	-	(170.786)
Material	(24.072)	-	(1.003)	-	(25.075)	(30.645)	-	(1.531)	-	-	(32.176)
Serviços de terceiros	(555.919)	(10.875)	(44.363)	-	(611.157)	(375.895)	(3.928)	(54.491)	-	-	(434.314)
Energia elétrica comprada para revenda	(3.650.748)	-	-	-	(3.650.748)	(2.914.038)	-	-	-	-	(2.914.038)
Encargos do uso do sistema de transmissão	(979.938)	-	-	-	(979.938)	(457.742)	-	-	-	-	(457.742)
(-) Ajustes referente ao alívio retroativo (i)	7.136	-	-	-	7.136	52.639	-	-	-	-	52.639
Depreciação e amortização	(304.518)	-	(34.727)	-	(339.245)	(276.973)	-	-	(13.711)	-	(290.684)
Provisão esperada para créditos de liquidação duvidosa	-	-	-	(214.884)	(214.884)	-	-	-	(215.730)	-	(215.730)
Provisão para processos judiciais e outros	-	-	(19.700)	-	(19.700)	-	-	(28.684)	-	-	(28.684)
Outras despesas operacionais	(109.602)	-	(73.944)	-	(183.546)	(102.159)	-	(94.405)	-	(6.479)	(203.043)
<b>Subtotal</b>	<b>(5.753.655)</b>	<b>(10.875)</b>	<b>(218.650)</b>	<b>(214.884)</b>	<b>(6.198.064)</b>	<b>(4.225.357)</b>	<b>(3.928)</b>	<b>(229.353)</b>	<b>(229.441)</b>	<b>(6.479)</b>	<b>(4.694.558)</b>

i) O alívio financeiro retroativo ocorre quando há sobras de recursos do tratamento de exposições em função da diferença de preços entre os submercados para alívio de despesas com ESS. Os valores são calculados e repassados nas liquidações financeiras pela CCEE.



## 29. Resultado financeiro

	31.12.2021	Reapresentado 31.12.2020
<b>Receitas financeiras</b>		
Renda de aplicação financeira	7.026	6.102
Juros e atualização monetária sobre impontualidade de clientes	78.967	63.926
Multa por impontualidade de clientes	42.075	26.090
Reversão de atualização de CDE	-	(12.400)
Variação monetária de ativos financeiros setoriais	57.236	6.591
Variação cambial	3.962	5.304
Variação cambial de dívida	113.903	99
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - Variação cambial	194.984	143.288
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - Marcação a mercado	-	2.152
Juros fundo de pensão	18	76
Outras receitas financeiras	23.094	9.485
(-) PIS/COFINS sobre receitas financeiras	(7.906)	(3.665)
<b>Subtotal</b>	<b>513.359</b>	<b>247.048</b>
<b>Despesas financeiras</b>		
Variação monetária de dívidas	(32.949)	(11.767)
Variação monetária de debêntures	(85.004)	(33.170)
Variação cambial de dívidas	(196.086)	(146.614)
Encargos de dívidas	(51.469)	(29.095)
Variação cambial	(7.708)	-
Juros debêntures	(82.569)	(67.339)
Encargos fundo de pensão	(6.788)	(6.143)
Variação monetária de passivos financeiros setoriais	(38.194)	-
Atualização de provisão para processos judiciais e outros	(59.673)	(26.770)
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - Variação cambial	(114.382)	(105)
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - Juros	(34.766)	(3.984)
Juros capitalizados transferidos para o ativo contratual	295	795
Atualizações de impostos	(4.453)	(8.183)
Atualização P&D/PEE	(2.511)	(1.783)
IOF/IOC	(1.130)	(774)
Apropriação custo de transação	(2.864)	(2.866)
Comissão de fiança e seguro garantia	(4.731)	(8.135)
Custos pré-pagamento - BNDES	(425)	(423)
Outras despesas financeiras	(14.478)	(29.397)
<b>Subtotal</b>	<b>(739.885)</b>	<b>(375.753)</b>
<b>Total do resultado financeiro</b>	<b>(226.526)</b>	<b>(128.705)</b>

## 30. Objetivos e políticas para a gestão de risco financeiro

### Considerações gerais

A Companhia possui políticas de mitigação de riscos financeiros e adota estratégias operacionais e financeiras visando manter a liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Com essa finalidade, mantém sistemas gerenciais de controle e acompanhamento das suas transações financeiras e seus respectivos valores, com o objetivo de monitorar os riscos e oportunidades/condições de cobertura no mercado.

### Fatores de risco

A linha de negócio principal da Companhia está concentrada na distribuição de energia elétrica

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
em 31 de dezembro de 2021 e 2020  
(Em milhares de reais)



em 184 municípios do Estado do Ceará. Sua estratégia está sintonizada com a gestão financeira que aplica melhores práticas para minimização de riscos financeiros, observando também os aspectos regulatórios. A Companhia identifica os seguintes fatores de riscos que podem afetar seu negócio:

**a) Risco de crédito**

Esse risco surge da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes ou de uma contraparte, em um instrumento financeiro, não cumprir com suas obrigações contratuais. Esses riscos são avaliados como de baixa probabilidade, considerando a pulverização do número de clientes, o comportamento estatístico dos níveis de arrecadação e as políticas que estabelecem regras e limites para realizar operações com contrapartes. No caso de transações financeiras, essas políticas levam em consideração, dentre outras variáveis, a classificação de risco de crédito (*rating*) e valor do patrimônio líquido da contraparte.

	31.12.2021	31.12.2020
Caixa e equivalentes de caixa	204.316	166.015
Títulos e valores mobiliários	80.648	92.376
Instrumentos financeiros derivativos - swap	7.300	64.356
Consumidores e outras contas a receber	1.675.897	1.396.628
Ativos financeiros setoriais	518.670	(209.221)
	<b>2.486.832</b>	<b>1.510.154</b>

No caso dos créditos com consumidores, a Companhia tem o direito de interromper o fornecimento de energia caso o cliente deixe de realizar o pagamento de suas faturas, dentro de parâmetros e prazos definidos pela legislação e regulamentação específicas. A perda esperada para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida em montante julgado suficiente, pela Administração da Companhia, para cobrir prováveis riscos de realização das contas a receber.

Os riscos relativos aos créditos setoriais e indenizáveis são considerados como bastante reduzidos, visto que os contratos firmados asseguram o direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a ser pago pelo Poder Concedente, referente a custos não recuperados por meio de tarifa.

Em 31 de dezembro de 2021, para o saldo de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos, a Companhia possuía a seguinte exposição de ativos, com a seguinte classificação de risco, realizada pela Agência Standard & Poor's (escala nacional):

Instrumentos Financeiros Derivativos	31.12.2021	31.12.2020
AA-	7.300	64.356
<b>Total geral</b>	<b>7.300</b>	<b>64.356</b>

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
em 31 de dezembro de 2021 e 2020  
(Em milhares de reais)



Equivalentes de caixa e Títulos e valores mobiliários	31.12.2021	31.12.2020
AAA	257.086	227.501
AA+	14	13
<b>Total geral</b>	<b>257.100</b>	<b>227.514</b>

**b) Risco da revisão e do reajuste das tarifas de fornecimento**

Os processos de Revisão e Reajuste tarifários ordinários são garantidos por contrato de concessão e empregam metodologias previamente definidas nos Procedimentos de Regulação Tarifária (Proret). Contudo, podem ocorrer fatos que alterem o equilíbrio econômico-financeiro definido nos processos ordinários, que se atenderam aos critérios de admissibilidade e às evidências de desequilíbrio econômico-financeiro normatizados no Submódulo 2.9 do Proret (Resolução normativa nº 791, de 14 de novembro de 2017), poderão ensejar revisão tarifária extraordinária a pedido da distribuidora.

No caso de desequilíbrio econômico-financeiro da concessão, a Companhia pode requerer ao regulador a abertura de uma revisão tarifária extraordinária, ficando a realização desta a critério do regulador. A ANEEL também poderá proceder com revisões extraordinárias caso haja criação, alteração ou exclusão de encargos e/ou tributos, para repasse dos mesmos às tarifas. Os processos de reajuste e revisão tarifária de todas as concessionárias de distribuição de energia elétrica são efetuados segundo metodologia elaborada e publicada pela ANEEL e submetidos à avaliação pública. Alterações de metodologia nos reajustes ou nas revisões tarifárias propostas pelo regulador podem impactar de forma significativa a condição financeira e os resultados operacionais da Companhia.

**c) Risco de câmbio**

Esse risco é proveniente da possibilidade de flutuações na taxa de câmbio, que possam acarretar perdas para Companhia, como, a valorização de moedas estrangeiras frente ao real, que aumentaria as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos indexados ao dólar. De forma a evitar esse risco, em 31 de dezembro de 2021, todas as dívidas mais relevantes na modalidade de 4131 indexadas ao dólar possuem contratos de swap (Dólar para Real/Spread para CDI). A seguir é apresentada a exposição da Companhia em 31 de dezembro de 2021 (em reais).

	31.12.2021
<b>Passivos em moeda estrangeira</b>	
Empréstimos e financiamento	1.222.483
Exposição patrimonial	<b>1.222.483</b>
Ponta ativa - instrumentos financeiros	<b>(1.189.988)</b>
<b>Exposição líquida</b>	<b>32.495</b>

A Companhia eventualmente se utiliza de instrumentos derivativos com o propósito único de proteção (*hedge*) dos riscos de variação cambial, não possuindo, portanto, objetivos especulativos na utilização desses instrumentos. Os instrumentos de proteção utilizados são

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
em 31 de dezembro de 2021 e 2020  
(Em milhares de reais)**



swaps de moeda (câmbio) sem nenhum componente de alavancagem, cláusula de margem, ajustes diários ou ajustes periódicos.

A estratégia de proteção cambial é aplicada de acordo com o grau de previsibilidade da exposição, com a disponibilidade de instrumentos de proteção adequados e o custo-benefício de realizar operações de proteção (em relação ao nível de exposição e seus potenciais impactos):

- Proteção total: quando o montante e o prazo da exposição são conhecidos e indicam impacto potencial relevante;
- Proteção parcial: proteção para a parte cuja exposição é conhecida, caso seu impacto potencial seja relevante, e manter exposição na parcela na qual há incerteza (evitando-se posições especulativas);
- Proteção dinâmica: quando não há certeza sobre a exposição temporal, mas há impacto potencial relevante que possa ser identificado e parcialmente mitigado por posições contrárias equivalentes não especulativas.

**d) Risco de encargos de dívida (taxas de juros e inflação)**

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, como, indicadores de inflação, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possuía 99% da dívida total indexada a taxas variáveis (CDI, IPCA, Libor e TJLP).

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possuía a seguinte exposição:

Caixa e equivalentes de caixa e Títulos e valores	31.12.2021	%	31.12.2020	%
Selic	600	0,23%	15.575	6,85%
CDI	256.500	99,77%	211.926	93,15%
Pré-Fixado	-	0,00%	13	0,01%
<b>Total</b>	<b>257.100</b>	<b>100,00%</b>	<b>227.514</b>	<b>100,00%</b>

Empréstimos, Financiamentos, Debêntures e Derivativos	31.12.2021	%	31.12.2020	%
Taxa fixa	36.099	0,97%	10.824	0,45%
TJLP	665	0,02%	665	0,03%
CDI	2.483.939	66,87%	1.254.017	51,70%
IPCA	1.187.282	31,96%	1.154.339	47,59%
Libor	6.383	0,17%	5.948	0,25%
<b>Total</b>	<b>3.714.368</b>	<b>100,00%</b>	<b>2.425.793</b>	<b>100,00%</b>

Em relação à eventual exposição de ativos e passivos relevantes às variações de mercado (câmbio, taxas de juros e inflação), a Companhia adota como estratégia a diversificação de indexadores e, eventualmente, se utiliza de instrumento financeiros derivativos para fins de proteção, à medida em que se identifique esta necessidade e haja condições de mercado adequadas que o permita.

**e) Risco de liquidez**

Com o intuito de assegurar a capacidade dos pagamentos de suas obrigações de maneira conservadora, a gestão de aplicações financeiras tem foco em instrumentos de curtíssimos prazos, prioritariamente com vencimentos diários, de modo a promover máxima liquidez.

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
em 31 de dezembro de 2021 e 2020  
(Em milhares de reais)**



A liquidez da Companhia é gerida através do monitoramento dos fluxos de caixa previstos e realizados com o objetivo de se precaver das possíveis necessidades de caixa no curto prazo. A Companhia mantém linha de crédito bancária para captação de recursos para capital de giro e para empréstimos que julgue adequados, através de contrato firmado, cujo montante em 31 de dezembro de 2020 é de R\$ 80.000.

Adicionalmente, a Companhia possui limite de mútuo com seus controladores aprovado pela ANEEL, por meio do Despacho Nº 2.979, até 11 de dezembro de 2022 no valor de até R\$ 800.000.

A estrutura de capital da Companhia encontra-se demonstrada no quadro abaixo:

	31.12.2021	31.12.2020
Empréstimos e financiamentos (Nota 20)	2.267.715	956.566
Debentures (Nota 21)	1.453.953	1.533.583
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 33)	(7.300)	(64.356)
<b>Dívida</b>	<b>3.714.368</b>	<b>2.425.793</b>
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	(204.316)	(166.015)
Títulos e valores mobiliários (Nota 6)	(80.648)	(92.376)
<b>Dívida líquida (a)</b>	<b>3.429.404</b>	<b>2.167.402</b>
Patrimônio líquido (b) (Nota 27)	3.387.355	3.230.548
<b>Índice de endividamento líquido (a/[a+b])</b>	<b>50%</b>	<b>40%</b>

O índice de endividamento em 31 de dezembro de 2021 é de 50% (40% em 31 de dezembro de 2020), calculado pela razão entre dívida líquida e patrimônio líquido mais dívida líquida.

As tabelas abaixo apresentam informações sobre os vencimentos futuros dos empréstimos, financiamentos e debêntures da Companhia que estão sendo considerados no fluxo de caixa projetado:

	Menos de um mês	De um a três meses	De três meses a um ano	De um a cinco anos	Mais de cinco anos	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021						
Empréstimos e Financiamentos Pré-fixados	5.150	134.769	18.014	1.108.777	-	1.266.710
Empréstimos e Financiamentos Pós-fixados	4.483	8.947	40.361	212.988	65.770	332.549
Debêntures	(145)	205.710	242.447	1.207.704	-	1.655.716
Empréstimos e Financiamentos Partes Relacionadas	192.242	45.396	35.002	674.082	-	946.722
<b>Total</b>	<b>201.730</b>	<b>394.822</b>	<b>335.824</b>	<b>3.203.551</b>	<b>65.770</b>	<b>4.201.697</b>

Os valores previstos para os próximos vencimentos dos instrumentos financeiros derivativos que estão contemplados nos fluxos de caixa da Companhia estão dispostos abaixo:

	Menos de um mês	De um a três meses	De três meses a um ano	De um a cinco anos	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021					
Instrumentos financeiros derivativos – pagamentos / (recebimentos)	18.152	13.669	59.204	70.713	161.738
<b>Total</b>	<b>18.152</b>	<b>13.669</b>	<b>59.204</b>	<b>70.713</b>	<b>161.738</b>

**f) Valorização dos instrumentos financeiros**

**Valor justo hierárquico**

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
em 31 de dezembro de 2021 e 2020  
(Em milhares de reais)



- **Nível 1** - Dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente inclusive na data da mensuração do valor justo;
- **Nível 2** - Dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado;
- **Nível 3** - Dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia são como segue:

Categoria	Nível	31.12.2021		31.12.2020	
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor
<b>Ativo</b>					
Caixa e equivalente de caixa					
Custo amortizado	2	204.316	204.316	166.015	166.015
Títulos e valores mobiliários					
Valor justo por meio de resultado	2	80.648	80.648	92.376	92.376
Custo amortizado	2	31.101	31.101	28.583	28.583
Consumidores e outras contas a receber					
Custo amortizado	2	1.675.897	1.675.897	1.396.628	1.396.628
Ativos financeiros setoriais					
Custo amortizado	2	518.670	518.670	344.533	344.533
Instrumentos financeiros derivativos - swap					
Valor justo por meio de resultado	2	43.594	43.594	65.597	65.597
		<b>2.554.228</b>	<b>2.554.228</b>	<b>2.093.732</b>	<b>2.093.732</b>
<b>Passivo</b>					
Empréstimos e financiamentos em moeda nacional					
Custo amortizado	2	1.045.232	833.509	371.696	344.467
Debêntures em moeda nacional					
Custo amortizado	2	1.453.953	1.462.277	1.533.583	1.544.773
Empréstimos, financiamentos em moeda estrangeira					
Custo amortizado	2	1.222.483	583.349	584.870	583.470
Instrumentos financeiros derivativos					
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	2	36.294	36.294	1.241	1.241
Arrendamentos					
Custo amortizado	2	20.586	20.586	4.269	4.269
Passivos financeiros setoriais					
Custo amortizado	2	-	-	553.754	553.754
Fornecedores					
Custo amortizado	2	1.410.469	1.410.469	1.024.557	1.024.557
		<b>5.189.017</b>	<b>4.346.484</b>	<b>4.073.970</b>	<b>4.056.531</b>

O método de mensuração utilizado para cômputo do valor de mercado dos instrumentos financeiros foi o fluxo de caixa descontado, considerando expectativas de liquidação desses ativos e passivos, taxas de mercado vigentes e respeitando as particularidades de cada instrumento na data do balanço.

As aplicações financeiras (classificadas tanto como caixa e equivalentes de caixa quanto títulos e valores mobiliários) aproximam-se dos valores de mercado, pois são efetuadas a juros pós-fixados.

As operações de derivativos, quando realizadas, são para proteger o caixa da Companhia. A contratação dos derivativos é realizada com bancos que possuem *investment grade* (escalas locais das principais agências de riscos) com “*expertise*” necessária para as operações, evitando-se a contratação de derivativos especulativos.

Para as rubricas empréstimos, financiamentos e debêntures, o método de mensuração utilizado para cômputo do valor de mercado foi o fluxo de caixa descontado, considerando expectativas de liquidação desses passivos e taxas de mercado vigentes, respeitando as particularidades de cada instrumento na data do balanço.

A rubrica de ativo financeiro da concessão é mensurada através da base de remuneração dos ativos da concessão, conforme legislação vigente estabelecida pelo órgão regulador (ANEEL), e leva em consideração as alterações no fluxo de caixa estimado, tomando por base principalmente os fatores como preço novo de reposição e atualização pelo IPCA. Os fatores relevantes para mensuração do valor justo não são observáveis e não existe mercado ativo. Por

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
em 31 de dezembro de 2021 e 2020  
(Em milhares de reais)**



isso, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3.

Para as demais rubricas, o valor contábil dos instrumentos financeiros é uma aproximação razoável do valor justo. Logo, a Companhia optou por divulgá-los com valores equivalentes ao valor contabilizado.

**Instrumento financeiro derivativo**

A Companhia possui instrumentos derivativos com objetivo exclusivo de proteção econômica e financeira, conforme demonstrados abaixo:

Contraparte	Contratos de swaps:	Data dos contratos	Data de vencimento	Posição	BRL	
					31.12.2021	31.12.2020
Scotiabank		07/01/2020	07/01/2021	CDI + 0,19% aa	-	41.865
TOKIO		18/03/2020	18/03/2021	CDI + 0,07% aa	-	13.623
TOKIO II		18/03/2020	18/03/2021	CDI + 0,12% aa	-	4.786
Scotiabank II		01/04/2020	01/04/2021	CDI + 2,60% aa	-	3.599
Scotiabank III		06/01/2021	06/01/2023	CDI + 0,80% aa	21.337	483
BNP II		01/04/2021	28/03/2024	CDI + 1,18% aa	(7.462)	-
BNP III		01/04/2021	28/03/2022	CDI + 0,55% aa	(6.059)	-
Scotiabank IV		16/07/2021	17/07/2023	CDI + 1,25% aa	5.466	-
Sumitomo		15/10/2021	15/10/2024	CDI + 1,12% aa	(5.982)	-
<b>Total</b>					<b>7.300</b>	<b>64.356</b>

A movimentação é como segue:

	Derivativos
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>(15.399)</b>
Efeito no resultado financeiro	139.199
Marcação a mercado no resultado	2.152
Marcação a mercado no patrimônio líquido	(1.607)
Recebimento de principal	(63.507)
Pagamento de juros	3.518
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>64.356</b>
Efeito no resultado financeiro	45.836
Marcação a mercado no patrimônio líquido	(7.344)
Recebimento de principal	(105.750)
Pagamento de juros	10.736
Recebimento de Juros	(534)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>7.300</b>

Em janeiro de 2020 houve a reversão da marcação a mercado do instrumento financeiro com o Scotiabank realizada em dezembro de 2020. Em janeiro de 2021, quando ocorreu o desembolso do objeto protegido, o instrumento financeiro passou a ser classificado como Cash Flow Hedge, passando a marcação a mercado a ser contabilizada no patrimônio, sendo necessária a reversão da despesa de R\$ 483.

Os valores da curva e de mercado do instrumento financeiro (swap) em 31 de dezembro de 2021 estão dispostos abaixo:

**Companhia Energética do Ceará - COELCE**  
**CNPJ nº 07.047.251/0001-70**

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias**  
**em 31 de dezembro de 2021 e 2020**  
**(Em milhares de reais)**



Derivativo	Valor justo (contábil)	Valor da curva	Outros resultados abangentes	Valor de referência (Notional) BRL	Categoria
Fixo (USD) x DI 06.01.21 Scotiabank III	21.337	24.018	(2.681)	400.000	Valor justo por meio do Patrimônio Líquido
Fixo (USD) x DI 01.04.21 BNP II	(7.462)	(6.216)	(1.246)	135.000	Valor justo por meio do Patrimônio Líquido
Fixo (USD) x DI 01.04.21 BNP III	(6.059)	(6.189)	130	135.000	Valor justo por meio do Patrimônio Líquido
Fixo (USD) x DI 16.07.21 Scotiabank IV	5.466	8.229	(2.763)	210.000	Valor justo por meio do Patrimônio Líquido
Fixo (USD) x DI 15.10.21 Sumitomo	(5.982)	(3.074)	(2.908)	278.250	Valor justo por meio do Patrimônio Líquido
<b>Total</b>	<b>7.300</b>	<b>16.768</b>	<b>(9.468)</b>	<b>1.158.250</b>	

A estimativa de valor de mercado das operações de *swap* foi elaborada baseando-se no modelo de fluxos futuros a valor presente, descontados a taxas de mercado apresentadas pela B3 na posição de 31 de dezembro de 2020.

**g) Análise de sensibilidade suplementar sobre instrumentos financeiros**

Essas análises têm por objetivo ilustrar a sensibilidade a mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação dessas análises.

A seguir é apresentada a análise de sensibilidade nos saldos das dívidas da Companhia em 31 de dezembro de 2021 estabelecida através das variações nas despesas financeiras para os próximos 12 meses considerando a sensibilização da curva futura dos indicadores financeiros divulgados pela B3. Para os cenários adverso e remoto, foi considerada uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível utilizado no cenário provável (índices projetados divulgados pela B3).

Ativo	Risco	Base	Cenários projetados - Dez.2022		
		31.12.2021	Provável	Adverso	Remoto
Caixa, equivalentes de caixa e TVMs	Redução da SELIC	15.575	444	333	222
Caixa, equivalentes de caixa e TVMs	Redução do CDI	211.926	6.046	4.535	3.023
Caixa, equivalentes de caixa e TVMs	Pré-fixado	13	13	10	7
Instrumentos financeiros derivados	Alta do CDI	(511.102)	(3.560)	(4.100)	(4.639)
Instrumentos financeiros derivados	Alta do Dólar	575.458	20.017	48.004	48.849
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Pré-fixado	(791)	(762)	(762)	(762)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Alta do Dólar	(585.493)	(20.571)	(50.591)	(53.125)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Alta da TJLP	(665)	(36)	(43)	(50)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Alta do CDI	(742.915)	(34.306)	(40.727)	(47.115)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Alta do IPCA	(1.154.339)	(93.789)	(104.431)	(114.980)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Alta da Libor	(5.946)	(66)	(1.410)	(2.527)
			<b>(126.570)</b>	<b>(149.182)</b>	<b>(171.098)</b>

As projeções consideram o índice de atualização da dívida, acrescido do spread contratual, conforme definido na nota 18.

Em seguida, apresenta-se a análise de sensibilidade estabelecida com o uso de cenários e projeções em relação a eventos futuros relativos ao comportamento do *swap* da Companhia:

**Companhia Energética do Ceará - COELCE**  
**CNPJ nº 07.047.251/0001-70**

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias**  
**em 31 de dezembro de 2021 e 2020**  
**(Em milhares de reais)**



Contrato	Provável	Cenário + 25%		Cenário + 50%	
		Cenário	Efeito líquido no resultado	Cenário	Efeito líquido no resultado
SCOTIABANK 4131 III - COELCE	42.913	142.307	99.394	224.900	181.987
SCOTIABANK 4131 SWAP III - COELCE PA	(42.767)	(141.824)	(99.057)	(224.137)	(181.370)
SCOTIABANK 4131 SWAP III - COELCE PP	46.766	57.010	10.244	67.028	20.262
BNP 4131 II - COELCE	14.112	44.052	29.940	68.931	54.819
BNP 4131 II - SWAP - COELCE PA	(14.155)	(44.185)	(30.030)	(69.139)	(54.984)
BNP 4131 II - SWAP - COELCE PP	16.267	19.715	3.448	23.087	6.820
BNP 4131 III - COELCE	1.047	8.474	7.427	14.646	13.599
BNP 4131 III - SWAP - COELCE PA	(1.037)	(8.394)	(7.357)	(14.507)	(13.470)
BNP 4131 III - SWAP - COELCE PP	3.361	4.114	753	4.852	1.491
SCOTIABANK 4131 - COELCE IV	22.750	73.974	51.224	116.540	93.790
SCOTIABANK 4131 SWAP IV - COELCE PA	(22.749)	(73.970)	(51.221)	(116.534)	(93.785)
SCOTIABANK 4131 SWAP IV - COELCE PP	25.793	31.229	5.436	36.544	10.751
Sumitomo 4131 - COELCE	29.984	93.677	63.693	146.605	116.621
Sumitomo 4131 - SWAP - COELCE	(28.430)	(88.823)	(60.393)	(139.008)	(110.578)
Sumitomo 4131 - SWAP - COELCE	31.500	38.212	6.712	44.776	13.276
<b>Total</b>	<b>125.355</b>	<b>155.568</b>	<b>30.213</b>	<b>184.584</b>	<b>59.229</b>

Conforme demonstrado acima, as variações do dólar sobre a parcela da dívida coberta pelo swap são compensadas quase que inteiramente pelo resultado de sua ponta ativa.

### 31. Compromissos

Os compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a compra de energia acontecerão nos valores de R\$2.341.473 em 2022, R\$2.451.871 em 2023, R\$2.630.194 em 2024, R\$2.589.448 em 2025 e R\$46.019.122 após 2025.

Estes contratos representam o volume total contratado pelo preço corrente no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 que foram homologados pela ANEEL.

### 32. Participação nos resultados

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a provisão de participação nos resultados é de R\$ 17.938 e R\$ 14.772, respectivamente.

### 33. Cobertura de seguros

Os principais ativos em serviço da Companhia estão segurados por uma apólice de risco operacional e também o seguro de responsabilidade civil que faz parte do programa de seguros corporativos do Grupo Enel Brasil.

Bens Segurados	Riscos	Data de vigência		Importância segurada	Limite máximo de garantia sinistro
		De	Até		
Patrimonial (i)	Riscos operacionais	31/10/2021	31/10/2022	R\$ 1.028.355	R\$ 6.284.021
	- Responsabilidade civil geral	31/10/2021	31/10/2022	R\$ 0	R\$ 112.814
	- Responsabilidade civil de administradores	10/11/2021	10/11/2022	R\$ 0	R\$ 78.824
	- Riscos ambientais	01/11/2021	01/11/2022	N/A	R\$ 131.934
	- Riscos frota	30/07/2021	30/07/2022	N/A	R\$ 1.000

- (i) Estão cobertos as subestações, escritórios administrativos, lojas, almoxarifados, parques, subparques, máquinas e equipamentos, móveis e utensílios.



### 34. Informações complementares às demonstrações dos fluxos de caixa

As principais transações que não impactaram caixa e equivalentes de caixa:

	31.12.2021	31.12.2020
Compensação CDE (nota 8 e 23)	-	(311.830)
Compensação ICMS parcelamento (nota 9)	-	(11.056)
Adoção inicial (CPC 06 R2) (nota 14)	-	-
Remensuração de ativos (CPC 06 R2) (nota 14)	-	(12)
Compensações de PIS e COFINS (nota 18)	(290.130)	(165.863)

A Companhia classifica os juros pagos e recebidos como atividade operacional (juros de dívidas e aplicações financeiras, dentre outros), com exceção aos juros pagos que são capitalizados como parte do custo de construção da infraestrutura, os quais são classificados como desembolso de caixa, nas atividades de investimento (adições do ativo de contrato).

A seguir é demonstrada a conciliação dos pagamentos de juros de empréstimos e debentures alocados por atividade nas demonstrações dos fluxos de caixa:

	31.12.2021	31.12.2020
Pagamentos de juros apresentados nas atividades operacionais	(106.436)	(90.053)
Pagamentos de juros apresentados nas atividades de investimentos (juros capitalizados)	(268)	(795)
	<b>(106.704)</b>	<b>(90.848)</b>

#### Conciliação das atividades de financiamento:

Segundo as orientações do CPC 03 (R2) parágrafo 44A, a Companhia deve divulgar informações que permitam aos usuários das demonstrações financeiras avaliar as alterações em passivos provenientes de atividades de financiamento, incluindo as alterações decorrentes dos fluxos de caixa e de não caixa.

O quadro a seguir, apresenta a conciliação das atividades de financiamento com as respectivas notas explicativas:

Efeito caixa			Nota explicativa	
Demonstrações do fluxo de caixa	31.12.2021	31.12.2020	Nº	Descrição
<b>Atividades de financiamentos:</b>				
Captação de empréstimos e financiamentos	1.870.050	533.079	20	Empréstimos e financiamentos
Pagamentos de empréstimos e financiamentos (principal)	(693.865)	(427.269)	20	Empréstimos e financiamentos
Pagamentos de arrendamento (principal)	(7.231)	(6.801)	22	Obrigações por arrendamentos
Recebimentos de instrumento derivativo (principal)	105.750	63.507	33	Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro
Parcelamento especial	(1.541)	(1.422)	19	Obrigações fiscais
Pagamentos de dividendos	(199.501)	(90.217)		Conforme demonstrado no quadro a seguir
<b>Caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos</b>	<b>1.073.662</b>	<b>70.877</b>		

Quanto aos dividendos, a conciliação é conforme segue:

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
em 31 de dezembro de 2021 e 2020  
(Em milhares de reais)



	31.12.2020	Efeito não caixa			Efeito caixa	31.12.2021
		Dividendos adicionais propostos	Dividendos prescritos	Dividendos mínimos	Dividendos pagos	
Dividendos a pagar	130.276	109.708	(63)	14.309	(199.501)	171.729

	31.12.2019	Efeito não caixa			Efeito caixa	31.12.2020
		Dividendos adicionais propostos	Dividendos prescritos	Dividendos mínimos	Dividendos pagos	
Dividendos a pagar	83.283	82.671	(315)	54.854	(90.217)	130.276

### 35. Reajuste tarifário anual

A Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), em reunião pública da sua Diretoria, que ocorreu em 22 de abril de 2021, deliberou sobre o reajuste tarifário anual de 2021.

A ANEEL aprovou o Reajuste Tarifário Anual da Companhia positivo de +13,54% composto por reajuste econômico de +24,07% e componente financeiro de -10,53%. Descontado o componente financeiro considerado no último processo tarifário, o efeito médio a ser percebido pelos consumidores será de +8,95%.

O índice é composto pelos seguintes itens:

Reajuste Tarifário 2021	
Encargos Setoriais	4,57%
Custos de Transmissão	5,91%
Custos de Aquisição de Energia	3,15%
<b>Parcela A</b>	<b>13,63%</b>
<b>Parcela B</b>	<b>10,44%</b>
<b>Reajuste Econômico</b>	<b>24,07%</b>
CVA Total	7,52%
Mecanismo de mitigação tarifária	-11,13%
Reversão Conta Covid	-9,09%
Outros Itens Financeiro da Parcela A	2,17%
<b>Reajuste Econômico</b>	<b>-10,53%</b>
<b>Reajuste Total</b>	<b>13,54%</b>
Efeitos da retirada dos componentes financeiros do processo anterior	-4,59%
<b>Efeito médio a ser percebido pelos consumidores</b>	<b>8,95%</b>

Dessa forma, as Parcelas A e B da Companhia, após o Reajuste Tarifário, tiveram os seguintes impactos:

(i) **Parcela A:** Reajustada em 2,67%, representando 1,76% no reposicionamento econômico com os seguintes componentes:

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
em 31 de dezembro de 2021 e 2020  
(Em milhares de reais)



- Encargos setoriais - aumento de 52,46%, representando 4,57% no reajuste econômico em função, principalmente, da redução do encargo com a Conta de Desenvolvimento Energético CDE Conta Covid;
- Energia comprada - aumento de 11,87%, decorre principalmente do aumento dos contratos de disponibilidade de energia nova. Percebe-se também uma significativa contribuição do custo decorrente do contrato bilateral (impacto de 4,20%). O aumento do custo da compra de energia representa 5,91% no reajuste econômico; e
- Encargos de Transmissão - os custos de transmissão tiveram uma variação de 49,95%, correspondendo a um efeito de 3,15% no reajuste econômico. Sobre esse item, destaque para a publicação das Resoluções Homologatórias nº 2.725 e 2.726, ambas em julho de 2020, as quais aprovaram, respectivamente, as novas Receitas Anuais Permitidas (RAP) das concessionárias de transmissão e as novas Tarifas de Uso do Sistema de Transmissão (TUST).

**(ii) Parcela B:** Para o próximo ano regulatório, a Parcela B foi reajustada em 29,66%, representando uma participação de 10,44% no reajuste econômico, resultado da combinação dos seguintes componentes:

- IGP-M de 31,10%, no período de 12 meses findos em março de 2021; e
- Fator X de 1,43 %, composto por:
  - Componente X-Pd (ganhos de produtividade da atividade de distribuição) de +1,17%, para aplicação nos reajustes tarifários deste ciclo da Companhia;
  - Componente X-Q (qualidade do serviço) de 1,35%; e
  - Componente X-T (trajetória de custos operacionais) de -1,09%, para aplicação nos reajustes tarifários deste ciclo da Companhia.

**(iii) Componentes financeiros:** Os componentes financeiros aplicados a este reajuste tarifário totalizam um montante de R\$ 531.957, dentre os quais destacamos R\$ 379.752 positivos referentes aos itens de Compensação de Variação de Valores de Itens da Parcela A (“CVA”), Sobrecontratação de R\$ 60.808e Previsão de Risco Hidrológico de R\$ 135.548. Por fim, vale destacar que foi considerado um financeiro negativo relativo à conta Covid de R\$ 428.192.

De acordo com o exposto acima, foi homologado o reajuste tarifário anual da Companhia, que conduz um efeito médio nas tarifas a ser percebido pelos consumidores de 8,95%, sendo de 10,21%, em média, para os consumidores conectados na Alta Tensão (AT) e de 8,54%, em média, para os consumidores na Baixa Tensão (BT).

Companhia Energética do Ceará - COELCE  
CNPJ nº 07.047.251/0001-70

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
em 31 de dezembro de 2021 e 2020  
(Em milhares de reais)



**36. Conciliação do balanço patrimonial e da demonstração do resultado do exercício regulatório e societário**

Apresentamos a seguir a reconciliação das informações apresentadas segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil, conforme comentado na Nota 4, com as informações regulatórias.

	31.12.2021			31.12.2020		
	Societário	Ajustes	Regulatório	Societário	Ajustes	Regulatório
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>						
Caixa e equivalentes de caixa	204.316	-	204.316	166.015	-	166.015
Títulos e valores mobiliários	80.648	-	80.648	92.376	-	92.376
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	1.606.490	(46.013)	1.560.476	1.409.635	(88.438)	1.321.197
Ativo financeiro setorial	392.593	-	392.593	-	274.501	274.501
Créditos a receber - subvenção e outros.	78.011	-	78.011	17.079	-	17.079
Imposto de renda e contribuição social compensáveis	136.426	-	136.426	112.810	-	112.810
Outros tributos compensáveis	576.250	-	576.250	401.330	-	401.330
Serviços em curso	61.206	-	61.206	79.108	-	79.108
Instrumentos financeiros derivativos	(0)	-	(0)	65.114	-	65.114
Outros créditos	172.041	(15.886)	156.155	83.419	6.095	89.514
<b>TOTAL ATIVO CIRCULANTE</b>	<b>3.307.980</b>	<b>(61.899)</b>	<b>3.246.081</b>	<b>2.426.886</b>	<b>192.158</b>	<b>2.619.044</b>
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>						
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	115.421	-	115.421	75.431	-	75.431
Ativo financeiro setorial	126.078	-	126.078	-	70.032	70.032
Depósitos vinculados	48.798	-	48.798	47.676	-	47.676
Cauções e depósitos	31.101	-	31.101	28.583	-	28.583
Instrumentos financeiros derivativos	43.594	-	43.594	483	-	483
Outros tributos compensáveis	654.499	-	654.499	1.070.993	-	1.070.993
Tributos diferidos	353.416	64.558	417.974	32.142	260.258	292.400
Benefício fiscal	21.042	-	21.042	25.520	-	25.520
Ativo indenizável (concessão)	3.912.580	(3.912.580)	-	3.026.407	(3.026.407)	-
Imobilizado	80.146	6.990.450	7.070.595	43.564	6.390.756	6.434.320
Intangível	1.969.650	(1.645.420)	324.230	2.007.919	(1.743.027)	264.892
Investimentos	-	5.363	5.363	-	5.613	5.613
Ativos contratuais	874.887	(858.061)	16.826	580.780	(580.780)	-
<b>TOTAL ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>8.231.211</b>	<b>644.310</b>	<b>8.875.521</b>	<b>6.939.498</b>	<b>1.376.445</b>	<b>8.315.943</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>11.539.191</b>	<b>582.411</b>	<b>12.121.602</b>	<b>9.366.384</b>	<b>1.568.603</b>	<b>10.934.987</b>

Companhia Energética do Ceará - COELCE  
CNPJ nº 07.047.251/0001-70



Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
em 31 de dezembro de 2021 e 2020  
(Em milhares de reais)

	31.12.2021			31.12.2020		
	Societário	Ajustes	Regulatório	Societário	Ajustes	Regulatório
<b><u>Passivo circulante</u></b>						
Fornecedores	1.410.469	-	1.410.469	1.024.557	-	1.024.557
Empréstimos e financiamentos	420.631	-	420.631	637.557	-	637.557
Obrigações por arrendamentos	14.200	(14.200)	-	2.944	(2.944)	-
Debêntures	371.330	-	371.330	190.570	-	190.570
Passivo financeiro setorial	-	-	-	81.677	274.501	356.178
Salários, provisões e encargos sociais	48.028	-	48.028	59.325	-	59.325
Imposto de renda e contribuição social a pagar	16.284	-	16.284	71.110	-	71.110
Outras obrigações fiscais	233.208	-	233.208	167.167	-	167.167
Pis/Cofins a serem restituídos a consumidores	473.748	-	473.748	317.774	-	317.774
Dividendos a pagar	171.729	-	171.729	130.276	-	130.276
Encargos setoriais	98.371	-	98.371	91.892	-	91.892
Obrigações com benefícios pós-emprego	1.338	-	1.338	1.530	-	1.530
Provisões para processos judiciais e outros riscos	295	-	295	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	28.935	-	28.935	1.241	-	1.241
Outras obrigações	170.924	-	170.924	98.070	-	98.070
<b>Total do passivo circulante</b>	<b>3.459.488</b>	<b>(14.200)</b>	<b>3.445.288</b>	<b>2.875.690</b>	<b>271.557</b>	<b>3.147.247</b>
<b><u>Passivo não circulante</u></b>						
Empréstimos e financiamentos	1.847.084	-	1.847.084	319.009	-	319.009
Debêntures	1.082.623	-	1.082.623	1.343.013	-	1.343.013
Obrigações por arrendamentos	6.386	(6.386)	-	1.325	(1.325)	-
Pis/Cofins a serem restituídos a consumidores	997.855	-	997.855	1.128.538	-	1.128.538
Passivo financeiro setorial	-	-	-	127.543	70.033	197.576
Outras obrigações fiscais	1.169	-	1.169	3.488	-	3.488
Encargos setoriais	8.036	-	8.036	16.820	-	16.820
Obrigações com benefícios pós-emprego	87.977	-	87.977	110.398	-	110.398
Provisões para processos judiciais e outros riscos	245.047	-	245.047	194.529	-	194.529
Tributos diferidos	301.339	(108.146)	193.193	-	225.930	225.930
Instrumentos financeiros derivativos	7.359	-	7.359	-	-	-
Outras obrigações	8.022	-	8.022	15.483	-	15.483
Obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica	-	1.053.508	1.053.508	-	1.059.649	1.059.649
<b>Total do passivo não circulante</b>	<b>4.592.897</b>	<b>938.976</b>	<b>5.531.873</b>	<b>3.260.146</b>	<b>1.354.287</b>	<b>4.614.433</b>

Companhia Energética do Ceará - COELCE  
CNPJ nº 07.047.251/0001-70



Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
em 31 de dezembro de 2021 e 2020  
(Em milhares de reais)

Patrimônio líquido

Capital social	914.347	-	-	914.347	892.246	-	-	892.246
Reservas de capital	358.671	-	-	358.671	358.671	-	-	358.671
Reservas de lucros	2.220.037	-	-	2.220.037	1.871.325	(233.087)	-	1.638.238
Outros resultados abrangentes/Ajustes de avaliação patrimonial	(6.249)	-	-	(6.249)	(1.402)	-	-	(1.402)
Reserva de reavaliação regulatória	-	341.519	-	341.519	-	362.438	-	362.438
Proposta de distribuição de dividendos adicionais	-	-	-	-	109.708	-	-	109.708
Prejuízos acumulados	-	(683.884)	-	(683.884)	-	(186.592)	-	(186.592)
<b>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>3.486.806</b>	<b>(342.365)</b>	<b>-</b>	<b>3.144.441</b>	<b>3.230.548</b>	<b>(57.241)</b>	<b>-</b>	<b>3.173.307</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>11.539.191</b>	<b>582.411</b>	<b>-</b>	<b>12.121.602</b>	<b>9.366.384</b>	<b>1.568.603</b>	<b>-</b>	<b>10.934.987</b>

Companhia Energética do Ceará - COELCE  
CNPJ nº 07.047.251/0001-70



Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
em 31 de dezembro de 2021 e 2020  
(Em milhares de reais)

Notas	31.12.2021			Reapresentado		
	31.12.2020					
	Societário	Ajustes	Regulatório	Societário	Ajustes	Regulatório
<b>Receita / ingresso</b>	13					
Fornecimento de energia elétrica	8.002.776	(69.794)	7.932.982	6.146.176	60.935	6.207.111
(-) DIC/FIC/DMIC/DICRI sobre TUSD Consumidores cativos e livres	(27.881)	27.881	-	(28.172)	28.172	-
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição	366.206	-	366.206	255.974	-	255.974
Venda de Energia Excedente - MVE	248.579	-	248.579	11.466	-	11.466
Outras receitas	608.518	102.677	711.195	632.883	19.810	652.693
Ativos e passivos financeiros setoriais	1.455.569	(779.693)	675.876	264.818	(66.274)	198.544
Atualização do ativo financeiro	328.258	(328.258)	-	125.733	(125.733)	-
Receita de construção	1.157.874	(1.157.874)	-	969.072	(969.072)	-
	<b>12.139.899</b>	<b>(2.205.061)</b>	<b>9.934.838</b>	<b>8.377.950</b>	<b>(1.052.162)</b>	<b>7.325.788</b>
<b>Deduções da receita bruta</b>						
Tributos e encargos						
ICMS	(2.022.316)	-	(2.022.316)	(1.551.772)	-	(1.551.772)
PIS-PASEP	(147.015)	-	(147.015)	(101.925)	-	(101.925)
Cofins	(677.160)	-	(677.160)	(469.474)	-	(469.474)
ISS	(6.444)	-	(6.444)	(5.134)	-	(5.134)
<b>Encargos - Parcela "A"</b>						
Programa de eficiência energética - PEE	(32.658)	-	(32.658)	(24.087)	-	(24.087)
Conta de desenvolvimento energético - CDE	(357.695)	-	(357.695)	(201.879)	-	(201.879)
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	(32.658)	-	(32.658)	(24.087)	-	(24.087)
Taxa de fiscalização	(7.636)	-	(7.636)	(6.529)	-	(6.529)
Outros encargos	(746.810)	746.810	-	-	(14.470)	(14.470)
	<b>(4.030.392)</b>	<b>746.810</b>	<b>(3.283.582)</b>	<b>(2.384.887)</b>	<b>(14.470)</b>	<b>(2.399.357)</b>
<b>Receita líquida / ingresso líquido</b>	<b>8.109.507</b>	<b>(1.458.251)</b>	<b>6.651.256</b>	<b>5.993.063</b>	<b>(1.066.632)</b>	<b>4.926.431</b>
<b>Custos não gerenciáveis - parcela "A"</b>						
Energia elétrica comprada para revenda	(3.650.748)	-	(3.650.748)	(2.914.038)	-	(2.914.038)
Encargos de transmissão, conexão e distribuição	(979.938)	-	(979.938)	(457.742)	-	(457.742)
(-) Ajustes referente ao alívio retroativo	7.136	-	7.136	52.639	-	52.639
	<b>(4.623.550)</b>	<b>-</b>	<b>(4.623.550)</b>	<b>(3.319.141)</b>	<b>-</b>	<b>(3.319.141)</b>
<b>Resultado antes dos custos gerenciáveis</b>	<b>3.485.957</b>	<b>(1.458.251)</b>	<b>2.027.706</b>	<b>2.673.922</b>	<b>(1.066.632)</b>	<b>1.607.290</b>

Companhia Energética do Ceará - COELCE  
CNPJ nº 07.047.251/0001-70



Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
em 31 de dezembro de 2021 e 2020  
(Em milhares de reais)

Notas	Reapresentado					
	31.12.2021			31.12.2020		
	Societário	Ajustes	Regulatório	Societário	Ajustes	Regulatório
<b>Resultado antes dos custos gerenciáveis</b>	<b>3.485.957</b>	<b>(1.458.251)</b>	<b>2.027.706</b>	<b>2.673.922</b>	<b>(1.066.632)</b>	<b>1.607.290</b>
<b><u>Custos gerenciáveis - Parcela "B"</u></b>						
Pessoal e administradores	(175.832)	(5.060)	(180.892)	(166.529)	(4.257)	(170.786)
Serviços de terceiros	(557.213)	(22.718)	(579.931)	(420.052)	(14.262)	(434.314)
Material	(23.735)	(1.666)	(25.401)	(32.176)	-	(32.176)
Arrendamentos e aluguéis	(6.149)	(7.657)	(13.806)	(8.123)	(6.754)	(14.877)
Seguros	(5.693)	-	(5.693)	(4.192)	-	(4.192)
Doações, contribuições e subvenções	(1.447)	-	(1.447)	(2.874)	-	(2.874)
Provisão créditos de liquidação duvidosa	(251.531)	36.647	(214.884)	(122.458)	(93.272)	(215.730)
Provisão para processos judiciais e outros	(19.700)	-	(19.700)	(28.684)	-	(28.684)
Tributos	(1.821)	-	(1.821)	(1.788)	-	(1.788)
Depreciação e amortização	(316.298)	(22.302)	(338.600)	(290.723)	39	(290.684)
Outros despesas operacionais	(96.583)	(100.795)	(197.378)	(140.673)	(44.993)	(185.666)
Receita de multa por imp pontualidade de clientes	42.075	(42.075)	-	26.090	(26.090)	-
Outras receitas operacionais	5.039	-	5.039	6.354	-	6.354
Custo de construção	(1.157.874)	1.157.874	-	(969.072)	969.072	-
	<b>(2.566.762)</b>	<b>992.248</b>	<b>(1.574.514)</b>	<b>(2.154.900)</b>	<b>779.483</b>	<b>(1.375.417)</b>
<b>Resultado da atividade</b>	<b>919.195</b>	<b>(466.003)</b>	<b>453.192</b>	<b>519.022</b>	<b>(287.149)</b>	<b>231.873</b>
<b><u>Resultado financeiro</u></b>						
Receitas financeiras	470.859	42.499	513.358	220.534	26.514	247.048
Despesas financeiras	(739.885)	-	(739.885)	(370.879)	(4.874)	(375.753)
<b>Resultado antes dos impostos sobre o lucro</b>	<b>650.169</b>	<b>(423.504)</b>	<b>226.665</b>	<b>368.677</b>	<b>(265.509)</b>	<b>103.168</b>
Imposto de renda	(109.905)	100.251	(9.654)	(63.896)	71.233	7.337
Contribuição social	(51.677)	38.128	(13.549)	(39.600)	25.644	(13.956)
<b>Lucro do exercício</b>	<b>488.587</b>	<b>(285.125)</b>	<b>203.462</b>	<b>265.181</b>	<b>(168.632)</b>	<b>96.549</b>

Companhia Energética do Ceará - COELCE  
CNPJ nº 07.047.251/0001-70



Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
em 31 de dezembro de 2021 e 2020  
(Em milhares de reais)

Notas	31.12.2021			Reapresentado		
	31.12.2021			31.12.2020		
	Societário	Ajustes	Regulatório	Societário	Ajustes	Regulatório
<b>Lucro por ação originado das operações</b>	6,2756		2,5486	3,4061		1,2401
<b><u>Básico - lucro de operações</u></b>						
Atribuíveis a acionistas controladores	4,6471		1,8873	2,5222		0,9183
Detentores de ações ordinárias	3,8745		1,5735	2,1029		0,7656
Detentores de ações preferencias - Classe A	2,2773		0,9249	1,2360		0,4500
Detentores de ações preferencias - Classe B	0,1237		0,0502	0,0671		0,0244
<b><u>Diluído - lucro de operações</u></b>						
<b><u>Atribuíveis a acionistas controladores</u></b>	4,6471		1,8873	2,5222		0,9183
Detentores de ações ordinárias	3,8745		1,5735	2,1029		0,7656
Detentores de ações preferencias - Classe A	2,2773		0,9249	1,2360		0,4500
Detentores de ações preferencias - Classe B	0,1237		0,0502	0,0671		0,0244
	<b>488.587</b>	<b>(285.125)</b>	<b>203.462</b>	<b>265.181</b>	<b>(168.632)</b>	<b>96.549</b>

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
em 31 de dezembro de 2021 e 2020  
(Em milhares de reais)**



A seguir apresentamos a natureza e as devidas fundamentações dos ajustes apresentados no quadro acima:

**36.1 Provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa**

A diferença de GAAP decorre de o fato do Regulador não ter acatado no balancete regulatório os impactos da implementação dos IFRSs vigentes a partir de 01.01.2018, ou seja, do IFRS 9, que resultou em mudanças nos critérios de mensuração da provisão para recuperação de ativos.

O cálculo da PECLD (Provisão Estimada para Créditos de Liquidação Duvidosa) no balancete regulatório toma por base as regras constantes no MCSE, que determinam o reconhecimento da provisão para cada morosidade de classe de consumo - tomando por base dados históricos, enquanto que para fins do IFRS 9 a provisão considera dados históricos e expectativas futuras de perda, havendo uma análise individual ou coletiva para determinados perfis ou grupos de clientes.

**36.2 Ativos e passivos regulatórios**

Para fins regulatórios, a Conta de Compensação de Variação de Custos da “Parcela A” é constituída pelo valor de reposição dos custos da Parcela “A” ocorridos em períodos intercalares às datas de reajuste/revisão tarifária por natureza (CVA Energia, Custo de Itapu, Proinfra, Rede Básica, Transporte Itapu, ESS, CDE, CFURH e os demais ativos e passivos regulatórios), sendo a sua classificação contábil apresentada no ativo, quando CVA é credora, e no passivo, quando esta é devedora. Para fins societários, a Companhia, com base no CPC 38 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração reconhece o efeito líquido da CVA tanto em contas patrimoniais como no resultado do período, baseada no fundamento de que a sua realização ocorrerá pelo valor líquido total, independente da natureza.

Em decorrência da entrada em vigor do Despacho nº 4.356/17 que passou a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2018, o qual redefiniu os registros contábeis aprovados inicialmente no Ofício Circular nº 185/2015, retificado pelo Despacho de Encerramento nº 245/2016 relativos aos repasses recebidos/devidos à CCRBT. Na situação em que haja um repasse à CCRBT pela distribuidora será registrado como encargo do consumidor; na situação em que haja um repasse da CCRBT à concessionária será registrado um direito a receber da CCRBT em Doações, Contribuições e Subvenções Vinculadas ao Serviço Concedido. Vale ressaltar que apenas no societário, a Companhia reclassifica o efeito devedor ou credor da bandeira tarifária da CCRBT para a Parcela A.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia registrava os efeitos da CCRBT da seguinte forma:

- No societário, o repasse recebido/devido à CCRBT, aprovado no Despacho, bem como a proveniente de bandeiras tarifárias, eram registrados como receita CVA, exceto, o valor correspondente a bandeira tarifária que vinha sendo registrado como fornecimento faturado.
- No regulatório, o repasse recebido/devido à CCRBT, aprovado no Despacho, bem como a proveniente de bandeiras tarifárias, eram registrados como receita CVA, exceto, o valor correspondente a bandeira tarifária que vinha sendo registrado como encargo ao consumidor.

**36.3 Tributos diferidos**

As diferenças de classificação contábil apresentadas no quadro de reconciliação das demonstrações contábeis societárias para a regulatórias ocasionaram em estornos na

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
em 31 de dezembro de 2021 e 2020  
(Em milhares de reais)**



constituição de tributos diferidos sobre ágio na incorporação de sociedade controladora e o resultado financeiro do IFRIC 12, bem como sobre os tributos diferidos relativos à reavaliação regulatória.

#### **36.4 Ativos financeiros da concessão**

Para fins societários a Companhia reconhece a expectativa de direito incondicional de receber caixa (indenização) tomando por base o laudo de avaliação dos bens vinculados à concessão, acrescido da atualização monetária dos saldos tomando por base a variação mensal do IPCA.

Estes lançamentos na contabilidade societária foram realizados em atendimento ao disposto na ICPC 01 – Contratos de Concessão (“ICPC 01”), mas que para fins de contabilidade regulatória tais práticas não são adotadas e desta forma, apresenta-se ajustes nesta conciliação de saldos contábeis societários e regulatórios.

O valor correspondente a parcela indenizável da concessão está classificada como imobilizado ou vinculado a concessão diferentemente do societário que apresenta este montante como um ativo financeiro e não um ativo não monetário.

#### **36.5 Imobilizado**

##### **36.5.1. Reavaliação compulsória**

Os ajustes decorrem dos montantes realizados pela depreciação e baixa de ativos mensurados pelo Valor Novo de Reposição (“VNR”) atribuído na reavaliação do ativo pelo Órgão Regulador (ANEEL), segundo a Resolução ANEEL nº 396/2009.

A reavaliação de ativos não é permitida para a contabilidade societária, desde a adoção da Lei no 11.638/2007 – conforme disposto no Ativo CPC 27 - Imobilizado. Desta forma, o ajuste decorre da divergência de práticas entre a contabilidade societária e regulatória.

##### **36.5.2. Depreciação**

Os ajustes são decorrentes da realização mensal das cotas de depreciação dos ativos que tiveram reavaliação regulatória.

#### **36.6 Intangível**

##### **36.6.1 Reavaliação compulsória**

Os ajustes decorrem dos montantes realizados pela depreciação e baixa de ativos mensurados pelo Valor Novo de Reposição – VNR atribuído na reavaliação do ativo pelo órgão regulador (ANEEL), segundo a Resolução ANEEL no 396/09.

A reavaliação de ativos não é permitida para a contabilidade societária, desde a adoção da Lei no 11.638/07 – conforme disposto no CPC 04 – Ativo Intangível. Desta forma, o ajuste decorre da divergência de práticas entre a contabilidade Societária e regulatória.

##### **36.6.2 Amortização**

Os ajustes são decorrentes da realização mensal das cotas de amortização dos ativos que tiveram reavaliação regulatória.

##### **36.6.3 Obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica (“obrigações especiais”)**

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
em 31 de dezembro de 2021 e 2020  
(Em milhares de reais)**



As obrigações especiais são créditos especiais vinculados aos investimentos aplicados em ativos vinculados à concessão. As obrigações especiais são amortizadas conforme a taxa média de depreciação do grupo do ativo imobilizado da respectiva atividade em que tiverem sido aplicados os recursos. Nas demonstrações contábeis regulatórias societárias as obrigações especiais são classificadas como redutoras do ativo intangível em serviço. Já nas demonstrações contábeis regulatórias, com base no MCSE e ratificado através do despacho nº 3.371, de 22 de dezembro de 2016 da ANEEL, é requerida a divulgação das obrigações especiais no passivo não circulante.

### **36.7 Receita Operacional**

#### **36.7.1 Efeito CPC 47 (IFRS/15)**

Estabelece um novo modelo para reconhecimento de receitas originadas de contratos com clientes cujos valores devem refletir a contraprestação à qual a entidade espera ter direito em troca da transferência de bens e serviços a um cliente.

Após análise detalhada dessas receitas, a Companhia concluiu que as mesmas são reconhecidas conforme contratos firmados, cuja obrigação de desempenho é atendida ao longo do tempo e o valor da contraprestação reflete o valor justo a receber no momento em que os serviços são efetivamente transferidos ao cliente.

Com base nas análises realizadas, a Companhia concluiu que a adoção desse pronunciamento impactou as suas demonstrações contábeis societárias na classificação das penalidades de seus indicadores individuais de desempenho (DIC, FIC, DMIC e DICRI) que foram reclassificadas de despesa operacional para receita operacional (reduzindo a receita de TUSD).

Para fins de contabilidade regulatória, esta prática contábil não é adotada, permanecendo os critérios definidos pelo Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Assim sendo, essa norma não impacta no resultado líquido do período, somente entre receita e despesa operacional, visto que na demonstração regulatória o DIC, FIC, DMIC e DICRI é contabilizado como despesa operacional.

## **37. Efeitos de contabilização de contratos de concessão (ICPC 01)**

---

### **37.1 Ativo financeiro**

Conforme comentado na Nota 36.4, no regulatório não é constituído o ativo financeiro da concessão estando este montante refletido no valor residual dos bens vinculados a concessão no imobilizado/intangível, já para fins do ICPC 01 este montante deve ser reclassificado para um ativo financeiro devido a sua natureza contábil de conversibilidade em caixa ao final da concessão (indenização).

### **37.2 Ativo intangível**

Conforme comentado na Nota 36.6, no Regulatório os bens vinculados a concessão estão classificados no Imobilizado ou Intangível a depender da classificação do bem ser tangível ou intangível. Contudo, para fins de ICPC 01, o valor dos bens vinculados a concessão passa a ser considerados com um direito de cobrar dos clientes usuários do serviço de distribuição objeto do contrato de concessão ou do órgão regulador a remuneração do custo de construção e manutenção desses ativos.

### **37.3 Receita e custo de construção (resultado)**

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
em 31 de dezembro de 2021 e 2020  
(Em milhares de reais)**



Para fins societários, a Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica em atendimento ao CPC 17 (R1) - Contratos (serviços de construção ou melhoria). A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual à zero, considerando que: (i) a atividade fim da Companhia é a distribuição de energia elétrica; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim; e (iii) a Companhia terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionadas.

No que tange à contabilidade regulatória tal prática não foi recepcionada pela ANEEL, que não reconhece ser os custos do investimento, custo e receita de construção.

#### **37.4 Remuneração do ativo financeiro (resultado)**

A atualização monetária do ativo financeiro constituído no societário, toma por base a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA"). O critério de atualização monetária comentado seguiu as orientações da Resolução Normativa nº 686 de 23 de novembro de 2015, que dispõe que a base de remuneração dos ativos das concessionárias vinculados à concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica, deverá ser atualizada pelo pela variação do IPCA, entre a data-base do laudo de avaliação e a data da revisão tarifária anual.

#### **37.5 Imposto de renda e contribuição social diferidos (resultado)**

Conforme comentado na Nota 36.3 os ajustes entre as demonstrações do resultado societária com a regulatória são decorrentes de mudanças no resultado do exercício, como a do IFRIC 12, tendo ocasionados mudanças na apuração dos tributos diferidos. A base de cálculo desses tributos tem apenas sua evidenciação na contabilidade societária, pois não fora recepcionada pelo órgão regulador, bem como sobre os tributos diferidos relativos à reavaliação regulatória.

#### **37.6 Benefício do ágio**

O ágio oriundo da operação de incorporação de sua controladora Distriluz Energia Elétrica S.A., está fundamentado nos resultados futuros durante o prazo de concessão e vem sendo amortizado no prazo compreendido entre a data da incorporação (27 de setembro de 1999) até 31 de dezembro de 2027, em proporções mensais a sua rentabilidade projetada.

O registro contábil consistiu na constituição de uma provisão sobre o ágio a amortizar em contrapartida da reserva de ágio (reserva de capital) no montante que não se constitui benefício fiscal para a Companhia. Para recompor o resultado de cada período, será feita reversão da provisão na mesma proporção da amortização da parcela do ágio do respectivo período.

Conforme MCSE, o referido valor é apresentado como "Bens e Atividades Não Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica".

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
em 31 de dezembro de 2021 e 2020  
(Em milhares de reais)



### 38. Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

	31.12.2021	31.12.2020
Patrimônio líquido societário	3.486.806	3.230.548
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória		
Adoção da PDD segundo os critérios do IFRS 9	(45.699)	(82.344)
Tributos sobre a adoção do IFRS 9	15.537	31.187
Atualização do ativo financeiro da concessão (ICPC 01)	(872.289)	(542.394)
Tributos sobre as diferenças de práticas contábeis (ICPC 01)	294.159	184.414
Ajustes ICPC 01 - Efeito bifurcação	(145.264)	(38.279)
Tributo sobre ajuste ICPC 01 - Efeito bifurcação	49.390	17.864
Custo de inspeção	-	(14.262)
Reavaliação regulatória compulsória	547.099	578.795
Tributo sobre reavaliação regulatória compulsória	(186.014)	(196.790)
Adoção dos arrendamentos segundo os critérios do IFRS 16	1.085	1.614
Tributos sobre arrendamentos- IFRS 16	(369)	(549)
Provisão de perda de bens	-	5.308
Tributo sobre provisão de perda de bens	-	(1.805)
Patrimônio líquido regulatório	<u>3.144.441</u>	<u>3.173.307</u>

### 39. Conciliação do lucro líquido societário e regulatório

	31.12.2021	31.12.2020
Lucro líquido societário	488.587	265.181
Efeito dos Ajustes entre contabilidade societária versus regulatória		
Adoção da PDD segundo os critérios do IFRS 9	36.646	(93.272)
Tributos sobre a adoção do IFRS 9	(15.655)	34.912
Atualização do ativo financeiro da concessão (ICPC 01)	(328.258)	(125.733)
Tributos sobre as diferenças de práticas contábeis (ICPC 01)	113.156	42.749
Ajustes ICPC 01 - Efeito bifurcação	(75.640)	(19.356)
Tributo sobre ajuste ICPC 01 - Efeito bifurcação	28.117	6.581
Reavaliação regulatória compulsória	(55.722)	(22.392)
Tributos sobre a reserva de reavaliação regulatória compulsória	12.581	7.612
Adoção dos arrendamentos segundo os critérios do IFRS 16	(529)	406
Tributos sobre arrendamentos - IFRS 16	180	(139)
Lucro líquido regulatório	<u>203.463</u>	<u>96.549</u>

O detalhamento acerca destas variações encontra-se comentado na Nota 38.

### 40. Eventos subsequentes

#### 40.1 Operação de Mútuo

Em janeiro e fevereiro, com necessidade de capital de giro a Companhia captou três novas operações de mútuos com vencimentos para março e abril de 2022. Segue abaixo detalhamento das operações contratadas com a sua controladora Enel BR:

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
em 31 de dezembro de 2021 e 2020  
(Em milhares de reais)



Descrição	Valor do ingresso	Data da emissão	Data do vencimento	Taxa efetiva a.a (%)	Tipo de amortização	pagamento de juros	Finalidade	Garantias
Mútuo III	70.429	05/02/2022	02/03/2022	CDI + 1,08% a.a	Bullet	Bullet	Capital de giro	N/A
Mútuo IV	110.556	31/01/2022	02/03/2022	CDI + 1,08% a.a	Bullet	Bullet	Capital de giro	N/A
Mútuo V	100.638	15/02/2022	18/04/2022	CDI + 0,73% a.a.	Bullet	Bullet	Capital de giro	N/A

#### 40.2 Revisão tarifária

A Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), em reunião pública da sua Diretoria, que ocorreu em 19 de abril de 2022, deliberou sobre o reajuste tarifário anual de 2022.

A ANEEL aprovou o Reajuste Tarifário Anual da Companhia positivo de +13,43% composto por reajuste econômico de +12,88% e componente financeiro de +0,55%. Descontado o componente financeiro considerado no último processo tarifário, o efeito médio a ser percebido pelos consumidores será de +24,85%.

O índice é composto pelos seguintes itens:

Reajuste Tarifário 2022	
Encargos Setoriais	4,02%
Custos de Transmissão	-1,04%
Custos de Aquisição de Energia	4,32%
<b>Parcela A</b>	<b>7,30%</b>
<b>parcela B</b>	<b>5,58%</b>
<b>Reajuste Econômico</b>	<b>12,88%</b>
CVA Total	8,28%
Bandeira Escassez Hídrica	-2,18%
Conta Escassez Hídrica	-1,95%
Remanescente escassez hídrica	-1,99%
Ressarcimento de Créditos de Pis/Cofins	-2,93%
Outros Itens Financeiros da Parcela A	1,32%
<b>Componentes Financeiros</b>	<b>0,55%</b>
<b>Reajuste Total</b>	<b>13,43%</b>
Efeito da retirada dos Componentes Financeiros do Processo Anterior	11,42%
<b>Efeito Médio a ser percebido pelos Consumidores</b>	<b>24,85%</b>

Dessa forma, as Parcelas A e B da Companhia, após o Reajuste Tarifário, tiveram os seguintes impactos:

(i) **Parcela A:** Reajustada em 11,55%, representando 7,30% no reposicionamento econômico com os seguintes componentes:

- Encargos setoriais - aumento de 36,95%, representando 4,02% no reajuste econômico em função, principalmente, do aumento do encargo com a Conta de Desenvolvimento Energético - CDE (USO);
- Energia comprada - aumento de 9,60%, decorre principalmente do aumento dos contratos de disponibilidade de energia nova. Percebe-se também uma significativa

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
em 31 de dezembro de 2021 e 2020  
(Em milhares de reais)**



contribuição do custo decorrente do contrato bilateral. O aumento do custo da compra de energia representa 4,32% no reajuste econômico; e

- Encargos de Transmissão - os custos de transmissão tiveram uma variação de -14,25%, correspondendo a um efeito de -1,04% no reajuste econômico. Sobre esse item, destaque para a publicação das Resoluções Homologatórias nº 2.959 e 2.896, ambas de 2021, as quais aprovaram, respectivamente, as novas Receitas Anuais Permitidas (RAP) das concessionárias de transmissão e as novas Tarifas de Uso do Sistema de Transmissão (TUST).

**(ii) Parcela B:** Para o próximo ano regulatório, a Parcela B foi reajustada em 15,16%, representando uma participação de 5,58% no reajuste econômico, resultado da combinação dos seguintes componentes:

- IGP-M de 14,77%, no período de 12 meses findos em março de 2022; e
- Fator X de -0,39 %, composto por:
  - Componente X-Pd (ganhos de produtividade da atividade de distribuição) de +1,17%, para aplicação nos reajustes tarifários deste ciclo da Companhia;
  - Componente X-Q (qualidade do serviço) de -0,48%; e
  - Componente X-T (trajetória de custos operacionais) de -1,09%, para aplicação nos reajustes tarifários deste ciclo da Companhia.

**(iii) Componentes financeiros:** Os componentes financeiros aplicados a este reajuste tarifário totalizam um montante de R\$ 37.942, dentre os quais destacamos R\$ 568.258 positivos referentes aos itens de Compensação de Variação de Valores de Itens da Parcela A (“CVA”), Sobrecontratação de R\$ 47.892 e Previsão de Risco Hidrológico de R\$ 138.699.

De acordo com o exposto acima, foi homologado o reajuste tarifário anual da Companhia, que conduz um efeito médio nas tarifas a ser percebido pelos consumidores de 24,85%, sendo de 24,16%, em média, para os consumidores conectados na Alta Tensão (AT) e de 25,09%, em média, para os consumidores na Baixa Tensão (BT).

#### **40.3 Destinação do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2021**

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada no dia 12 de abril de 2022 foi aprovada, pela unanimidade de votos dos acionistas presentes, sendo 47.064.245 votos a favor, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção, a proposta da administração da Companhia quanto à destinação do lucro líquido da seguinte forma:

Inicialmente, tendo em vista (i) a faculdade da Companhia de deixar de constituir reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital de que trata o §1º do artigo 182 da Lei nº 6.404/76, exceder em 30% o capital social, prevista no § 1º do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, e (ii) que o saldo resultante da soma da reserva de capital mais a reserva legal da Companhia ultrapassa 30% do capital social da Companhia, não será destinada qualquer parcela do lucro líquido do exercício para a constituição da reserva legal.

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
em 31 de dezembro de 2021 e 2020  
(Em milhares de reais)**



Desta forma, foi aprovado que, do lucro líquido passível de distribuição, no montante de R\$455.035.552,02 (quatrocentos e cinquenta e cinco milhões, trinta e cinco mil, quinhentos e cinquenta e dois reais e dois centavos), será destinado da seguinte forma:

(i) pagamento de dividendos no montante de R\$131.308.888,01 (cento e trinta e um milhões, trezentos e oito mil, oitocentos e oitenta e oito reais e um centavo), correspondentes a 28,86% (vinte e oito, vírgula, oitenta e seis por cento) do total do lucro líquido ajustado, dos quais 3,14% (três, vírgula, quatorze por cento) referem-se ao complemento do dividendo mínimo obrigatório e 25,71% (vinte e cinco, vírgula, setenta e um por cento) referem-se a juros sobre capital próprio já pagos no exercício de 2021, no montante de R\$117.000.000,00 (cento e dezessete milhões de reais), conforme deliberado em Reunião de Conselho de Administração realizada em 25/10/2021; e

(ii) quanto ao saldo, no valor de R\$323.726.664,02 (trezentos e vinte e três milhões, setecentos e vinte e seis mil, seiscentos e sessenta e quatro reais e dois centavos), acrescido do valor de R\$13.470.696,36 (treze milhões, quatrocentos e setenta mil, seiscentos e noventa e seis reais e trinta e seis centavos), correspondente ao resultado de benefício pós-emprego (ganho atuarial), totalizando R\$337.197.360,38 (trezentos e trinta e sete milhões, cento e noventa e sete mil, trezentos e sessenta reais e trinta e oito centavos), propõe-se que seja destinado à reserva de reforço de capital de giro da Companhia, nos termos do art. 28, II, d, do Estatuto Social. Considerando que, após a destinação acima, o saldo das reservas de lucros ultrapassará o limite que trata o artigo 199 da Lei nº 6.404/76, será proposta em Assembleia Geral Extraordinária a capitalização parcial do saldo da reserva de reforço de capital de giro, nos termos do item (i) da Ordem do Dia da Assembleia Geral Extraordinária.

Os dividendos ora aprovados terão o seu pagamento efetuado até 31.12.2022, em uma ou várias parcelas, sem a incidência de qualquer atualização monetária, conforme disponibilidade de caixa, aos acionistas titulares de ações da Companhia no final do dia 12 de abril de 2022, observada a seguinte distribuição por ação:

Natureza	Ações Ordinárias	Ações Preferenciais classe "A"	Ações Preferenciais classe "B"
Dividendos a pagar por ação	R\$0,18378824	R\$0,18378824	R\$ 0,18378824
JSCP já pagos por ação	R\$1,50278788	R\$1,50278788	R\$1,50278788

As ações serão negociadas ex dividendos a partir de 13 de abril de 2022.



## **Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Contábeis Regulatórias 2021**

Os Diretores da Companhia energética do Ceará (“Enel Distribuição Ceará” ou “Companhia”), inscrita no CNPJ/MF Nº 07.047.251/0001-70, com sede na Rua Padre Valdevino nº 150, Bairro Centro, Fortaleza - CE, DECLARAM que reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

Fortaleza, 29 de abril de 2022.

**Márcia Sandra Roque Vieira Silva**  
Diretora Presidente

**Teobaldo José Cavalcante Leal**  
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores; Diretor Administrativo e de Planejamento e Controle

**Alain Rosolino**  
Diretor de Recursos Humanos e Organização

**José Nunes de Almeida Neto**  
Diretor de Relações Institucionais

**Janaina Savino Vilella Carro**  
Diretora de Comunicação

**Luiz Antonio Correa Gazulha Junior**  
Diretor de Regulação

**Eduardo Gomes de Paula**  
Diretor de Operações de Infraestrutura e Redes

**Ana Claudia Gonçalves Rebello**  
Diretora Jurídica

**Vago**  
Diretora de Compras

**Charles de Capdeville**  
Diretor de Planejamento e Engenharia

**Luiz Flavio Xavier de Sá**  
Diretora de Mercado



## TERMO DE RESPONSABILIDADE – Demonstração Contábil Regulatória

Pelo presente Termo de Responsabilidade, declaramos sob as penas da Lei a veracidade das informações apresentadas à Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, expressando o compromisso de observância e cumprimento das normas, procedimentos e exigências estabelecidos pela legislação do setor elétrico, bem como da ciência das penalidades as quais ficaremos sujeitos. Estamos cientes que a falsidade das informações, bem como o descumprimento do compromisso ora assumido, além de obrigar a devolução de importâncias recebidas indevidamente, quando for o caso, sujeitar-se às penalidades de multa do Grupo IV, inciso X, da Resolução Normativa nº 63, de 12 de maio de 2004, bem como as previstas nos artigos 171 e 299, ambos do Código Penal.

Fortaleza, 29 de abril de 2022.

Concessionária: COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE



assinado por MARCIA SANDRA ROQUE VIEIRA SIL

Marcia Sandra Roque Vieira Silva  
Diretora-Presidente  
CPF: 357.710.541-00



assinado por TEOBALDO JOSE CAVALCANTE LEAL

Teobaldo José Cavalcante Leal  
Diretor Financeiro e de Relações com  
Investidores  
CPF: 304.786.343-15



Assinado por MARA AYESHA LOPEZ BERRIOS

Mara Ayesha Lopez Berrios  
Responsável da Administração  
CPF: 065.618.827-84



Assinado por ALAN DOS REIS SANTOS

Alan dos Reis Santos  
Contador  
CRC 1SP244288

### RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 63, DE 12 DE MAIO DE 2004

*Art. 7º - Constitui infração, sujeita à imposição da penalidade de multa do Grupo IV:*

*X - fornecer informação falsa à ANEEL;*

#### CÓDIGO PENAL

*Art. 171 – Obter, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil, ou qualquer outro meio fraudulento.*

*Art. 299 – Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre o fato juridicamente relevante.*